



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE**

CHARLES TONET

**O EMPREENDEDORISMO NA FICÇÃO DE JOSÉ CLEMENTE POZENATO:
MITO E EXPRESSÃO DE REGIONALIDADE**

CAXIAS DO SUL

2017

CHARLES TONET

**O EMPREENDEDORISMO NA FICÇÃO DE JOSÉ CLEMENTE POZENATO:
MITO E EXPRESSÃO DE REGIONALIDADE**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

CAXIAS DO SUL

2017

T664e Tonet, Charles

O empreendedorismo na ficção de José Clemente Pozenato : Mito e expressãp de regionalidade / Charles Tonet. – 2017.
99 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2017.

Orientação: Marcio Miranda Alves.

1. Empreendedorismo Mito Regionalidade Imigração José Clemente Pozenato. I. Alves, Marcio Miranda, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UCS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O empreendedorismo na ficção de José Clemente Pozenato: mito e expressão de regionalidade

Charles Tonet

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 14 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Dra. Alessandra Paula Rech
Universidade de Caxias do Sul

Dr. João Claudio Arendt
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Márcio Miranda Alves
Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Rafael Eisinger Guimarães
Universidade de Santa Cruz do Sul

Dedico este trabalho ao meu orientador
Márcio Miranda Alves

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura (PPGLET) da Universidade de Caxias do Sul, na pessoa do ex-coordenador, João Claudio Arendt, e da atual, Heloisa Pedroso de Moraes Feltes, e a todos os seus professores que integram o quadro docente, por terem me proporcionado momentos mágicos de descobertas intelectuais e me auxiliado da forma mais prestimosa possível nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

A Gelson Rech, pelas orientações e paciência.

Aos meus pais, Jucir e Tânia, que sempre me orientaram no caminho da cultura e erudição.

À minha esposa Lisele, pela compreensão, apoio e carinho.

RESUMO

Esta dissertação trata do processo de mistificação do empreendedorismo como expressão de regionalidade da Região Colonial Italiana (RCI), que tem como agentes discursivos historiadores, poder público, entidades de classe e empresários. A partir da análise da historiografia econômica regional e da biografia do seu maior símbolo empresarial, Abramo Eberle, objetiva-se identificar as relações entre essa narrativa histórica e a ficcional na trajetória empreendedora da família Gardone, presente na trilogia da imigração *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*, de José Clemente Pozenato. Dessa forma, este estudo procura discutir o empreendedorismo como manifestação de regionalidade, a qual passa pelo discurso mítico fundamentado nos conceitos de Mircea Eliade, e identificar como a lógica dos personagens e sua teia de valores morais representam os princípios tradicionais do modelo empreendedor.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Mito. Regionalidade. Imigração. José Clemente Pozenato.

ABSTRACT

The following thesis is about the mystification process of entrepreneurship as a regionality expression of the Italian Colonial Region (ICR), which has as discursive sources: historians, public authorities, class entities and entrepreneurs. Based on the analysis of the regional economic historiography and on its major business symbol, Abramo Eberle, the purpose is to identify the connections between this historical narrative and the fictional one in the Gardone family's entrepreneurial trail, present in the immigration trilogy: *A Cocanha*, *O Quatrilho* and *A Babilônia*, by José Clemente Pozenato. Therefore, this project aims to discuss the entrepreneurship as a regionality manifestation, which examines the mythical speech based on Mircea Eliade's concepts and to identify how the characters' logic and its range of moral values represent the traditional principals of the entrepreneurial model.

Keywords: Entrepreneurship. Myth. Regionality. Immigration. José Clemente Pozenato

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EMPREENDEDORISMO E REGIONALIDADE	15
2.1 CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIDADE.....	15
2.2 O EMPREENDEDORISMO: ORIGEM, DEFINIÇÕES E EVOLUÇÃO DO CONCEITO	21
2.3 O EMPREENDEDORISMO COMO EXPRESSÃO DE REGIONALIDADE	28
3 MITO E DISCURSO EMPREENDEDOR	33
3.1 CONFIGURAÇÕES DO MITO SEGUNDO MIRCEA ELIADE	33
3.1 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA EBERLE: MODELO EMPREENDEDOR DA RCI..	43
4 A SAGA DA FAMÍLIA GARDONE NA TRILOGIA DE POZENATO	59
4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FICÇÃO E DA REALIDADE.....	59
4.2 PRIMEIRA GERAÇÃO	64
4.3 SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÕES	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

A imigração italiana no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, foi objeto de exaustivos estudos por um grande número de pesquisadores, principalmente sob a perspectiva de seu contexto histórico, político, econômico, social e cultural. Por que, então, retornar a esse tema? A resposta é simples: não foi localizado nenhum estudo que abordasse a relação entre a produção literária dessa região e o mito do empreendedorismo regional.

O empreendedorismo da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, tendo Caxias do Sul como sua cidade de maior representatividade, é tema, há décadas, de discursos entusiasmados, tanto por parte de empresários, meios de comunicação, autoridades públicas e de entidades de classe da região em questão, quanto de segmentos e organizações de outros centros produtivos e políticos brasileiros e, inclusive, do exterior, como o Consulado Italiano.

Nesse contexto, há um grande evento, a Festa Nacional da Uva, que celebra o suposto êxito do imigrante como propulsor do desenvolvimento regional: os 71 municípios que compõem a Serra Gaúcha possuem a média de uma empresa para cada dez habitantes; algumas dessas empresas lideram o cenário nacional em seus segmentos e seus líderes inspiraram gerações de executivos e empresários; o PIB per capita está entre os maiores do Brasil, cujos resultados foram alcançados em pouco mais de 140 anos de história. Não é de se estranhar que, a partir de interpretações desses dados, se constituísse, na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, um imaginário acerca da capacidade empreendedora dos seus habitantes, criando um verdadeiro mito em torno da figura do empresário. No cenário das representações simbólicas, o empreendedor serrano de origem italiana adquiriu um status diferenciado, com personalidade, práticas e valores próprios que o caracterizam como tal e são tipificados como modelos de sucesso a serem seguidos pelos novos empreendedores.

Nesse sentido, a questão de pesquisa desta dissertação é observar de que forma esse mito do empreendedorismo, tão culturalmente presente nos discursos históricos e também no imaginário coletivo, torna-se matéria para a ficção literária, mais especificamente na trilogia de José Clemente Pozenato, formada pelas obras *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*.

Este trabalho, intitulado *O empreendedorismo em José Clemente Pozenato: mito e expressão de regionalidade*, concentra-se na linha de pesquisa Literatura e Processos Culturais do Programa de Mestrado em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, buscando estabelecer uma análise interdisciplinar entre empreendedorismo, um dos temas que me acompanham desde a minha formação acadêmica e profissional, literatura e história regional.

O objetivo desta dissertação é identificar, na saga dos empreendedores da narrativa ficcional, relações com o empreendedorismo da narrativa histórica e com a história da família Eberle, considerada pela comunidade como um modelo de sucesso empresarial. Assim, ao se estabelecer uma relação, em que também pretendemos discutir o empreendedorismo como uma manifestação de regionalidade, não buscamos apenas conexões com a ficção, mas também procuramos estabelecer um intercâmbio entre a história empresarial e a literatura, verificando se os valores, discursos e práticas dos personagens literários, refletem aqueles princípios tradicionalmente assinalados como básicos e repetidos pela historiografia ao tratar dos empresários consagrados na região serrana do nordeste do Rio Grande do Sul.

O tratamento metodológico dado a este estudo refere-se à análise de textos literários em comparação com a narrativa apresentada nos livros de história regional, bem como com as biografias que tratam do empreendedorismo dos empresários considerados como ícones do empreendedorismo da cidade de Caxias do Sul, tomando como exemplo central a história da família Eberle.

Desse modo, para desenvolver este trabalho realizamos, no primeiro capítulo, uma reflexão sobre as definições de região, regionalidade e empreendedorismo, os três termos centrais do fragmento. Em relação aos conceitos de região, usamos como aporte teórico autores como José Clemente Pozenato, Rogério Haesbaert, Paulo Cesar da Costa Gomes, Milton Santos e Sandra Lecione. Destacamos também o conceito de região cultural já que, no campo das representações simbólicas, o empreendedorismo adquire um valor específico dentro dessa região e, mais ainda, a significa, obviamente não do ponto de vista geográfico nem do territorial, mas da perspectiva cultural. Essas especificidades se constituem como construtoras da realidade regional e suas representações regionais, possibilitando a caracterização de regionalidades que acabam por se configurarem como elementos de diferenciação dos indivíduos da região em relação às demais. Os estudos teóricos de João Claudio Arendt, Jürgen Joachimsthaler, Albuquerque Junior, Paasi, Jens Stüben e Rafael José dos Santos trazem à luz o conceito de regionalidade, que ganha uma enorme importância para a discussão que desejamos desenvolver nesta dissertação.

Questão central deste trabalho, a definição de empreendedorismo emergiu sob a égide da teoria visionária de L. J. Fillion (1991), através dos aspectos de: a) formação de visão e relações: a qual demonstra que pessoas motivadas a constituir um empreendimento criam, ao longo do tempo, ideias de produtos baseados em sua experiência, surgindo em estado bruto mas que refletem o sonho que ser transformará em empresa; b) energia: para desenvolver o processo de formação da visão, o empreendedor se apoia em elementos-chave, principalmente

as chamadas relações, em que o objetivo não é o trabalho em si, mas o resultado dele advindo;

c) liderança: o empreendedor deve ser um indivíduo autônomo, confiante e crente de que é capaz de mudar as coisas e convencer as pessoas ao seu redor de que sua visão é ótima e de que todos vão se beneficiar dela, assim como possuir o talento de persuasão sobre terceiros a ajudarem-no a realizar o seu sonho. Finalmente, Filion discorre sobre a visão complementar que, basicamente, trata da gestão da empresa em seus mais variados aspectos, cuja responsabilidade é criar a estrutura e organização para que o produto seja vendido aos clientes da forma eficiente e que gere o lucro esperado.

O segundo teórico utilizado para estudar a ideia de empreendedorismo é Schumpeter, cuja teoria da “destruição criativa” traz à luz um importante conceito associado ao ato de empreender, a inovação, e enumera os fatores inibidores do empreendedorismo, quais sejam: estatização e capitalismo “selvagem”; ao tempo que fala sobre a disposição em assumir riscos; o capital social e a imagem social, aspectos que nos auxiliaram a compreender melhor a aproximação de certos personagens aos valores empreendedores. Para esse teórico, o empresário é quem identifica as possibilidades existentes no sistema, estabelece a recombinação de novas técnicas de produção e abre, desse modo, o horizonte para o novo, rompendo com a monotonia e a resistência do fluxo circular, liderando o processo para a consecução das mudanças necessárias à promoção do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1984).

O fechamento do primeiro capítulo se dá com a retomada dos conceitos anteriores estudados, para observar com maior detalhamento a caracterização do empreendedorismo como uma expressão de regionalidade e sua tentativa de utilização como elemento de distinção e aceitação incondicional por parte da população através do sentimento de lealdade. Esse entendimento levou a uma marcação regionalista (no sentido mais clássico do termo, como um programa de caráter laudatório e ufanista) desse discurso por parte de lideranças empresariais, políticas, sociais e religiosas que contribuem, não apenas para a sua origem, mas também para a sua propagação e manutenção.

Para compreender a formação discursiva mitificada do empreendedorismo na história regional, o segundo capítulo traz as configurações de mito de Mircea Eliade, para quem o mito é a narração de uma história sagrada, cronologicamente situada nos primórdios do tempo, e na qual a ocorrência faz referência a uma era de ouro, cujo acontecimento remete ao princípio de todas as coisas, à formação do Cosmos (ELIADE, 1963). Segundo Eliade, isso é fruto da realização de seres sobrenaturais, conferido ao ato de Criação, ou cosmogonia, o caráter sacro. Assim, estabeleceremos uma relação entre cosmogonia e imigração italiana, a

partir da figura do imigrante como elemento criador e civilizador, assim como o papel da Festa da Uva como ritual de renovação do mundo constituído e catalisador do discurso de enaltecimento ao trabalho dos descendentes de italianos como fator civilizador da região. A seguir realizamos uma análise historiográfica da evolução socioeconômica do Rio Grande do Sul e da Região de Colonização Italiana (RCI)¹ no nordeste do Rio Grande do Sul, a partir das ideias dos autores Eugenio Lagemann e José H. Dacanal, que apontam o surgimento, na historiografia rio-grandense, do culto ao vencedor ligado ao empresário industrialista, que tem sua trajetória narrada a partir da ideia de que toda grande indústria tem sua origem em uma oficina de “fundo de quintal”, fato atribuído à capacidade de poupança e autofinanciamento do empreendedor. Veremos que a trajetória dos atores econômicos não possui conexão com essa narrativa laudatória, mas possui aspectos bastante diversos e que encontram eco nos empreendedores da RCI, cujas estratégias de crescimento lançaram mão da ativação de diferentes mecanismos de geração de capital, como o comércio e a livre associação.

Para entendermos melhor a história do empreendedorismo na região, e posteriormente estabelecermos relações com a narrativa da ficção, resgatamos a história de vida de empreendedores de três gerações da Família Eberle, por meio do Dossiê Histórico de Luiza Eberle (Gigia Bandera), do Arquivo Histórico do Sindicato das Indústrias Metalmeccânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (SIMECS), dos documentos da Metalúrgica Abramo Eberle e das obras de Alvaro Franco e Heloísa Bergamaschi, coadunadas com as gerações de personagens da família Gardone apresentadas nas obras de Pozenato, nos períodos de 1883 a 1909, 1910 a 1930 e de 1934 a 1942. Acreditamos que é importante ressaltar desde já que os empreendedores foram escolhidos por sua relevância e representatividade histórica na formação da paisagem econômica da região, a saber: José e Luiza Eberle, da primeira geração; da segunda geração, Abramo Eberle; e de terceira geração, José Eberle. A interface entre literatura e história é explorada a partir da analogia entre ficção e realidade no campo da “verdade do simbólico” (PESAVENTO, 2003, p. 4). Somado a estudos realizados por outros pesquisadores, verificamos as semelhanças e diferenças dos personagens históricos, em especial Abrahmo Eberle, com os personagens da literatura, em especial Ângelo Gardone e Máximo Segundo.

O terceiro capítulo trata da análise dos personagens da família Gardone nas três obras de Pozenato, em que retomamos as teorias do empreendedorismo de Schumpeter e Filion e

¹ A Região de Colonização Italiana situa-se na encosta superior da serra e abrange as antigas colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias, atualmente denominada de Região Nordeste do Rio grande do Sul, com 71 municípios em sua abrangência (FROSI; MIORANZA, 1975). Doravante, nesta dissertação, passaremos a denominá-la de RCI.

também nos apoiamos nos estudos literários. São analisados Aurélio e Rosa Gardone, Ângelo Gardone e Máximo Segundo. Utilizando os teóricos Umberto Eco, Anatol Rosenfeld e Antônio Candido, com especial atenção à teoria do autor e leitor modelo e empírico do primeiro, verificamos se as obras refletem um tipo de personagem que poderia representar os valores do empreendedor na época representada nos romances. Para isso construímos um corpus com os referidos romances históricos da trilogia de José Clemente Pozenato: *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*, cuja narrativa se situa no período histórico de 1883 até o início da década de 1940, na Região Colonial Italiana. A intenção é analisar as obras desse escritor por ser o ficcionista mais representativo da região em foco, e aquele que marca uma ruptura com o discurso laudatório da imigração italiana na trilogia citada e, ainda, por ser o criador de um conjunto de obras de reconhecimento regional e nacional, o que o torna o autor ideal para buscarmos os elementos que aproximam ou não a literatura da história “oficial” em relação à ideia do empreendedorismo.

O primeiro romance, *A Cocanha*, narra a história de um grupo de imigrantes italianos, com especial enfoque em quatro famílias, desde a saída da cidade de Roncá até a chegada à Colônia Caxias, em 1883, com o sonho de conquistar a “Cocanha”, um paraíso na terra, em contraponto com a realidade de misérias e exploração na Itália. Ao chegarem, deparam-se com um cenário onde há tudo por se fazer, não restando alternativa a não ser construir a própria “Cocanha”. Nesse romance veremos a trajetória e a visão do sonho e da realidade de Aurélio e Rosa e como eles atingem seus objetivos, ao mesmo tempo em que surgem os primeiros traços da personalidade de seu filho, Ângelo Gardone, em contraponto ao pai.

Em *O Quatrilho*, que se inicia em 1909 e se encerra em meados de 1930, a história centra-se nos casais Ângelo e Teresa Gardone e Máximo e Pierina Boschini, ambos descendentes de primeira geração dos casais protagonistas da obra anterior. Sendo a obra mais conhecida da trilogia, conta a história da traição e troca dos casais em questão. Nosso foco, entretanto, está nas ações de Ângelo Gardone e seu despertar como empreendedor, ao lado de Pierina Boschini, sua mulher.

A terceira e última obra é uma consecução da anterior, com destaque aos conflitos políticos brasileiros da década de 1930 e seus reflexos na cidade de Caxias do Sul, que ganham voz com o personagem Lourenço Boschini, filho de Massimo e Teresa. Nesse momento ocorre a consolidação de Angelo Gardone como grande industrialista e a sucessão da empresa Produtos Alimentícios Gardone, na pessoa de Máximo Segundo, irmão mais novo de Lourenço, em contraponto ao primogênito, declaradamente comunista. A narrativa de *A Babilônia* termina pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial.

Neste trabalho não tentamos observar qual personagem é verossímil em relação à história, mas se ele reflete – em discurso e ação – os valores tidos como tradicionais que o convertem e o legitimam como um empreendedor aos olhos da sociedade. A eleição dos personagens ocorreu pela sua maior aproximação a esses valores, uma vez que, do ponto de vista da análise de personagens de Anatol Rosenfeld, eles representam os seres humanos com contornos definidos e, mergulhados em uma tessitura de valores religiosos, morais, políticos e sociais, tomam atitudes segundo esses valores. Assim, o leitor, diante de uma obra literária, contempla uma realidade fictícia que, entretanto, expressa o reflete a realidade no momento em que foi escrita (ROSENFELD, 1968, p. 9-51).

2 EMPREENDEDORISMO E REGIONALIDADE

Abriremos este estudo com as definições de região, como fruto de uma construção histórica e cultural coadunada com as intenções dos seus autores/atores e alinhada aos paradigmas que a orientam historicamente, tomando como principais referenciais Pozenato e Arendt. Analisaremos o conceito de regionalidade como resultado das especificidades surgidas no interior das regiões como resultado do seu próprio processo da evolução histórica. Em seguida, abordaremos a origem do empreendedorismo como movimento de construção do futuro, e as definições de Filion e Schumpeter para empreendedorismo, dando ênfase aos aspectos comportamentais que compõe o perfil desse elemento na sociedade. Por último, analisaremos o empreendedorismo como uma expressão e relato de regionalidade da RCI, considerando que a história de um empreendedor e da sua empresa compõem um agrupamento de práticas e conhecimentos que edificaram significados da qual seu empreendimento integra um conjunto de práticas e de conhecimentos que construíram um significado cujas afluências entre si criaram a região empreendedora simbólica da Serra Gaúcha. Veremos, ainda, como o sentimento de *loyalidade* é o amálgama que mantém esse significado através de estratégias discursivas dos agentes oficiais da RCI.

2.1 CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIDADE

Diariamente, quem passa pela Rua Sinimbú, na quadra após a Praça Dante Alighieri, no centro de Caxias do Sul-RS, depara-se com um imponente e belo edifício, antigamente um complexo industrial, erigido na década de 1940. Chama a atenção a grande placa com os escritos “Abramo Eberle”, e não poucas vezes ouvimos narrativas grandiloquentes do que representou essa empresa. Não é incomum, também, ouvir relatos de dezenas de outras empresas que marcaram gerações em diferentes setores da atividade econômica regional, tanto na área vinícola, automotiva, cutelaria e comercial, mencionando somente algumas. Esses relatos, em que o tamanho e a importância econômica dessas organizações e de seus fundadores, com suas biografias oficiais e histórias quase heroicas, são o tema de debate, não ocorrem de forma isolada na cidade de Caxias do Sul; subsistem em um espaço maior composto de 71 municípios, a Região de Colonização Italiana (RCI), geograficamente conhecida como região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, ou Serra Gaúcha.

O que faz com que esse fenômeno social ocorra, e, mais importante, seja reconhecido como próprio desse local, frequentemente caracterizado como uma “região empreendedora”?

Primeiramente, devemos nos concentrar na definição do que é região. Geograficamente, podemos admitir que, tomando a Serra Gaúcha como exemplo, ela se constitui pela cadeia de montanhas e rios que a delimitam, estabelecendo fronteiras naturais que juntas formam um espaço. A geografia detém o pioneirismo das discussões sobre região, especialmente a partir do século XIX, com diversas revisões do termo. Mas não foi a partir desse século, no entanto, que a palavra região começou a ser empregada; isso ocorre, no Ocidente, desde o período helenístico grego, em seus estudos corográficos; ou entre os romanos, concentrados em mapear as fronteiras de seu império. Por esse motivo, não é estranho que quando falamos em região imediatamente nos venham à mente as ideias nascidas da geografia. Não há dúvida que o conceito se estrutura nessa ciência, assim como também é certo que ele tem sido reinterpretado ao longo dos tempos. Para Gomes, o mais importante não é estabelecer “uma validade restritiva para este conceito, como se a ciência fosse um tribunal onde se julgasse o direito de vida ou de morte das noções” (GOMES, 1995, p. 49). Para ele, parece mais conveniente perceber a “existência da noção de região em outros domínios [...], reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego no âmbito da própria ciência e particularmente da geografia”. Gomes (1995) ainda afirma que a ciência “deve procurar nos diferentes usos correntes do conceito de região, suas diferentes operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades”. Com esse conselho em mente, podemos observar que o termo é utilizado de formas muito diversas. Primeiramente, foi a geografia que consagrou seu uso, pela questão da organização do espaço, mas atualmente passou a ser empregado por estudiosos das mais diversas disciplinas – historiadores, economista, cientistas políticos, sanitaristas, demógrafos, sociólogos, antropólogos e urbanistas, variando seu sentido de acordo com os objetos de estudo específicos de cada área. É importante que situemos o termo, desde o seu uso mais comum, como na geografia, e no significado que assume para cada disciplina em que é empregado.

Etimologicamente, de acordo com Gomes (1995), Corrêa (1997) e Lencioni (2003), região provém do latim *regere*, que é governar. Sua conotação era, portanto, política, pois referia-se à unidade político territorial do Império Romano. A *regione* romana designava as áreas hierarquicamente vinculadas à legislação e ordens das magistraturas romanas, mesmo que possuíssem administração local. Como os romanos expandiram seu Império além-fronteiras, sentiram a necessidade de um conceito que fizesse a articulação entre o poder central e as áreas com acentuada diversidade social, cultural e espacial, segmentando o espaço.

A ascensão da geografia como disciplina científica levou à formulação de um conceito com base em critérios naturais e não mais exclusivamente político-administrativo, o que não

anula a utilização original. Os geógrafos formularam, de 1890 até 1970, três concepções para o termo (CORREA, 1997). A primeira acepção, de uma região natural, apoiou-se nos dados da natureza. A segunda seguiu a matriz do historicismo de base neokantiana, na qual a região é entendida como uma paisagem cultural, intitulada região-paisagem. A terceira acepção toma a região como criação intelectual, segundo desígnios específicos dos geógrafos. A partir de 1970 até o final do século XX os estudos do conceito de região passaram a ser influenciados pela Nova Geografia Regional, surgida nesse período. Nessa perspectiva, a região passa a ser vista como uma entidade abstrata, que serve para delimitar ou classificar áreas, fazendo parte de um sistema aberto, que se expande e se contrai, conforme as condições se apresentam. Esse conceito propicia o desenvolvimento de novas acepções de região. Gilbert (1988) distingue três abordagens do conceito dessa nova geografia. A materialista é a primeira delas e reconhece a região, no modo de produção capitalista, como a organização espacial dos processos sociais. Tem conotação marxista, uma vez que salienta a lógica da circulação do capital, divisão social do trabalho, os processos políticos e ideológicos e a reprodução da força de trabalho. A segunda abordagem relaciona a região à identificação cultural. Uma região seria, portanto, um espaço onde os habitantes imprimem a sua cultura. O espaço e os padrões sociais estão ligados aos processos sociais, culturais e naturais, mas incapazes de determiná-los. Essa concepção dá protagonismo ao homem, na produção e reprodução da vida social e dos espaços. A região, então, é uma realidade concreta, indo além das considerações dos que a observam. Constitui-se numa apropriação simbólica de um lugar por parte das pessoas que o habitam, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço pelas pessoas que nele habitam e contribuem para a formação de sua identidade. A terceira abordagem vê a região como um meio de interação social. É uma visão política, onde dominação e poder são fundamentais para distinguir um lugar de outro, em que há uma integração entre os indivíduos e as instituições no tempo e no espaço. Assim, o conteúdo político determina a região.

Para Santos (1994), a região é definida pelos modos de produção, um entendimento segundo o qual uma determinada forma de produção acontece em diversas partes do mundo, de acordo com as especificidades regionais. Para esse autor, para compreender uma região é preciso entender como funciona a economia mundial e de que forma isso chega a um país, pela ação do Estado, das instituições e dos agentes da economia, iniciando por seus atores predominantes. Assim, “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (SANTOS, 1994, p. 46). A região tem estrutura flexível, com limites estabelecidos por múltiplos aspectos, dentre os quais: demandas locais, fatores produtivos

predominantes, empreendimentos comuns, fuga de fatores regionais de produção, desafios competitivos, articulações sociais e negociações em nível suprarregional. A aceção de região, então, ultrapassa os limites geográficos, abarcando elementos econômicos, políticos, sociais, culturais e até psicológicos, pois eles podem ser vistos como representações mentais. Ela não se constitui de condições naturais similares, mas é um espaço vivido e sentido por aqueles que a habitam (FRÉMONT, 1980). São, conforme Corrêa:

Processos universais que assumiam especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de difusão que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas (CORRÊA, 1997, p. 192).

Sendo assim, o conceito de região supera os limites iniciais marcados pela geografia e alcança horizontes compartilhados com outras ciências, desde as exatas até as humanas, que enriquecem não só o sentido do conceito em si próprio, mas também a discussão teórica, acadêmica e científica que gira em torno a ele.

A região é um fato e uma construção histórica e cultural, definida, sobretudo, pela consciência coletiva desse espaço, tanto na perspectiva de espaço construído e diferenciado, quanto na ideia de região. Albuquerque Júnior ressalta a dimensão simbólica, enquanto “invenção”, afirmando que o concreto se desconecta ou se torna menos importante no complexo jogo práticas e discursos:

A região vai se delineando pelas práticas e discursos, imagens e textos, relacionados ou não entre si, onde um não representa o outro. A região se forma da batalha entre o visível e o dizível. [...] Nem tudo o que é dito, é o que se faz e nem tudo o que se faz é o que se diz. Os discursos fazem ver, mas podem fazer ver diferente do que dizem (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 46).

Isso significa que, inclusive, sua definição é uma arbitrariedade e nenhuma fronteira existe sem que o homem a designe como tal. O conceito e a definição de uma região é, dessa forma, uma construção da ordem das representações simbólicas, tornando-se uma realidade (não natural) no momento em que as escolhas dos critérios adotados para sua existência sejam convencionadas historicamente e circunstancialmente. Para Pozenato, por sua vez:

Uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de

relações que apontem para esse significado. Isto é, o que é entendido como uma região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade natural, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um auctor, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista. (POZENATO, 2003, p. 4).

Podemos afirmar que as regiões são construídas de acordo tanto com as intenções dos seus autores/atores, quanto com os paradigmas que norteiam cada época histórica. Essa definição implica em assumir que esse processo produz diferenças entre as regiões em um contexto cultural mais amplo, gerando um movimento de fortalecimento da identidade interna e de consolidação de sua singularidade. Uma região cultural, portanto, pode ser identificada pelo conjunto de valores compartilhados nesse espaço, assim como as práticas hodiernas diferentes das demais comunidades e seu passado comum (BERUMEN, 2003). Resulta, portanto, que a sua construção é histórica, conforme suscita Pozenato (2003), a qual se institui como diferente da do espaço vizinho e externo, conferindo

[...] importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da paisagem. Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a constatação de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo. (POZENATO, 2003, p. 152).

A identificação de algo como sendo propriamente de uma região determinada deve, fundamentalmente, considerar o conceito de Rogério Haesbaert (2010) de região como artefato, sendo simultaneamente criação (“arte”) e construção consolidada (“fato”). É sempre perigoso afirmar categoricamente que um determinado produto cultural, ou fato cultural, seja considerado autêntico de uma determinada região. Isso porque nenhuma região é totalmente isolada de modo a produzir algo único; quer dizer, o fato de não haver indústrias metalúrgicas em Florianópolis a faz menos empreendedora do que Caxias do Sul? A visão de Abramo Eberle, líder da construção da maior empresa de sua época, é um atributo exclusivo desse empreendedor e não se aplica a nenhum outro, como A. J. Renner, por exemplo? Viver de forma austera, com o objetivo da criação de poupança para a formação de um capital para investimentos, não ocorreu também em São Paulo, que recebeu o mesmo fluxo imigratório (mas com finalidades diferentes) que o do Rio Grande do Sul? É válido, igualmente, o questionamento inverso: qual o amálgama que une dois empreendedores com as mesmas práticas e sentimentos em um mesmo contexto histórico? A afirmação definitiva de uma ou de outra não é possível nem precisa, em virtude da dinâmica intrínseca das interações entre as comunidades, o que torna sua delimitação uma tarefa inócua, pela própria natureza instável da

relação entre o produto cultural e o espaço regional (ARENDDT, 2012).

Uma região cujo significado é construído de forma constante e dinâmica, ou seja, através de um processo histórico no tempo e não no espaço, produzido e modificado por essas relações, nos permite uma melhor compreensão das especificidades surgidas em seu interior. Especificidades essas, aliás, instáveis, pois sua própria natureza de formação aponta para uma inevitável transformação, já que se situam permanentemente sob influência de forças históricas (ARENDDT, 2012).

Uma definição que clareia esse entendimento é a de Jürgen Joachimsthaler, quando demonstra a unicidade desse processo de condensação cultural de uma região através da história, agregando, dispensando, retomando elementos de outras regiões, em uma metamorfose singular:

Uma região é, portanto, ‘simplesmente’ uma condensação de espaço cultural (mais de uma pode se sobrepor em um só local) usada por indivíduos como motivo para a construção de identidades regionais, no que elas [as condensações] atribuem um sentido para a identificação de caráter identitário aos espaços. As identidades sobrepostas não se excluem umas às outras: elas são possíveis simultaneamente, mesmo com suas diferenças, pois, por princípio, as identidades regionais não seguem o princípio de exclusão das identidades nacionais (JOACHIMSTHALER, apud ARENDDT, 2012, p. 87).

A essa ideia, Arendt (2012, p. 96) acrescenta que as regiões culturais são “produto do trabalho humano de delimitar e significar espaços sociais”, fruto da interação e agregação entre indivíduos e grupos. Justamente essa criação cultural que chamamos região ficará demarcada por elementos e características que aproximam os seus integrantes e os distancia dos vizinhos, apresentando-os como diferentes. A essas marcas, características ou elementos culturais, chamamos regionalidades e as entendemos como fundamentais para compreender a região como tal. Essas regionalidades, compreendidas enquanto especificidades, são portadoras do sentido de “índices das fronteiras culturais que se movem no tempo e no espaço” (ARENDDT, 2012, p. 96). Por isso a questão básica deste trabalho é analisar o empreendedorismo como uma manifestação de regionalidade na RCI.

Nesse sentido, esse processo constitui elementos dentro de uma região cultural que são claramente identificáveis como sendo seus. Essas especificidades são construtoras da realidade e das representações regionais e permitem a caracterização de regionalidades dentro de uma única região sem, entretanto, serem homogêneas e estagnadas; a região, portanto, é resultante de um sistema constituído pelo tipo, quantidade e extensão das relações adotadas para defini-la, e a regionalidade, por sua vez, as diferentes maneiras de expressão existentes nesse sistema. É por isso que conseguimos caracterizar, mesmo que ordinariamente, uma

região como gastronomicamente marcante e outra como mais vocacionada a ser hospitaleira, e assim por diante. Igualmente nos permite afirmar que uma região é mais empreendedora que outra, mesmo que essa última tenha sido, em tempos longínquos, mais que a primeira; o que não quer dizer que não existam empreendedores nessa região em decadência no presente. A composição de especificidades, tanto materiais quanto imateriais, confere “múltiplas propriedades ou qualidades de ser regionais em uma única região. Dessa forma, existe um modo de ser regional não em forma de bloco compacto e coeso, mas cheio de fissuras e imperfeições” (ARENDR, 2012, p. 89).

Trazendo esse constructo para a realidade da RCI, ainda sem adentrar na análise da construção do mito do empreendedorismo, podemos, entretanto, observar que, à medida que afirmamos que a Serra Gaúcha é uma região empreendedora, estamos admitindo uma diferenciação em relação à outra região rio-grandense ou brasileira, e abrimos um portal para que se busque entender o significado dessa nomeação e suas especificidades constituintes. Um aspecto interessante dentro desse conceito que remete à imperfeição da região cultural é que, mesmo dentro dessa região que se auto-afirma empreendedora, existem regionalidades internas que se distinguem de outras, cujo significado não aponta para o empreendedorismo e, ainda assim, fazem parte da mesma região, ou da RCI, por outros elementos.

Fazer parte de uma região ou de uma nação não significa apenas perfilar-se harmoniosamente ao modo de ser tradicional, mas, também ao contrário, esforçar-se ao máximo na marcação de uma diferença que possa ser notada como particularidade positiva (ARENDR, 2012, p. 90).

A diferença em questão é o empreendedorismo, e doravante se faz necessário dissertar sobre as suas definições.

2.2 O EMPREENDEDORISMO: ORIGEM, DEFINIÇÕES E EVOLUÇÃO DO CONCEITO

As realizações humanas no âmbito do desenvolvimento econômico e social têm como seus protagonistas grandes empreendedores cuja capacidade de agir e tomar decisões concretiza seus sonhos e visões. Essas pessoas moldam nosso mundo como o conhecemos e assumem um papel vital para a sociedade uma vez que suas habilidades em transformar capital, matéria-prima, trabalho e conhecimentos em produtos, edificações, serviços e tecnologias são empregadas com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas. O legado de suas criações influenciam gerações e criam um modo de vida totalmente diferente ao

anterior. Mudam paisagens e valores, haja vista o mundo antes e depois de Tim Berners-Lee e Steve Jobs, inventores da internet e do smartphone, respectivamente. Schumpeter (1983) coloca o empreendedor como peça motriz do desenvolvimento econômico e demonstra como a inovação promovida por esses agentes introduz descontinuidades cíclicas na economia, já que eles, ao se exporem a riscos, rompem paradigmas e desfazem o *status quo*.

A palavra empreendedorismo tem origem no francês “entrepreneur”. Genericamente, está ligada à iniciativa, à inovação, no sentido da busca de soluções não usuais para resolver questões de cunho econômico e social, tanto de ordem pessoal quanto coletiva, concebendo empreendimentos nesse sentido. Outros conceitos ligam o empreendedorismo ao ato criativo, quando nesse processo ocorre a geração de algo com valor, que exigiu dedicação de tempo e esforço intelectual, responsabilizando-se pelo ônus financeiro, psíquico e social que tal tarefa venha a exigir. Poderá, quiçá, receber a gratificação pelo esforço como regozijo pela conquista e autonomia das pessoas, no sentido econômico (SANDRONI, 2005; HIRICH;PETERS, 2004). Empreender significa, entretanto, efetivar formas de produção e distribuição de riquezas, não apenas pela criação de propostas, produtos e processos, mas também através de ideias, conhecimento, teorias, arte e filosofia:

Empreender é um processo humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores, ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambiguidade e no indefinido; consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniquidades sociais. Empreender é, principalmente, um processo de construção do futuro (DOLABELA, 2003, p. 29).

O conceito de empreendedorismo abrange todas as atividades que tragam em seu bojo criação e ousadia para a produção de valores humanos e econômicos coletivos. Dessa forma, estão inclusas as ocupações não só com fins lucrativos, contrariando o senso comum que vincula a ação empreendedora apenas às ações que resultem em bens materiais, notadamente, com repercussões econômicas. Assim, o empreendedorismo está presente no Primeiro Setor e nas organizações não governamentais sem fins lucrativos que geram serviços de caráter público quando são realizadas ações que produzem valores a partir da superação da carência ou inexistência de recursos financeiros. O empreendedorismo abarca, igualmente, os que se dedicam a pesquisas, cujos resultados fazem com que o conhecimento se torne riqueza, bem como os empresários de micro e pequenas empresas que geram empregos e valores humanos e econômicos para a sociedade. Nesse sentido, a ideia da capacidade de correr riscos está vinculada ao conceito de empreendedorismo. Marco Polo, o viajante e mercador veneziano, é

considerado por muitos estudiosos como um dos pioneiros do empreendedorismo, pois sua ousada aventura lhe trouxe riscos físicos e emocionais (CARDOZO; BARBOSA, 2005).

O uso do termo empreendedor como empresário provém da história militar da França, quando no século XVII referia-se aos encarregados de liderar expedições militares (TOMECKO, 1992). A palavra empresário passou a ser usada no século XVIII, referindo-se àqueles que adquirem mercadorias e serviços, com pagamento certo e venda futura desses produtos totalmente incerta, conforme afirma Richard Cantillon (BREWER, 1992). O conceito teve aceitação pois essa definição parece ter sido satisfatória durante bastante tempo, até que Jean Baptiste Say, no século XIX, trouxe novos elementos para essa discussão. Ele partiu do pressuposto de que a produção cria a demanda, trazendo para o empresário a função de agregar à produção o gerenciamento e os riscos do negócio (SAY, 1983). O economista e sociólogo Joseph Schumpeter, no início do século XX, trouxe uma grande contribuição ao lançar luz sobre o conceito de empresário empreendedor, mostrando-o como o principal propulsor das transformações socioeconômicas. A inovação passa a ser sua função mais importante, responsável pelas mudanças de paradigmas nos modelos tecnológicos básicos, posto que toma a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e elevação da economia para um novo patamar de desenvolvimento.

A automação e um novo modelo de produção, a partir da Era do Conhecimento, surgida no início dos anos 2000, determinam a revalorização do empreendedorismo, no final do século XX. A economia empreendedora ganha força, trazendo a valorização daquele profissional que se destaca pela ousadia de trabalhar para si, pela capacidade criativa e de inovação. A ideologia e as práticas do empreendedorismo se difundem como sustentáculo do autoemprego. Segundo Harvey, a acumulação flexível é decorrente dos novos setores de produção, mercados, serviços financeiros, inovações nas áreas comercial, tecnológica e organizacional, de forma que alteram-se os padrões de desenvolvimento entre os setores e as regiões geográficas – o amplo crescimento de atividades nos serviços e a implantação de novas indústrias em lugares subdesenvolvidos (HARVEY, 2002, p. 140).

São três as grandes vertentes teóricas que fundamentam as discussões a respeito do empreendedorismo. De acordo com Schumpeter, economista e sociólogo, para que seja implementada uma empresa e alcançado o desenvolvimento é necessário o espírito empreendedor. Celso Furtado interpreta o espírito de empresa, elemento principal do pensamento de Schumpeter, como uma categoria de pensamento abstrata, atemporal e independente da ordem. Seria um dom do espírito humano, tornado o empresário presente em todas as organizações sociais, de qualquer estrutura e ideologia (FURTADO, 1977, p. 47). Os

comportamentalistas, representados por McClelland e Tomecko, relacionam os empreendedores à existência de qualidades como criatividade, a intuição e a motivação; há, entretanto, na primeira corrente, o destaque para a relevância de atributos que fogem da questão econômica do empresário empreendedor, como o entendimento do comportamento humano. Portanto, a demarcação entre o pensamento *schumpeteriano* e os comportamentalistas não é assim tão precisa. Max Weber, historiador e sociólogo, sintetiza a terceira vertente teórica, que traz para a discussão a questão das características pessoais, buscando nos sistemas de valores e nas ações econômicas a explicação para o empreendedorismo, visto como o “espírito do capitalismo”.

Para Schumpeter, o empreendedor vê a produção como resultado do capital e do trabalho. Ele é um criador de novos produtos e serviços, novas formas de organização e um descobridor de fontes de matérias-primas. O espírito empreendedor está vinculado totalmente à inovação a serviço do crescimento, buscando nichos de mercado inexistentes na visão usual. Essa constante renovação possibilita a expansão econômica, dando ao empresário empreendedor tamanha liberdade de ação, que podem levar à “destruição criativa”. A coragem ou disposição para um negócio não definiriam, portanto, o empreendedorismo para Schumpeter. Sua concepção de desenvolvimento fica clara neste pensamento:

[...] danças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento, devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. [...] O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

De acordo com Schumpeter, o desenvolvimento emerge da vida industrial e comercial e não das demandas dos consumidores de produtos finais. O produtor propõe a mudança econômica, educando os consumidores a novos hábitos de consumo, seja através da introdução de produtos novos ou da melhoria dos já conhecidos. (SCHUMPETER, 1982, p. 48). A partir de novas combinações produtivas descontínuas é que acontece o desenvolvimento, qualificadas pelo autor desta forma: a) quando um novo produto é introduzido ou é realizada a melhoria da qualidade de um já existente; b) quando novos métodos de produção são adotados, não decorrentes da indústria de transformação e da

descoberta científica, e que pode ser até uma maneira nova de manejar comercialmente uma mercadoria; c) quando ocorre a abertura de um novo mercado – não explorado pela indústria de transformação do determinado país, quer ela já tenha existido ou não; d) quando ocorre a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, já existente ou a ser criada; e) quando uma nova organização de qualquer indústria é estabelecida, como a criação ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982, p. 48). Uma dessas inovações, ou mais de uma, postas em prática, por um empresário empreendedor, caracterizam uma “resposta criadora” dada à sociedade, num ciclo produtivo. A “resposta criadora” opõe-se à “resposta adaptativa”, que é a reação pura e simples a uma situação, sem inovação, dentro da inércia do sistema produtivo. Um exemplo é o caso de aumento de população, quando a busca de solução é simplesmente adicionar nos empregos já existentes novos braços à força de trabalho. Para esse autor, a “resposta criadora” muda situações econômicas, de maneira definitiva, criando ocorrências inusitadas e inesperadas, sem vínculo ao vácuo da ausência de inovação. Outro aspecto essencial relacionado à inovação, no entendimento de Schumpeter, é que:

Produzir novas coisas não é apenas um processo distinto, mas é um processo que produz consequências, as quais formam uma parte essencial da realidade capitalista. A completa história econômica do capitalismo seria diferente do que é se novas ideias tivessem sido regular e correntemente adotadas, naturalmente por todas as firmas para cujos negócios elas fossem relevantes. Mas isso não aconteceu. Na maioria dos casos, apenas um homem ou alguns deles veem as novas possibilidades e estão aptos a lutar contra as resistências e dificuldades com que a ação sempre se encontra, fora dos caminhos normais da prática. (SCHUMPETER, 1984, p. 36).

Esse movimento e sua contribuição na formação da riqueza dos países leva à denominação de “destruição criativa”. Para ele, esse processo é a quintessência do capitalismo, o fator gerador de novos produtos, modos de produção, mercados e até necessidades antes não imaginadas. Sua definição de empreendedorismo, portanto, passa pelo pressuposto de que o empreendedor é aquela pessoa que tem a vontade de pôr em prática ideias novas:

Joseph Schumpeter, que criou o famoso apelido “destruição criativa”, para o capitalismo, descreve bem isso. Os empreendedores - sustentou ele - tem vontade de vencer: o impulso de lutar, de demonstrar que são superiores aos outros, de ter sucesso, não pelos frutos do sucesso, mas por amor ao sucesso [...]. Existe a empolgação de criar, de concretizar as coisas ou simplesmente de exercitar sua força e criatividade. (DEGEN, 1989, p. 39).

Uma quarta vertente, surgida nos anos 1990, acrescentou elementos novos aos conceitos *schumpeterianos* na Teoria Visionária, cuja criação se deve ao pesquisador L. J.

Filion. Para ele, o empreendedor precisa ser “uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (FILION, 1997, 17). O conceito de “visão” pressupõe a capacidade de definir e converter em realidade uma imagem desejada e traçada como objetivo:

A visão é uma representação mental de estratégia, criada ou ao menos expressa na cabeça do líder. Essa visão serve como inspiração e também como um senso daquilo que precisa ser feito – uma ideia, um guia. A visão tende, com frequência, a ser mais uma espécie de imagem do que um plano plenamente articulado. É ver além, isto significa a construção do futuro – invenção de um mundo que, caso contrário, não existiria (AHLSTRAND; LAMPEL; MINTZBERG, 2000).

A maior distinção entre uma pessoa empreendedora e as demais está na sua capacidade de concepção: ela captura contextos, define a posição que deseja estar no mercado e como sua organização deve ser para estar onde deseja. Esse processo tem a denominação de ‘visionar’ (DOLABELA, 1999) e pode ser dividido em três categorias: a) visões emergentes, formadas através da análise e da percepção do empreendedor do ambiente e de sua experiência, convertidas em produtos ou serviços possíveis neste contexto imaginado; b) visão central, equivalente a depuração de uma ou a combinação de várias visões emergentes, dividida em visão exterior, que já acrescentando outros elementos além dos produtos, como a distribuição e o mercado consumidores, e visão interior, que refina a ideia de como a organização precisa ser para entregar esse produto ao mercado da forma mais eficiente possível; c) visões complementares, que se constituem em uma série de atividades gerenciais a serem realizadas para que a visão central evolua (FILION, 1994).

Importante ressaltar que essas três categorias possuem interfaces e interações dinâmicas e incessantes. A graduação de uma etapa para a seguinte depende do empreendedor, além de níveis elevados de articulação pessoal, coerência e tenacidade, competências vitais para que sua estratégia obtenha o sucesso pretendido (DOLABELA, 1999). Pensar o empreendimento através desse processo de visão incorpora alguns elementos necessários para integrar todos os colaboradores, sócios, parceiros e funcionários ligados ao empreendimento, sendo estes o conceito de si, energia, liderança, compreensão de um setor e o sistema de relações. O “conceito de si” é a percepção que o empreendedor tem de si e de como vê o mundo real. Essa janela para a realidade passa pelo filtro dos seus valores, atitudes, temperamento e interesses particulares e tem sua estrutura modificada ao longo do tempo conforme a pessoa vai sendo influenciada pelas suas experiências no decorrer da vida.

Para o componente “energia” considera-se a forma como o empreendedor utiliza o tempo e emprega intensidade em suas atividades. Tanto pode ser direcionada para o exercício

da liderança, como para criar e manter relacionamentos ou concluir uma visão. O conjunto dessas ações tomadas como experiências podem resultar na alteração de suas visões de mundo, além de necessariamente terem que retornar ao empreendedor, parcialmente, totalmente ou em quantidade maior do que aquela por ele investida.

O elemento “liderança” traz em seu bojo a capacidade do empreendedor em comunicar corretamente sua visão, motivar e dar suporte a sua equipe, disciplinar e, o mais importante, compartilhar a visão com todos. A “compreensão de um setor” implica na aquisição do conhecimento correto do setor em que o empreendimento irá atuar, em termos conjunturais e de megatendências. Isso significa entender o funcionamento da cadeia, desde fornecedores a distribuidores, a estruturação das operações, o perfil do consumidor e do comprador, ameaças e oportunidades, pontos fracos e fortes dos atores do mercado, além da mão de obra disponível e do potencial lucrativo pertinente ao setor. (DOLABELA, 1999).

Finalmente, o mais importante de todos os elementos: o “sistema de relações”, que ocorre em três níveis: primário, secundário e terciário. O nível primário observa o papel influenciador do núcleo familiar, considerando o parentesco de primeiro grau: avós, pais, filhos e irmãos, na concepção de mundo do empresário. O nível secundário engloba os amigos feitos da infância até a adolescência, viagens e experiências escolares, atividades estudantis, atuação em movimentos sociais diversos, como partidos políticos, grupos de jovens, entre outros. No terceiro e último nível, temos as relações construídas em sociedades, associações, clubes esportivos e sociais, órgãos públicos, entidades de classe, universidades e parques tecnológicos (FILION, 1994). Esses níveis interagem simultaneamente e adquirem importância relativa para cada momento, dependendo do contato com os outros elementos, indistintamente. Pode ocorrer, por exemplo, da formação da visão ser impulsionada pelo terceiro nível de relações, como um clube esportivo, onde o contato com seus membros, quando eles possuem algum conhecimento específico útil para a ocasião, insere novos componentes para lapidar a ideia original do empreendedor.

Entender o que é empreendedorismo e o que é ser empreendedor pode ser ainda mais profundamente esclarecido quando analisamos alguns fatores que impedem que ele se desenvolva. Segundo Schumpeter, o primeiro deles é a estatização e o capitalismo “selvagem”, que consiste na estatização ou o exacerbado controle do Estado sobre a atividade empreendedora, regulando as operações em demasia e criando barreiras como a burocracia que impedem ou atrasam a inovação. O capitalismo “selvagem” ou oligopolista, pelo poder de concentração de capital, impede o surgimento de novos entrantes ou mesmo do financiamento de pequenos empreendimentos.

O segundo fator que prejudica é a falta de disposição de assumir riscos. Se o empreendedor não tiver a coragem e tenacidade suficientes para vencer as barreiras e dificuldades que muitas vezes parecem intransponíveis, jamais conseguirá realizar sua visão. Riscos são inerentes a qualquer atividade humana, e não será um revés que levará a empresa a falência, mas, sim, a incapacidade de superá-lo.

O seguinte fator é a imagem social. Empreender um negócio significa desenvolver atividades de chão de fábrica até a mais sofisticada negociação com grandes distribuidores, o que leva à inevitável situação de sujar as mãos com graxa e ganhar alguns calos que serão notados pelos amigos e colegas de clube. O derradeiro fator, e não menos importante, é o capital social. É a herança de valores e crenças que obtemos ao longo de nossa formação familiar, religiosa e escolar que, através dos pais, amigos e professores, foram incutidos em nosso arcabouço e que, por consequência, orientam nossas decisões. Seria o equivalente do sistema de relações de Fillion, só que pela perspectiva nefasta que podem causar. Isso ocorre quando um pai ou mãe executivos, por exemplo, constituem para os filhos o modelo de sucesso a ser seguido como um profissional carreirista de uma grande organização, ao passo que o filho de um empreendedor partilha desde criança os riscos, recompensas, desafios e a importância da atividade dos pais como algo natural e inerente à vida profissional. Muitas vezes, acontece o contrário, no instante em que cessa a visão do futuro empreendedor, determinando seu objetivo em relação àquele negócio específico, quando poderíamos estar colhendo frutos desse mesmo empresário em outras áreas cujo potencial poderia ser mais bem explorado. Isso ocorreu na Região de Colonização Italiana (RCI) a partir da quarta geração pós-imigração, quando os netos dos empresários de sucesso não partilharam do processo de empreender, o que causou uma série de problemas de sucessão familiar frente à direção dessas empresas (DEGEN, 1989).

2.3 O EMPREENDEDORISMO COMO EXPRESSÃO DE REGIONALIDADE

Atividades empreendedoras, apesar de globalmente difundidas, podem se constituir historicamente em uma região específica como parte de seu acervo cultural. A história de um empreendedor e seu empreendimento integra um conjunto de práticas e de conhecimentos que construíram um significado cujas convergências entre si criam uma região simbólica, nesse caso particular chamada Serra. Com isso não queremos dizer que eternamente será assim, ou que os serranos são em sua totalidade empreendedores, mas uma parcela significativa certamente partilha desse sentimento.

O regional assim constituído parte de um modo de pensar e de um posicionamento perante o mundo, pois “o regional coloca-se como um elemento significativo da representação de identidade” (SANTOS, 2009, p. 3), em que o espaço é um moderador da experiência social, construído por “significantes que podem incluir da paisagem às práticas linguísticas, da culinária à religiosidade e à origem comum”. Essas significantes se configuram como alicerce para significados de regionalidades, cujo processo e constructo cultural protagonizado por diversos aspectos sociais traçam uma concepção de região. O estabelecimento de uma conexão entre o espaço praticado e a região cultural nos conduz a pensar na possibilidade da existência de *relatos de regionalidade*, com o cuidado de ressaltar que os *relatos de regionalidade* não são meras transposições da região, ou do regional, para a linguagem. Em verdade, são coprodutores de regionalidades, uma vez que se constituem de sentidos partilhados e *reciprocamente referidos* (SANTOS, 2009, p. 15, grifo do original). Assim, tanto a abertura de uma empresa, a organização de festas que homenageiam à saga imigratória dos ancestrais e celebram o seu legado, o lançamento de um produto, a divulgação da abertura de uma filial, de um plano de investimento, a geração de empregos, a ampliação das instalações, se partilhadas historicamente, podem constituir-se como relatos de regionalidade.

Do mesmo modo, Albuquerque Junior considera que a regionalidade, no mesmo sentido que se pode atribuir à identidade, “não mascara a verdade da região, ele a institui” (1999, p. 49). Nesse discurso, “o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social” (ALBUQUERQUE JR. 1999, p. 50).

Essa “identidade da região”, como nos referimos em páginas anteriores deste trabalho, que refere-se “às características de natureza, cultura e dos habitantes, que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais”, por meio de classificações que elegem alguns elementos e retiram outros, expressa assim “o poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas” (PAASI, 2002b, p. 140). Por outro lado, essas regionalidades envolvem a identificação dos habitantes com a região, tanto dentro e fora dela, onde atuam na sua construção ativistas sociais, instituições e organizações, entre outros grupos. Como aponta Maria Clara Mocelin, em seu estudo sobre a italianidade:

Os empresários são os protagonistas das histórias de pioneiros bem sucedidos, apontadas como modelos exemplares e veiculadas pela imprensa local rádio, jornal, televisão, entre outros meios. As atividades destes empresários não se limitam à esfera empresarial; é comum vê-los envolvidos em atividades públicas, como aquelas referentes à cultura, à educação, e também à esfera política. (MOCELIN,

2009, p. 13).

A identidade do indivíduo e de uma comunidade resulta dessas identificações construídas no tempo e no espaço, na interação com diferentes pessoas e objetos que, na região em estudo, apontam inapelavelmente para o empreendedorismo como uma das qualidades e propriedades desse “ser” regional. Essa identificação, segundo Arendt, com as virtudes regionais elencadas por um grupo social, tem como objetivo estabelecer uma fronteira no espaço social:

Regionalidades também podem ser tomadas como índices das fronteiras culturais que se movem no tempo e no espaço. Enquanto especificidades, elas levam os indivíduos a aceitar ou a rejeitar os valores vigentes em uma escala regional. Em outros termos, ao habitar uma região, é possível identificar-se positivamente com algumas regionalidades e, ao mesmo tempo, entrar em conflito com outras. Regionalidades implicam atitudes de resistência ou de participação, de hostilidade ou de aliança, de rejeição ou de aceitação, atuando ora como obstáculos e limites, ora como continuidades e elos de ligação. (ARENDR, 2012, p. 96).

É interessante observar, na Serra Gaúcha, um elitismo no discurso de lideranças, entidades e meios de comunicação, no que se refere ao empreendedorismo e à riqueza produzida por ele. Esse comportamento de distinção, e por que não de delimitação, de origem e atuação no espaço regional da RCI, além de assumir um significado de construções pré-existentes, paralelamente tomam para si o papel de recrudescência e manutenção do seu sentido. A regionalidade passa, então, a receber uma marcação regionalista, já que o empreendedor serrano não somente confere um significado de distinção à sua região, como “região empreendedora”, como também procura conferir um “selo” de origem. Essa especificidade fica bastante latente quando um empresário da RCI ouve expressões como “a região de vocês é uma potência”; “gringo gosta de construir, de ir para a frente”; “vocês são desbravadores”, entre outras. O próprio empresário não refuta essas qualidades, pelo contrário, as reforça e as utiliza em vantagem própria. Situação esta que lembra a expressão cunhada pela pesquisadora Cleodes Piazza Julio Ribeiro, em seus estudos sobre o discurso da Festa da Uva, quando afirma que o evento, realizado geralmente de dois em dois anos, é uma balizagem da “celebração do êxito” imigratório. Ora, se essa celebração é uma exultação do sucesso, então está ligada à noção de riqueza produzida em seu processo de construção, caracterizando-se por possuir um caráter programático e paradigmático (STÜBEN, 2002).

A natureza da relação entre os sujeitos regionais e a região que habitam fica evidente quando apreendemos o conceito de “loyalidade”, neologismo advindo do inglês *loyalty*, que significa lealdade de um indivíduo em relação com a organização onde trabalha: “Quanto

maior for a *loyalidade* de alguém em relação a uma organização, menores são as possibilidades de se afastar dela e, em razão disso, aumentam as chances de melhorar o seu desempenho” (MÜHLER; OPP, 2004, p. 17 apud ARENDT, 2012, p. 93). Esse conceito, se amplificado ao tema deste estudo, é bastante útil para verificar como ocorre essa identificação de indivíduos em âmbito maior, além de empresas, chegando a bairros, cidades e nações. É nítida a “loyalidade” de um caxiense com o sentimento de progresso econômico de sua cidade, de modo que ele mesmo se sente mais bem-sucedido do que um vacariense, por exemplo, que não possui os mesmos indicadores de riqueza, e muito menos um passado comum como o dele de constituição desse êxito, como explica Arendt:

Em todas as formas de regionalidade regionalista residem traços marcantes de *loyalidade*. E não é outro o propósito das manifestações regionalistas, senão explicitar um sentimento de “lealdade” a uma história e a um modo de ser regionais. Em outros termos, significa assumir um caráter de respeito e fidelidade a princípios e regras que norteiam o comportamento de um grupo social. (ARENDT, 2012, p. 90).

A existência de *loyalidade* com uma região, neste caso por parte dos serranos, é estabelecida a partir de uma tríade de hipóteses (MÜHLER; OPP, 2004, p. 23-27 apud ARENDT, p. 90). Primeiro, advém da socialização do indivíduo, através de experiências e vivências positivas no trajeto do nascimento e crescimento etário na região, que o levam a se identificar afetivamente com ela e assim expressar sua *loyalidade*. A segunda, que aborda a qualidade de vida do indivíduo na região, onde ele vivencia concretamente os benefícios de seu pertencimento ao dispor de segurança, lazer, empregabilidade, renda, ensino de alto nível, opções culturais satisfatórias, fazendo com que seu sentimento de *loyalidade* seja alta. A terceira, e última, é a hipótese do conflito, quando o indivíduo e o grupo a que pertence sentem-se ameaçados por fatores externos ou por outros grupos, identificados como inimigos comuns.

Qualquer uma das hipóteses elencadas encontram-se nas camadas mais internas dos discursos regionalistas de autoridades políticas, religiosas e empresariais ligadas por origem ou atuação na região com a qual se relacionam. Essa tentativa de monopólio das representações simbólicas, entretanto, enfrenta resistências dentro da própria região, em um constante confronto de forças pela propriedade do discurso. A busca por essa hegemonia tem como autores os agentes econômicos e comunitários, leia-se entidades de classe e poder público, que procuram promover a aceitação regional de forma incontestada por parte da população residente.

Portanto, as manifestações de regionalidade serranas podem estar ligadas ao

sentimento de *loyalidade* pela alta qualidade de vida existente, gerada ao longo das décadas posteriores à imigração italiana. Inúmeros são os reforços discursivos para que essa conexão aconteça. Os indicadores de pesquisas do Dieese de qualidade de vida, a título de exemplo, que colocam sete municípios da Serra entre as dez cidades gaúchas melhores para se viver, não só chancelam esse sentimento, como integram um aparato de promoção dessa *loyalidade*. A exaltação das virtudes regionais ligadas ao empreendedorismo ocorre, por exemplo, em informativos empresariais do sistema literário serrano, nos quais a biografia dos empresários adquirem status de verdadeiras epopeias, enaltecendo a sua capacidade heroica de iniciar uma trajetória profissional que tem origem humilde e constrói uma grande empresa. Indubitavelmente esse relato lembra a conquista da “Cocanha” imigrante, e não por acaso existe uma relação direta entre imigração italiana e empreendedorismo. A questão é verificar até que ponto essa regionalidade serrana é fruto de uma história genuína de sucesso empreendedora que se iniciou na imigração italiana e seguiu-se até os dias presentes, e de que forma ela passa a ser sedimentada no campo da narrativa histórica e das representações ficcionais.

3 MITO E DISCURSO EMPREENDEDOR

Neste capítulo trabalharemos com a definição de mito, segundo os conceitos de Mircea Eliade, buscando situar a questão do empreendedorismo como um elemento presente na mitologia regional. Analisaremos o processo imigratório como um constituidor de uma cosmogonia, e como o empresário torna-se o maior símbolo dos mitos de origem relativos à constituição econômica da RCI. Em seguida, abordaremos o contexto histórico econômico da industrialização no Rio Grande do Sul, verificando como se desenvolveu a indústria no Estado e na região colonial, conforme destacam Eugênio Lagemann e José H. Dacanal. Veremos como ocorreu a formação do discurso do “culto ao vencedor” relativo à figura do imigrante e os contrapontos críticos a sua imagem de civilizador, a partir da biografia de Abramo Eberle relatada por Álvaro Franco e Heloísa Bergamaschi, como exemplo de empreendedor adotado pelos agentes discursivos da RCI.

3.1 CONFIGURAÇÕES DO MITO SEGUNDO MIRCEA ELIADE

Mircea Eliade aborda a definição de mito a partir de uma farta variabilidade de conceitos, e faz uma tentativa de conceituação da forma, como ele mesmo salienta, menos imperfeita. Assim, o mito seria a narração de uma história sagrada, situada nos primórdios do tempo, cujo acontecimento remete a uma era maravilhosa dos “começos”, obra de seres sobrenaturais (ELIADE, 1972). Em outras palavras, o mito é uma realidade que “[...] passou a existir, quer seja a realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição”. Isso significa que o mito, invariavelmente, terá como objeto de sua narrativa uma “criação”, uma descrição de como alguma coisa foi produzida ou teve sua existência iniciada, atendo-se exclusivamente a tudo aquilo que se manifestou de forma plena. Os protagonistas do ato de criação são “seres sobrenaturais”, cuja identidade remete aos seus feitos no que Eliade considera de “tempo prestigioso” dos “primórdios”. Os mitos revelam, pois:

[...] a sua atividade criadora e mostram a sacralidade (ou, simplesmente, a “sobrenaturalidade”) das suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas e frequentemente dramáticas eclosões do sagrado (ou do sobrenatural) no Mundo. É esta irrupção do sagrado que funda realmente o Mundo e o que faz tal como é hoje. (ELIADE, 1972, p. 12).

O mito é uma história sagrada que conta a origem do mundo, ou cosmogonia, conseqüentemente “verdadeira” porque refere-se a realidades. Não se limita, entretanto, à

narrativa apenas da origem do mundo, dos seres vivos ou da natureza em si, mas fundamentalmente refere-se aos acontecimentos dos primórdios cujos desdobramentos transformaram o homem na sua condição atual, um ser sexuado, mortal, socialmente organizado e cuja subsistência provém de seus próprios esforços, e sujeito a determinadas regras. A existência do mundo e do homem é possível apenas porque os seres sobrenaturais empreenderam atividades criadoras nas “origens”. Ainda que o tempo forte do mito seja a origem das coisas, há lugar para acontecimentos diversos após a cosmogonia e ele imputa ao homem sua condição atual como resultado de tais ocorrências míticas.

Para as sociedades arcaicas, o mito ensina-lhes as “histórias primordiais”, que o constituíram existencialmente, e tudo o que se relaciona com a sua existência e com o seu próprio modo de existir no cosmos lhes interessa diretamente, inclusive aspectos considerados hodiernos dessa sociedade, como comportamentos, instituições ou modos de trabalho. O objetivo desse conhecimento é que, através do domínio sobre a origem das coisas, é possível manipulá-las a sua vontade. Eliade, porém, destaca que:

[...] não se trata de um conhecimento “exterior”, abstracto, mas de um conhecimento que é “vivido”, ritualmente, quer narrado cerimonialmente o mito, quer efectuando o ritual ao qual ele serve de justificação; 5º que de uma maneira ou de outra “vive-se” o mito no sentido em que se fica imbuído da força sagrada e exaltante dos acontecimentos evocados e reactualizados. (ELIADE, 1972, p. 23, grifos do original).

Isso significa que a vivência dos mitos se torna uma legítima experiência “religiosa”, bastante distinta do cotidiano. Isso somente é possível pela reatualização desses acontecimentos extraordinários, quando a criação dos seres sobrenaturais são reproduzidos pelo homem em um processo que se repete, em que as obras criadoras desses seres são novamente contempladas em uma outra dimensão, pertencente aos criadores. Esse movimento faz com que as personagens do mito passem a habitar o tempo presente. Esse tempo, entretanto, não é o tempo cronológico, mas o Tempo Primordial, quando o acontecimento mitificado existiu pela primeira vez. Eliade chama esse tempo de “tempo forte” do mito, isto é, o tempo prodigioso, aquele quando algo novo, suficientemente relevante e de alta significância se manifestou na sua plena forma.

O processo de repetição dos mitos, desse modo, tem como objetivo reviver esse tempo prodigioso, trazê-lo à contemporaneidade o mais breve possível, para “contemplar o espetáculo das obras divinas, encontrar os Seres Sobrenaturais e voltar a aprender a sua lição criadora” (ELIADE, 1972, p. 24). Resumindo, os mitos revelam que o mundo, o homem e a

vida têm uma origem e uma história sobrenatural, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar.

Qualquer história mítica que narra a origem de uma coisa, qualquer que seja, tem como pressuposto a cosmogonia. Estruturalmente, os mitos de origem equivalem ao mito cosmogônico, uma vez que, compreendendo a criação do mundo como a criação por excelência, a cosmogonia naturalmente se torna a referência, ou o modelo a ser seguido para toda e qualquer espécie de “criação”. É importante salientar que o mito de origem, entretanto, não se limita ou utiliza-se *ipsis litteris* do modelo cosmogônico. Apesar de guardar semelhanças, estas não se configuram como uma simetria com a cosmogonia. O que ocorre é que todo novo surgimento, desde uma planta específica, um animal, até uma instituição ou empresa pressupõe necessariamente a existência de um Mundo. Isso se aplica também em algumas narrações mitológicas arcaicas que tentam explicar a mortalidade do homem, por exemplo, ou seja, como se chegou a situação atual a partir de um estado de coisas diferentes dessa o “mundo” já existia, mesmo que esse mundo estivesse organizado de forma diferente do nosso.

Conseguimos, assim, estabelecer uma diferenciação segura entre mitos de origem e mitos cosmogônicos, pois todo mito de origem relata fundamenta uma o “novo”, uma vez que esse elemento não estava lá desde os tempos primordiais, ou que tenha surgido no princípio do Mundo. É uma relação complementar, na qual os mitos de origem contam como o Mundo foi modificado e, mais do que isso, continuado após o seu surgimento.

Eliade exemplifica esse conceito através dos mitos de origem tibetana que começam com um esquema cosmogônico, no qual a história das famílias mais importantes e das grandes dinastias iniciam sua narrativa recordando que o Cosmos teve seu nascimento através de um ovo.

Da essência dos cinco elementos primordiais saiu um grande ovo (...) Dezoito ovos saíram da gema desse ovo. De entre esses dezoito ovos, o ovo do meio, o ovo de concha, separou-se dos outros. A esse ovo concha nasceram membros, depois os cinco sentidos, tudo perfeito e ele transformou-se num rapaz de uma beleza tão rara que parecia a realização de todos os votos (*yid la smon*). Por isso chamaram-lhe o rei *Ye-smon*. A rainha *Tchu-Ichag*, sua esposa, gerou um filho *Dbang-Idan*, capaz de se transformar a ele próprio através da magia. (ELIADE, 1972, p. 35, grifo do original).

A cosmogonia, portanto, presta-se como modelo a toda e qualquer espécie de criação, o que denota a extraordinária capacidade de adaptação do mito cosmogônico a diversos planos de referência. Esse amoldamento é essencial no entendimento do mito, pois a cosmogonia se configura como o modelo exemplar e abrangente de qualquer situação

criadora. Todo e qualquer ato humano é a repetição do grande feito, o gesto arquetípico do Deus criador: a Criação do Mundo (ELIADE, 1972).

A dependência dos mitos de origem em relação ao mito cosmogônico fica clara ao constatarmos que, em ambos os casos, há um “começo”; entretanto, o “começo” indubitavelmente é a “Criação do Mundo”. Isso significa que não basta conhecer a origem, é preciso reintegrar o exato instante da criação desse acontecimento, que se traduz como um regresso até o resgate do tempo original, o tempo forte, o tempo sagrado. Esse movimento, de recuperação do tempo primordial, existe em função de um único grande objetivo: garantir a renovação plena do Cosmos, da vida e da sociedade. Essa conquista é obtida, entretanto, apenas com a atualização do “começo absoluto”, isto é, da Criação do Mundo, ou o tempo forte do mito.

Um conceito bastante importante que podemos tomar para entender por que não ocorrem mitificações de acontecimentos posteriores ao ato de criação é o de “regresso à origem”. Essa crença traz em seu bojo conceitual a ideia de que é a primeira manifestação de algo que é realmente pertinente e válido, rejeitando as epifanias subsequentes. Isso não significa uma diminuição do mito de origem; pelo contrário, explica a interdependência entre ambos e nos dá luz sobre o fenômeno do prolongamento de um sobre o outro, ou seja, um mito de origem, que explica como se deu um novo estado de coisas, exige sempre um estado precedente, que é, sempre, o Mundo. A origem e a história do mundo são antecessoras de quaisquer outras origens e histórias. Não haveria “origem” sem a “criação”, quer dizer, a origem de uma coisa traz em si a criação dessa coisa.

É por isso que, diante dessa constatação, podemos entender inúmeros rituais de renovação cosmogônica. A sagração de reis, por exemplo, repetia a cosmogonia ou ocorria pela celebração do Ano Novo, pois o rei tinha como dever a renovação do Cosmos. Mas por que no Ano Novo? É quando um novo ciclo temporal se inaugura, configurando uma renovação por excelência. Todo Ano Novo recomeça a Criação, e tanto os cosmogônicos como os mitos de origem é que exercem a função de rememorar aos homens como foi criado o Mundo e como chegamos ao estado atual das coisas. Não somente esse caso, mas em diversas outras culturas e sociedades a necessidade de renovação do Mundo ocorre de acordo com o modelo da cosmogonia ou um mito de origem, que desempenha a função de um mito cosmogônico.

Ao longo da história, as sociedades arcaicas e posteriormente outras sociedades desenvolvidas perceberam que as coisas têm um fim, percepção criada principalmente pelos desastres naturais ocorridos no decorrer dos séculos. Mesmo com o domínio da tecnologia,

que impedia ou minimizava os prejuízos destes em determinadas ocasiões, outras, como guerras e as pestes provocadas pelas precárias condições sanitárias dos aglomerados urbanos, renovavam a percepção de “fim do mundo”, ou escatologia. Longe de se configurar como um antagonismo à cosmogonia, para Mircea Eliade a escatologia é apenas a prefiguração de uma cosmogonia que está por vir, ou seja, o fim do mundo ocorre antes da criação de um novo mundo, recuperando o mito cosmogônico. Não há, para ele, uma separação entre um e outro, de modo que só poderia ocorrer o fim de um mundo se outro mundo, um novo mundo, pudesse existir.

As visões escatológicas são bastante fartas na cultura judaico-cristã, especialmente na Idade Média. E mesmo que o cristianismo judaico apresentasse uma inovação, a de que o Fim do Mundo seja único, tal qual sua cosmogonia, o Cosmos ressurgirá após o apocalipse exatamente igual ao Cosmos criado por Deus no início dos Tempos, o retorno ao paraíso, mas agora restaurado na sua glória original, dessa vez sem fim. Essa escatologia é o triunfo de uma História Sagrada, já que o Apocalipse fará com que a humanidade seja julgada segundo seus atos, o que dá um valor religioso aos eles. Não é uma renovação cósmica e da espécie humana, mas sim um Julgamento com uma seleção de eleitos, divididos entre bons e maus, os primeiros sendo salvos pela fidelidade a Deus.

Ainda assim, essa nova criação surgirá sobre as ruínas da anterior:

Haverá seca e fome, e os dias serão mais curtos. A época que precede imediatamente o Fim será dominada pelo Anticristo. Mas Cristo voltará e purificará o Mundo pelo fogo. [...] O reino do Anticristo, equivale, de certo modo, a um regresso ao Caos. Por um lado, o Anticristo é apresentado sob a forma de um dragão ou de um demônio, e isto faz lembrar o velho mito do combate entre Deus e o Dragão. [...] Por outro lado, quando o Anticristo for considerado como o falso Messias, o seu reino representará a destruição total dos valores sociais, morais e religiosos, isto é, o regresso ao caos (ELIADE, 1972, p. 60).

Em determinadas épocas da história humana marcadas por grandes tragédias, a causa dos flagelos era apontada pelo predomínio do Anticristo sobre a civilização. Ainda assim, resistia a esperança de que, no advento do mal, se anunciasse a chegada do bem, representada pelo Cristo. O interessante de se destacar nas narrativas escatológicas, base para os movimentos milenaristas que adotam essa construção para arregimentar seguidores, é que os seus seguidores creem na recriação do Mundo e na recuperação do paraíso, onde o homem é imortal e livre da necessidade de trabalhar para sua subsistência. Em essência, essa narrativa traz a ideia do “regresso às origens”, o que normalmente representa a imagem, ideal da situação socioeconômica e cultural anterior ao estado atual das coisas, quase sempre em

condição precária, daí a necessidade de retorno àquele estado “original” anterior ao caos. Essa mitigação remete à concepção de uma Idade de Ouro que, mesmo que contenha elementos da realidade histórica, aponta a relação fundamental de que, para a ideia de Fim do Mundo e a perspectiva de um Mundo Novo, é imprescindível o regresso às origens.

Observa-se com esse movimento a tentativa do homem em dominar o tempo, pois o torna capaz de significar essa perfeição dos primórdios como o que se realizará no futuro. O essencial não é o Fim, mas a certeza de um novo começo, que deve ser a repetição do começo absoluto, a cosmogonia. Percebe-se, nesse aspecto, a transposição do pensamento do homem arcaico sobre o conhecimento da origem das coisas, para obtenção de domínio mágico sobre elas com o objetivo de fazê-las reaparecer no futuro para os mitos escatológicos, em que o conhecimento da cosmogonia fornece o domínio dos acontecimentos futuros (ELIADE, 1972). O objetivo da “mobilidade” da origem do Mundo é demonstrar ao homem que o seu Mundo permanecerá *ad eternum*, mesmo que sua destruição ocorra em intervalos regulares. Há a aceitação dessa ideia apocalíptica pelo entendimento de que o mundo se desgasta e se esgota, e por esse motivo deve ser simbolicamente recriado todos os anos. Isso somente é possível pelo conhecimento do “segredo” da origem do Mundo, ou seja, da cosmogonia.

Uma situação que Mircea Eliade chama a atenção em relação à configuração de uma escatologia seguida de uma cosmogonia, e que nos interessa particularmente, é a criação de uma cidade que significa a transformação do caos para o Cosmo. Para ele, as regiões selvagens, sem intervenção humana, guardam grande semelhança com o caos, e participam da “modalidade não-diferenciada e disforme da pré-Criação” (ELIADE, 1972, p. 16). A realização de rituais que repetem simbolicamente a Criação em atos de tomada de posse de territórios, para colonização ou exploração, é uma manifestação clara de transformação desse local no Cosmo. Por detrás disso há a concepção de que o processo de povoação de uma nova região, intocada pelo homem, equivale ao ato de Criação.

Para isso, utiliza-se o ritual como instrumento para dar-lhe forma e fazê-lo real. Eliade utiliza o exemplo dos colonizadores escandinavos quando da tomada de posse da Islândia, que a chamaram de *Lebensraum* e, ao começar a cultivar a terra, não a consideravam como um trabalho humano e profano, mas, sim, a repetição do ato da Criação por excelência. Parece haver não somente a tentativa de domínio sobre as coisas através do conhecimento de sua origem, mas também uma necessidade de dar sentido à própria existência desta sociedade através da ritualização dos feitos dos antepassados, configurando um senso de propósitos aos seus atos do presente. Esse movimento faz com que a realidade em perspectiva seja sagrada, pois para a mentalidade arcaica somente o que é sagrado existe de modo absoluto, gerando

coisas e sendo responsável por sua perenidade. Assim, é possível entender os infindáveis atos de consagração de áreas territoriais, instituições, objetos, casamentos, entre outros, com o objetivo de garantir a durabilidade dessa edificação física ou social. A primeira providência é garantir a “realidade” da construção ou do lugar através da consagração do terreno, ou seja, da sua transformação em um “centro”, o que ocorre em um espaço de qualidade diversa do espaço profano:

Por meio do paradoxo do ritual, cada espaço consagrado coincide com o Centro do Mundo, da mesma forma que a hora de qualquer ritual coincide com o momento mítico do “princípio”, através da repetição do ato cosmogônico, o momento concreto, no qual a construção tem lugar, é projeto para o tempo mítico, *in illo tempore*, quando ocorreu a fundação do mundo. Assim, a realidade e a durabilidade de uma construção ficam garantidas, não apenas pela transformação do espaço profano em um espaço transcendental (o Centro), mas também pela transformação do tempo concreto em tempo mítico (ELIADE, 1963, p. 25).

De todo modo, independentemente do tipo do ritual, ele ocorre tanto num espaço sagrado quanto num “tempo sagrado” (*in illo tempore, ab origine*), isto é, quando teve lugar a primeira celebração desse ritual, seja por deus, um herói ou um ancestral (ELIADE, 1963).

A imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul sofreu um processo de mitigação que igualmente obedeceu a esses princípios dos mitos escatológicos e cosmogônicos. Ainda na Itália, os camponeses sofriam com a perda de terras, safras ruins e crise econômica em virtude do início da industrialização da península. Não bastasse isso, ao mesmo tempo ocorria o doloroso processo de unificação italiana. Esse cenário configurava-se como o próprio caos, o fim do mundo para os italianos que viviam no campo. Essa conjuntura, aliada à necessidade de ocupação dos territórios por parte do Brasil e de necessidade de mão de obra, criou a oportunidade de realizar um dos maiores processos emigratórios do século XIX. Se a situação era de desespero, apocalíptica, o governo italiano tratou de criar a esperança, utilizando como ferramenta de propaganda o mito medieval da Cocanha, segundo o qual os habitantes desse país imaginário não trabalham, salames e queijos surgem em árvores, o vinho jorra de fontes e todos são eternamente jovens, justificativas perfeitas para incentivar seus conterrâneos a embarcar para o Brasil desconhecido. Se configurava, assim, uma escatologia da imigração, com o caos e a promessa do regresso à origem, a volta ao estado primordial, ou Idade de Ouro, que deveria ser conquistada após a chegada ao território a ser habitado e colonizado. A chegada à Colônia Caxias, ou seja, a tomada de posse desse território, então simbolicamente sagrado com a colocação da Igreja no centro da colônia, dá início à cosmogonia da RCI, em um evidente processo de fim de mundo e criação de um novo mundo que teve como seus Seres Sobrenaturais os próprios imigrantes,

aqueles que desbravaram o território e configuraram, através do seu esforço, o novo mundo que foi legado às gerações posteriores.

Isso fica ainda mais evidente no discurso oficial por parte de autoridades públicas e civis de Caxias do Sul, centro da Colônia, em eventos oficiais do município, em especial a Festa Nacional da Uva, que iniciou em 1931, antecedida das feiras agroindustriais de 1881 até 1929, e que segue sendo realizada até os dias atuais. Passada algumas décadas após a imigração, a Festa da Uva surgiu da necessidade de promoção da economia da nova colônia, mas que, simbolicamente, se tornou a celebração do êxito imigrante (RIBEIRO, 2002), o que claramente se configura como uma ritualização de renovação do mundo, criado pelos Seres Sobrenaturais, ou seja, os imigrantes, os primeiros empreendedores. O discurso de abertura da Festa da Uva de 1933, do tesoureiro da Comissão Diretora Rodolfo Rossarola, explicita esse sentimento:

[...] Há 58 anos passados, ou seja, a metade apenas de uma volta da grande roda dos séculos, no próprio lugar em que se processa esta solenidade, - dize-o a História e dizem-n'os os que restam daquele pugilo de super-homens que acendeu nestas paragens os primeiros luzeiros da civilização [...]

Alguém se aproximava.

Era o Colono.

[...] Trazia, ainda, retidas me seus ouvidos as palavras, entrecortadas de mal disfarçado soluço do velho e estremecido pai, de cabelos prateados pela neve dos anos, a dizer-lhe, num supremo esforço: Vai meu filho, seja feliz.

Mas, trazia também dentro de si, na alvorada maravilhosa de uma grande esperança, a vontade extraordinária de vencer.

Trazia, também, dentro de si a Fé inquebrantável dos grandes, dos ciclópicos lutadores, para os quais não há obstáculos.

Trazia, também, dentro de si, intata, a herança valiosa de um dinamismo fantástico, que foi o grande característico dos seus ancestrais.

Trazia, também, dentro de si, a energia milenária de sua raça, escudado na qual iria traçar a gigantesca epopeia que foi a sua existência. (ADAMI, 1965, p. 44).

Até esse ponto do discurso, Rossarola evoca as qualidades extraordinárias do imigrante, elevando-o ao patamar dos ciclopes, gigantes da mitologia grega, evidenciando a associação dos ancestrais fundadores do novo território a um feito sobrenatural, realizado por seres sobrenaturais. Não por acaso, escolheu a figura dos ciclopes pois estes eram os ministros ferreiros de Zeus. A ferraria era uma das profissões mais prestigiadas de Caxias, e a ela atribuída como uma das tecnologias primordiais da indústria que começava a surgir na cidade. O tesoureiro segue conferindo à capacidade laboral dos descendentes desses seres (os imigrantes) como a pedra angular da sociedade então constituída:

Armas, não as tinha.

Possuía unicamente os seus instrumentos de trabalho.

[...] E o Colono, num labor insano e constante, transformou, em poucos decênios, a taba do índio na cidade opulenta.

E hoje, no coração da cidade, êle ergue o altar do Trabalho, no qual se consagra e enaltece, pela terceira vez, num culto que já é tradicional, - através da Festa, que ora se inicia, - a obra que avassalou, engrandeceu, transformou e aperfeiçoou a Terra, extraindo de cada um dos seus póros, o Éter misterioso da Vida. (ADAMI, 1965, p. 44).

A Festa Nacional da Uva configurou-se como um ritual dedicado ao enaltecimento da “obra” imigrante, recriando a cosmogonia da nova civilização surgida na RCI, que só fora possível à figura mágica do empreendedor, cujo mito do esforço sacrificial e desbravador tornou factível a criação do novo mundo. Rossarola explicita a razão da realização da Festa da Uva como uma ode aos esforços dos imigrantes como aqueles que fecundaram uma nova civilização, vitoriosa, e cujo legado durará por gerações, assim como a sacralidade do ato:

Esta Festa que a Região Colonial italiana realiza e que evoca o antiquíssimo culto de Dionisios, – Senhor dos divinos entusiasmos transfiguradores – a Festa da Uva, – é o fruto de cinquenta anos de esforços fecundos e de tão férteis consequências que emprestam ao Rio Grande do Sul quase o monopólio natural de uma das mais importantes produções nacionais. [...]

De fato, dela ficaram ótimos estabelecimentos, maquinaria moderna e principalmente técnicos que iriam contribuir poderosa e decisivamente para que a jovem indústria ingressasse numa nova era, toda de progresso e de grandes realizações. [...]

A santidade deste lugar, onde todas as forças se reúnem harmonicamente, e uníssonas entoam um hino triunfal ao Trabalho fecundo, – ao Trabalho em cuja hierarquia moral o homem só pode encontrar razões para o exaltar [...]. (ADAMI, 1965, p. 44)

Em outro discurso, o General Flores da Cunha, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, destaca o cultivo da terra (uma dádiva de Deus) como algo sagrado e que representava o próprio ato de Criação desse mundo que estava sendo celebrado, a exemplo dos colonizadores escandinavos citados por Eliade quando da tomada da Islândia:

[...] É realmente edificante o trabalho desenvolvido pelos habitantes desta região. Os italianos que vieram desbravar estas terras, esses que já se incorporaram à nossa nacionalidade pela constituição da família, pela aquisição de terras, pelos grandes interesses que aferram o homem a terra – todos esses italianos bem merecem a admiração de todos os rio-grandenses.

Mais fazem e produzem esses homens que se inclinam para a terra – que é úbera, fecunda, dadivosa – do que os que perlustram pelo campo da atividade abstrata, nem sempre produtiva e eficiente e nem sempre capaz de produzir a felicidade e o progresso.

Também eu sou camponês. E, me orgulho disso. Essa é a vida mais honesta, mais pura e mais produtiva, porque é a que torna o homem mais independente e eu não conheço no mundo independência que não seja a independência econômica (ADAMI, 1965, p. 45).

A associação do imigrante à figura mítica do criador do mundo ganharia contornos bíblicos trinta anos mais tarde, através do discurso do escritor Mansueto Bernardi, na ocasião

da inauguração do Monumento aos Colonizadores, na sua cidade natal, Veranópolis, localizada na região de abrangência da RCI: “No início era a selva. A selva estava em tudo. Cobria tudo com seu verde manto”. Com estas palavras, que lembram o introito do IV Evangelho, poderia ser iniciado o primeiro capítulo da História desse município e, portanto, desta localidade” (BERNARDI, 1961, p 11). Ele enaltece as contribuições dos imigrantes para o progresso do Rio Grande em todos os aspectos, do econômico ao étnico, cultural, religioso, moral e espiritual, além de destacar a ascensão política dos descendentes, fazendo alusão a Euclides Triches e, sem nominar, deputados, secretários de estado, senadores, juízes, entre outras profissões. Ao imprimir o caráter de civilizador ao imigrante, Bernardi lança seu olhar aquela característica que considera mais importante, a moral:

Da mesma forma, na partilha do espólio dos pioneiros, a parte que nos coube e que nós mais apreciamos não são suas cousas, as suas terras, os seus bens corpóreos. É sobretudo, o seu acervo moral. É o seu amor de Deus, da Pátria e da Família. É o seu gosto do trabalho. É o seu sentido de ordem. É o seu respeito a autoridade. É o seu espírito de iniciativa e economia, e sua honradez, a sua fidelidade à palavra empenhada, o seu instinto de solidariedade social. Em suma, todo aquele conjunto de virtudes que constitui o núcleo, o cerne, a substância da personalidade humana. (BERNARDI, 1961, p.17)

Recentemente, outros historiadores regionais seguiram enaltecendo as virtudes morais e culturais dos imigrantes e seus descendentes como elementos diferenciadores de outras regiões. Ainda que longe de adotar o discurso laudatório de Bernardi, parece permanecer impregnado a necessidade de não esquecimento do êxito da epopeia imigrante. No prefácio do Livro “Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Regional, as ações dos industriais de Caxias do Sul (1950-1970)”, Vania Beatriz Mertoltti Herédia, afirma:

A história da indústria local é uma história exitosa. O conhecimento de seus percursos permite entender como foram os processos pelos quais as principais indústrias do parque industrial do município de Caxias do Sul fizeram a passagem de tradicionais para indústrias modernas superando obstáculos frente aos desafios que o período impunha pelo modelo desenvolvimentista. (HERÉDIA, apud MELLO, 2016, p. 18)

Mais adiante, a historiadora deixa claro a atribuição ao trabalho como fator primordial na construção histórica da RCI e como pilar fundamental do desenvolvimento regional:

“As correspondências que estabelece o faz por meio de diversas dimensões do campo do empreendedorismo, em que se destaca a presença de valores culturais presentes nessas ações, que estimularam o crescimento econômico. Dos valores, evidencia o papel do trabalho, da propriedade, da poupança, do associativismo, da religião e da família. (HERÉDIA, apud MELLO, 2016. p. 19).

Correia de Mello, autor do referido estudo acima, reedita o escopo de valores determinantes para a constituição da RCI, e traz a luz a formação de um sentimento de distinção cultural da região com relação às demais:

Masurel, Nijikamp e Vindigni (2004) afirma, que a etnia e os grupos imigrantes são equipados com determinadas características culturais, como a de dedicar-se ao trabalho duro, a de pertencer a uma comunidade étnica robusta, de viver com economia, de aceitar o risco, de observar os valores sociais padrões, de ser solidário e leal e de orientar-se ao autoemprego. O indivíduo de uma determinada etnia frequentemente conscientiza-se das vantagens de sua própria cultura somente depois de chegar a um novo ambiente (VOLERY, 2007, apud MELLO, 2016, p. 19).

A cosmogonia da RCI se consolidara nas primeiras cinco décadas de existência da região, e a construção da narrativa mítica pelos autores regionais, que justificava a mudança do “paraíso” primordial, as primeiras décadas da imigração, a partir de meados do século XX, para a sociedade industrial que se moldava, elegeu o trabalho com virtude fundamental. A extensão da cosmogonia pelo mito de origem das indústrias e instituições que moldavam a paisagem social da região, portanto, elegeu seu personagem: o empresário. Como veremos a seguir, essa “instituição” mitigada da RCI escolheu um nome para a representar na narrativa do mito: Abramo Eberle.

3.1 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA EBERLE: MODELO EMPREENDEDOR DA RCI

O nascimento da indústria do Rio Grande do Sul, a partir do segundo quarto do século XIX, ocorreu de modo a atender as necessidades dos mercados locais, substituindo importações, resguardando mercado, o que significava um obstáculo ao crescimento industrial uma vez que isso impossibilitava o alcance de novos mercados. As exportações rio-grandenses para outros estados se limitavam às charqueadas, indústrias têxteis e outros setores baseados na aquisição e transformação locais de matérias-primas. As demais atividades existiam no sentido de suprir as demandas específicas dos consumidores em cada

microrregião, através de uma produção diversificada. A ferramentaria agrícola e extrativa, como arados, enxadas, serrarias e cunhas, por exemplo, vinha das fundições e indústria de máquinas (LAGEMANN, 1996).

O fato de os imigrantes, tanto alemães quanto italianos, possuírem tecnologia e conhecimentos bastante razoáveis em atividades manufatureiras contribuiu para uma mudança no perfil industrial gaúcho. Uma sociedade planejada para ser agrária, no caso da RCI, recebeu, através da imigração, um contingente de mão de obra especializada além dos conhecimentos agrários. Assim, em 1884, a Colônia Caxias tinha ferreiros, farmacêuticos, sapateiros, oleiros, marceneiros, carpinteiros, amoladores, pintores, alfaiates, tropeiros, seleiros, negociantes, pedreiros, açougueiros, funileiros, maquinistas, entre outras profissões (TONET; TONET, 2010).

Esse perfil de mão de obra, associada ao fenômeno migratório, provocou uma conexão entre colonização e industrialização, sendo esta última quase que sinônimo da primeira. Segundo Lagemann, “É o que faz Ernesto Pellanda ao indicar em Lothar de La Rue, um dos agentes intérpretes da colonização, o qual observava, em 1871, que a indústria é filha primogênita daquela” (LAGEMANN, 1996, p. 118). Essa confusão, entre criação e diversificação e expansão provocada pelos imigrantes, levou, muitas vezes, à elevação do imigrante, principalmente o industrial, ao status de herói civilizador. Como abordamos no capítulo anterior, esse discurso laudatório ocorre principalmente nos textos publicados em ocasião dos festejos jubilares e outras comemorações regionais. O sucesso econômico da RCI e outras regiões reforçam esse entendimento, assim como a participação política dos descendentes de imigrantes a partir de meados do século XX, reescrevendo sua própria biografia:

Ao “colono” também é reservado, a partir desse momento, o direito de ser herói. (...) A interpretação heroica, fazendo do colono bem-sucedido econômica ou politicamente um verdadeiro *self-made-man*, é perfeitamente compatível a um sistema ideologizado pela “democracia agrária”. Dentro dessa perspectiva existe a possibilidade democrática, livre, de ascensão social. Por uma decisão individual, exclusivamente pelos próprios méritos, ultrapassaram-se as barreiras da pobreza, ignorância, isolamento e da insignificância. Assim, quem teve sucesso no empreendimento, merece ser cultuado. É o culto do vencedor. (LAGEMANN, 1996, p. 118).

A partir dessa interpretação histórica é que se originam as trajetórias imaginárias do colono pobre, lutando contra a mata selvagem, dominando a natureza através de suas próprias mãos, rumo ao sucesso em qualquer área em que se aventure, o que coloca o imigrante, na narrativa histórica oficial, como o civilizador, tanto da RCI quanto da indústria que desta

nasceu. É nesse contexto que a figura de Abramo Eberle surge com o símbolo maior para a sustentação desse discurso, pois sua biografia preencheu as construções sociais da figura do mito imigrante industrializador e civilizador. A Metalúrgica Abramo Eberle foi a maior empresa da região nordeste do Rio Grande do Sul por mais de 50 anos. Quando da época da sua morte, empregava 2.400 funcionários, em uma cidade cuja população não ultrapassava os 40 mil habitantes, sendo 20.123 na área urbana; isso significava que 10% da população urbana de Caxias do Sul trabalhava diretamente na empresa. Não bastasse isso, seus produtos atingiam os maiores centros consumidores do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. Quem viajasse de Varig, teria sua refeição brindada com produtos da cutelaria Eberle. Por isso, a trajetória da família Eberle, desde o momento da sua imigração até o falecimento do seu integrante mais conhecido, Abramo Eberle, é exemplar no que tange à dinâmica do desenvolvimento econômico da indústria do RS, exposta anteriormente, e como não acompanha a mistificação feita em torno de sua persona.

A história do núcleo da família Eberle que imigraria para o Brasil inicia com o nascimento de Luigia Carolina Zanrosso Eberle, natural de Monte Magré, distrito de Schio, na Itália, em 2 de junho de 1854, filha de Antonio Zanrosso e Lúcia Peripelli. Os Zanrosso eram agricultores, assim como outras famílias da localidade, incluindo os Eberle, há mais de 200 anos aí radicados. A história das duas famílias seria interligada pelo enlace de Luigia Carolina com Giuseppe Giacomo. Filho de Luigi Eberle e de Catarina Ruaro, Giuseppe nasceu em 20 de junho de 1847, vivendo sua juventude em pleno período das lutas pela Unificação Italiana, tendo sido convocado para o serviço militar, onde serviu por cinco anos, o que lhe valeu aprender a ler e a escrever. Casaram-se no dia 16 de janeiro de 1878, passando a viver na propriedade herdada do pai Luigi e, dois anos depois, nascia Abramo Giuseppe, em 2 de abril de 1880. Giuseppe se dedicava à propriedade rural, cultivando milho e trigo, ao pomar e à ordenha. Em suas poucas horas vagas, exercia a função de barbeiro ambulante – *barbizontore* – aprendida no período do regimento, ao mesmo tempo em que se iniciava no ofício de caldeireiro com um amigo, perito em objetos de cobre, especialmente alambiques, estabelecido em Schio.

Em 1883, um acontecimento força a concretização do que anteriormente estava apenas no campo das intenções. Para pagar a dívida de um amigo do qual havia sido fiador, Giuseppe foi obrigado a vender a propriedade herdada de seu pai para seu irmão Francisco. Sem a terra e sua produção, Giuseppe não tinha mais condições de sustentar a família, voltando sua atenção para o Brasil, onde viviam alguns conterrâneos e dos quais recebe notícias animadoras. Após o pagamento da fiança, resolveu, com parte do dinheiro restante, adquirir

objetos que poderiam ser comercializados na Colônia Caxias: caldeiras, chapéus femininos e masculinos, tachos e panelas de cobre e alambiques, utilizados para transportar mudas de árvores frutíferas – macieiras, cerejeiras, amendoeiras, pereiras e castanheiras.

Assim, em dezembro de 1884, Giuseppe, sua mulher Luigia Carolina e os quatro filhos – Eugênio Luís, Abramo Giacomo, Maria Giuseppina e Maria Luisa – e mais a mãe Catarina embarcam no navio Monte Cinísio, em Gênova, chegando ao Rio de Janeiro trinta dias depois. Após a passagem pelo Rio de Janeiro, os Eberle, junto com muitas outras famílias de imigrantes, chegaram a Porto Alegre e posteriormente à colônias Caxias.

Giuseppe e sua família se estabeleceram na metade do lote colonial número seis, da Sétima Léguas, com 72.856 m², adquirido de Gottardo Rech, com as economias trazidas da Itália. A propriedade era um modelo de organização e de cuidado, produzindo muitas frutas – uvas, peras e as maçãs, que eram vendidas para São Paulo e Rio de Janeiro em caixas. As mudas das frutíferas eram feitas por Giuseppe, que fazia os enxertos no viveiro de sua propriedade. Nesse período, 2.600 lotes coloniais já estavam vendidos (GIRON; BERGAMASCHI, 2001). Esses dados são fundamentais, uma vez que contestam frontalmente a visão unilateral de que o imigrante era a releitura moderna do “bandeirante” civilizador, cujo processo colonizatório dependeu única e exclusivamente do seu esforço e coragem para desbravar um mundo inabitado e selvagem.

Dacanal defende o posicionamento de que o imigrante era um privilegiado entre os outros grupos, bem como lista três fatores para justificar essa visão. Para ele, o imigrante, diferentemente dos índios, negros e caboclos, minorias marginais do sistema pré-existente, recebeu as condições básicas de alimentação através da organização fundiária. Os programas de sementes, a estrutura existente, mesmo com o reconhecido sacrifício da colonização, não dão margem à ideia de que eram uma raça “superior”. Para ele, “Diversamente deste, o que ele tinha era uma motivação diferente, uma outra visão de mundo (um deslocado, como se viu) e, principalmente, um pedaço de terra. Terra, é preciso acentuar, que jamais for distribuída aos marginais nativos (...)” (DACANAL, 1996, p. 274). O segundo fator é o suporte oferecido pela Igreja Católica, especialmente na RCI. A secular instituição religiosa instalou-se como verdadeira formadora da identidade cultural e espiritual dos imigrantes, disseminando-se territorialmente em capelas, paróquias e missões, o que, inclusive, foi o amálgama moral que impediu sua involução social como acompanhou, e se imiscuiu, na dinâmica evolutiva desta sociedade. (DACANAL, 1996). O terceiro elemento que faz do imigrante um privilegiado entre os grupos marginais, e através do qual não somente faria parte como galgaria posições de destaque, é o processo de industrialização.

A narrativa do imigrante civilizador encontra contrapontos em alguns autores. Laudelino Madeiros coloca a existência de uma sociedade já organizada e ativa quando da colonização. Essa assertiva encontra eco no caso dos imigrantes italianos que, ao chegarem, já encontraram uma estrutura pronta para sua instalação, dadas as condições da época. A intendência, a mando do Governo Imperial, já havia demarcado as terras e linhas, o núcleo urbano da colônia central totalmente planejado em traçado xadrez, o sistema de financiamento pronto, postos de atendimento, barracões montados para dormitório, programa de sementes para plantio e estoque para alimentação das levas, ou seja, um planejamento amplo para que o projeto colonizatório tivesse êxito. Ao colono estava reservado um papel social de desempenho das atividades agrícolas, em pequenas propriedades, e em regime de trabalho livre. Segundo Medeiros, mesmo na agricultura:

[...] essas contribuições foram um acréscimo às atividades de produção rural da Província. Foram um acréscimo. Não uma atividade única, nem mesmo principal, de desbravamento numa região supostamente desocupada e inculta. Nunca uma *hic sunt barbari*, como já se disse num arroubou oratório, mas sem apoio nos fatos. (LAGEMANN, 1996, p. 118).

O desenvolvimento da economia baseada no minifúndio, aliás, promove o predomínio desse contingente no palco social dessa sociedade. No caso da RCI, isso se deu apenas após algumas décadas, uma vez que o imigrante pouco participava da vida política da colônia. Apenas com a eleição de Vicente Rovea como intendente municipal em 1908 é que um descendente de imigrantes toma a frente do cenário político local.

Esse olhar, reconhecendo a pré-existência de uma sociedade organizada ao qual o imigrante se ligou e contribuiu, nos fornece elementos para entender o imigrante não como herói civilizador, mas sim como elemento importante na indústria rio-grandense. Essa conexão imigração-industrialização traz implícita uma outra afirmativa que deve ser olhada com mais cuidado: a origem artesanal da indústria, ou seja, fruto do artesanato colônia. O perfil industrial gaúcho, caracterizado pela grande quantidade de pequenas e médias empresas de capital fechado familiar, favorece à interpretação da origem da indústria a partir do artesanato; a suposição de que as grandes, um dia, foram pequenas, em uma dinâmica a partir de um quadro estático. Para Lagemann, “Seria essa interpretação, certa ou não, considerando artesanato as empresas individuais, que justificaria a aceitação do artesanato como origem da indústria” (LAGEMANN, 1996, p. 120). Essa ideia corroboraria a visão do herói empreendedor civilizador.

Outro autor, Mem de Sá, ressalta o início humilde das indústrias, estabelecendo uma narrativa onde um imigrante, detentor de razoáveis conhecimentos técnicos, sai da área rural e vai para a cidade instalar uma oficina. Seu sucesso é fruto da “tenacidade, o afínco, o espírito de privação e poupança, conjugados com as necessidades do meio social, carente de mão de obra especializada” (LAGEMANN, 1996, p. 124). A partir daí, a gênese da indústria evoluía, e a pequena oficina se ampliava, contratava operários e aprendizes; o que era um barracão de madeira logo se tornava um edifício de alvenaria. Os consertos e reparos ficavam para trás, e o então empresário criava novos produtos, mesmo que simples, como ferramentas. Mem de Sá tem como princípio que o grande e fundamental problema dessa teoria é que ela se embasa no princípio de que o capital que fundamentou a indústria surgiu do artesanato, numa relação de autoalimentação contínua. O esforço individual é a base do sucesso:

O meio social exigia, bastava ao indivíduo trabalhar. Ou, segundo ainda Mem de Sá, no movimento da industrialização “sempre é igual a história, o trabalho e a poupança gerando o capital, os rendimentos invertidos multiplicando a força do embrião”. (SÁ, p. 100 apud LAGEMANN, 1996, p. 124).

Um ano e meio após a chegada à Colônia Caxias, em princípios de 1886, Giuseppe adquiriu do funileiro Francisco Rossi uma pequena oficina do ramo, sita à Rua Sinimbu, a poucos metros da praça principal, juntamente com a casinha (FRANCO, 1943). A condição básica para que o negócio se efetuassem foi que Francisco Rossi deveria lhe ensinar o ofício, do qual já possuía noções pelos ensinamentos de caldeireiro, recebidos na Itália. Entretanto, as condições de saúde de Giuseppe, que sofria de cólicas gastrointestinais provocadas pelas emanações de chumbo das soldas de funilaria, o trabalho sedentário da oficina e a predileção pela agricultura o impediram de tomar à frente no novo negócio. A oficina de Rossi produzia, de forma artesanal, lamparinas, canecos, baldes e outros artigos necessários aos colonos. Motivada pela necessidade de ocupar a atividade deixada pelo marido, Luigia aprendeu o ofício de funileira, tornando-se, em pouco tempo, mestra nessa arte, recebendo a alcunha que ficaria perpetuada na memória regional – Gigia Bandera, sendo Gigia o diminutivo de seu primeiro nome. Ela, de posse desses conhecimentos, e percebendo a necessidade de produção de objetos de utilidades domésticas e ferramentaria agrícola, diante da constante entrada de grandes levas de imigrantes, vislumbra um crescente mercado consumidor. Dentro dessa visão de mercado é que se inicia a trajetória profissional da família Eberle (FILION, 1991). Ao mesmo tempo, já se apresentam divergências entre a biografia dos Eberle e o mito da origem de fundo de quintal das grandes indústrias, no momento em que Giuseppe e Luigia adquirem, além de uma colônia organizada, uma oficina previamente instalada, refutando a ideia do

início a partir do nada absoluto, apesar da contínua representação por parte dos agentes discursivos regionais de conferir a trajetória da família o modelo do ideal empreendedor da RCI.

A funilaria prosperava atendendo à crescente demanda por artigos de utilidade doméstica, na medida em que o crescimento populacional era exponencial, e também por situar-se num excelente ponto comercial, já que nos primeiros tempos da pequena vila, a vida social concentrava-se no núcleo central da Igreja e do espaço onde, no decorrer dos anos, se formataria a Praça Dante Alighieri. Para ali se dirigiam os colonos das léguas e dos travessões, onde, após assistirem à missa dominical, ao mesmo tempo em que se alimentavam e se divertiam com os atrativos dos quiosques, vendiam os excedentes de suas produções e adquiriam o que não produziam. Um dos negócios mais movimentados dessas feiras dominicais era a venda de animais, principalmente cavalos e mulas. Atenta ao movimento do mercado, Luigia não apenas manteve a funilaria como também ampliou as suas atividades, dedicando-se também às atividades de caldeiraria e de vidraçaria, a fim de atender às necessidades de vidros para as novas construções que iam surgindo na vila.

Mesmo que a importância do artesanato para o processo de industrialização não possa ser negada, na medida em que forneceu mão de obra especializada para o setor secundário, para Lagemann o equívoco dessa linha de pensamento não está na constatação da origem das indústrias no artesanato, o que de fato ocorreu com muitas delas, mas na generalização do fato. A busca incessante de encontrar, nas empresas de destaque nacional ou mesmo regional, uma origem de “fundo de quintal” (LAGEMANN, 1996), vem da ideia de que o segredo do sucesso do empresário é simplesmente o trabalho e poupança através da privação voluntária. Isso pressupõe a existência de uma sociedade organizada onde as condições de vida permitam trabalhar e sacrificar parte do consumo presente para geração de capital futuro suficiente para um crescimento constante e acelerado. Para que isso possa acontecer, essa sociedade precisaria dar acesso pleno de ascensão social ao trabalhador até chegar à condição de empresário; ou melhor, que todo empresário foi, um dia, trabalhador. Para Lageman: “A aplicação generalizada desse esquema interpretativo ao histórico de certas empresas industriais evidencia o seu distanciamento do real, acentuando as feições ideológicas” (LAGEMAN, 1996, p. 125). Isso se aplica também à evolução das empresas, creditada a um processo harmônico, sem rupturas ou saltos e quedas, apoiada no conceito da substituição contínua dos fatores produtivos, o que não reflete a realidade nacional. As discontinuidades estão intrinsecamente ligadas à economia. Dificilmente uma empresa pequena passa a ser uma

grande corporação através de um crescimento geométrico. As transposições qualitativas, como inovações de produtos, processos e tecnologias devem ser considerados.

Dessa forma, se não foi do artesão a responsabilidade total do acúmulo de capital para passar a ser industrial, este se originou por outros fatores. Para Lagemann, a resposta está no comércio e na associação, ocasionando uma diversificação da destinação e origem dos investimentos. Evidentemente, a transferência do capital do comércio para a indústria não ocorreria se esse setor não fosse também lucrativo e tivesse crescimento potencial. Um fator decisivo era o isolamento natural da RCI, fazendo com que as indústrias pudessem abastecer o mercado local sem concorrência externa, devido a precária rede de transportes, o que, se por um lado dificultava a aquisição de matérias-primas, por outro criava uma forte barreira a novos empreendedores. Essa proteção também criava condições para a obtenção de margens de lucros muito superiores à de um mercado mais pulverizado e favorecia o autofinanciamento (LAGEMANN, 1996).

A renda da família Eberle, como a de muitos imigrantes, advinha de diversos empreendimentos em todos os setores econômicos locais: na produção primária, aliavam algum beneficiamento à atividade agrícola; possuíam uma casa comercial, que conjugava a residência da família no palco de todos os acontecimentos sociais, culturais, econômicos e políticos, da época. Abramo participava da vida produtiva da família desde pequeno, vivendo a infância no centro da vila, de modo a tomar parte dos principais acontecimentos que ali ocorriam e frequentou a escola por apenas dois anos, atendendo na loja da funilaria, nos horários restantes. Aos 10 anos, numa prática comum à época, abandonou a escola para dedicar-se ao que era considerado prioridade – o trabalho. Assim, auxiliava a mãe na oficina e casa de comércio e o pai, nas lides agrícolas da colônia da 7ª Léguas, para onde foi enviado aos 12 anos. Quando retornou para a Vila de Santa Tereza, por volta de 1894, iniciou o aprendizado efetivo do ofício de funileiro, aprendendo a manusear folhas de Flandres e a confeccionar lamparinas e objetos de cobre (alambiques e máquinas de sulfatar), que tinham bons índices de venda. (BERGAMASCHI, 2006). Em 1896, por motivos de saúde, decidiu desfazer-se da funilaria. Gigia e os filhos, que residiam na sede junto à oficina, deveriam voltar à colônia, dedicando-se unicamente à produção de frutas, já que o negócio era próspero e podia garantir o sustento de todos. Ao saber da intenção do pai, Abramo resolveu permanecer no ofício que já dominava amplamente, pois não via na agricultura perspectivas de crescimento. Luigia, que havia ensinado o ofício ao filho, viu nele um sucessor em potencial, já que ele se negava a retornar para as lides da terra. Intermediou, assim, o negócio da venda do estabelecimento funileiro entre o pai e o filho, adquirido pelo valor de 600\$000

réis, com juros de 6% ao ano.

Após a compra da oficina, Abramo passou a residir na pequena casa que a abrigava, junto com dois companheiros de trabalho, Rombaldi e Boff, que já atuavam com Luigia. A partir daí, inicia a sua carreira nos negócios, inicialmente com a tomada de decisões muito atreladas aos conselhos do pai. O domingo era o dia que Giuseppe vinha até a vila, ocasião em que realizava reuniões com toda a família, trocando opiniões e informações. Na primeira decisão na linha de frente da funilaria, Abramo amplia a produção pela compra de novas máquinas. Da mesma forma que Giuseppe, Abramo diversificou suas atividades produtivas, expandindo para funilaria, casa comercial e vidraçaria. Segundo Bergamaschi, “os artigos produzidos pela funilaria são muitos e variados, sendo vendidos na loja de ferragens que funciona junto à oficina, juntamente com outros artigos não fabricados por eles.” Além disso, “Nessa fase, também, Abramo faz trabalhos como o de troca e colocação de calhas, chaminés, reparos e serviços em geral” (FRANCO, 1943, p. 94).

Essa diversificação de atividades, que caracteriza a família Eberle, se originou nas premissas da política imigratória, que determina como base econômica o minifúndio, incentivado pela política de colonização do governo central, que delimita o tamanho ideal dos lotes a 100 mil braçadas quadradas, e a mão de obra familiar, o que firmou um obstáculo à acumulação de capital suficiente para alavancar investimentos em empreendimentos maiores que não fosse a própria expansão da atividade agrícola. Desse modo, a transposição do colono, o homem das mãos calejadas, em industrial, era um fenômeno raro, ocorrendo apenas se ele tivesse conhecimentos técnicos que fossem ou viessem a ser adquiridos. A expansão do capital tinha, portanto, a restrição de sua capacidade acumulativa pelo modelo fundiário de pequena propriedade e, para não pulverizar os recursos, não havia outra saída senão a centralização do excedente, seja pela atividade comercial, que acabou por se tornar a principal, ou pela associação cooperativista (LAGEMANN, 1996).

À medida que o tempo foi passando, a produção agrícola cresceu de tal modo que a constante oferta de produtos similares levou à necessidade da busca de novos mercados, inicialmente na região de São Sebastião do Caí. O contato com o comércio dos teuto-brasileiros era realizado pelos comerciantes da Colônia Caxias, que dispunham de grandes carroças, o que não acontecia com os agricultores. (MACHADO, 2001, p. 164). A atividade comercial adquiriu importância significativa na economia local, tornando-se igualmente relevante para o montante da renda de Abramo, que passou a frequentar a capital gaúcha em busca de matéria-prima e da aquisição de louças e objetos de vidro para serem revendidos, bem como para comercializar os produtos agrícolas da propriedade de Giuseppe.

A estrutura do comércio colonial dividia-se em três camadas: a primeira, que englobava as vendas diretas com o colono nas linhas e travessões, ou no centro da colônia. A segunda camada, que era a do comércio intermediário, ocorria nas colônias centrais, como São Leopoldo, Taquara, Estrela, Montenegro, Caí, Cachoeirinha, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Encantado, entre outras. Por último, o grande comércio situado em Porto Alegre, eventualmente Pelotas e Rio Grande, que estavam em contato aquelas colônias centrais e o mercado externo, realizando operações de importação/exportação e mantendo os grandes atacados. O crescimento da vila possibilitou a expansão do mercado, e Abramo “em pouco tempo torna-se um comerciante, conhecedor do seu negócio”. (BERGAMASCHI, 2006, p. 95).

Em 1901, Abramo “resolve fazer uma viagem a São Paulo em busca de mercado para os produtos da região colonial italiana” (BERGAMASCHI, 2005, p. 103). Outro motivo, talvez até o principal, era a busca de equipamentos mais modernos para a funilaria. Uma forma de viabilizar esse intento foi a aquisição, em consignação, direto dos agricultores, de salames, queijos, graspa e vinhos, transportados em tonéis. Tornou-se, dessa maneira, exportador, como era denominada a venda interestadual. O transporte ocorreu de carroça até São Sebastião do Caí; navio até Porto Alegre, Rio Grande e o Porto de Santos, e de trem até São Paulo. Estocou os produtos num depósito, enquanto saía em busca de compradores. A venda do queijo, do salame e da graspa foi quase imediata, propiciando a experimentação dos produtos, através de amostras, mas o vinho não obteve o mesmo sucesso. Após inúmeras tentativas infrutíferas, recebeu a indicação de um possível cliente, que adquiriu um barril de 200 litros, indicando que ele tentasse o mercado do interior paulistano. E foi o que ele fez, novamente em vão. Retornou à capital e foi-lhe informado a respeito de um comerciante de vinhos que poderia interessar-se pelo produto. Obteve uma resposta negativa, alegando que já havia comprado um vinho italiano. Abramo inquiriu o comerciante sobre quem havia lhe vendido o vinho, identificando o seu produto. O comprador dos 200 litros engarrafou o produto e vendeu como de procedência italiana, para lucrar mais. Com esse negócio, conseguiu vender todas as mercadorias, comprar as máquinas e custear a viagem (TONET; TONET, 2009). Não seria a única vez que Abramo comercializaria produtos coloniais em São Paulo, já que o comércio rendia bons dividendos. Anterior a ele, a experiência de comercializar vinho com o centro do país foi vivenciada pelo imigrante italiano Antonio Pieruccini, chegado em 1880, que foi a São Paulo, em 1898, e comercializa vinho gaúcho na cidade de São Simão (FRANCO, 1943).

De certa forma Abramo e Pieruccini anteciparam um movimento que viria mais tarde,

que é o surgimento da figura do caixeiro-viajante na RCI, intermediário direto entre o comércio importador/exportador e as vendas nas linhas e travessões, o que irremediavelmente ocorreria com a melhoria dos sistemas de transporte e comunicação. A profusão de pequenas indústrias em todo o interior do Rio Grande do Sul é fruto, portanto, da menor concentração de capitais. Surgia, como unidade de menor acumulação, a venda, que além da atividade comercial em si, se tornava “centro de troca de informações, armazém, ponto de transbordo e aconselhamento quanto ao que e como produzir” (LAGEMANN, 1996, p. 128). Para que os operadores comerciais obtivessem sucesso, no entanto, era fundamental ter meios de transportes suficientes para escoar as produções para os mercados centrais. É exatamente nessa transação que o comerciante, muitas vezes sob a alcunha de “custo de frete”, ficava com a maior parte do preço final da mercadoria. E tinha mais:

[...] realizando essa intermediação – já que não compensava ao colono, individualmente, perder, às vezes dias na estrada, normalmente em más condições, para entregar sua produção – controlava o vendeiro a informação quanto aos preços das mercadorias, manipulando-os, quando possível, em seu favor. Essa manipulação se viabilizava pelo monopólio efetivo que possuía esse comerciante graças ao isolamento imposto às colônias pelas condições de transporte, assim como a passividade e confiança de sua clientela. (LAGEMANN, 1996, p. 128).

Uma estratégia utilizada com frequência por parte dos comerciantes era o chamado “caderninho”, onde as operações de crédito e débito eram computadas, o que dispensava o uso de dinheiro em espécie, o que criava uma forte dependência do colono a casa comercial. Esse processo era característico do monopólio do intermediário, o qual aumentava quando este exercia a função de banco, recebendo depósitos de agricultores para guarda, muitas sem remuneração, e emprestando esse dinheiro acrescido, desta vez, de juros. Desse modo, “na ativação desses mecanismos, tornava-se possível aos vendeiros acumular capitais, via apropriação do excedente produzido no setor rural, que ultrapassavam os reduzidos recursos de uma pequena propriedade” (LAGEMANN, 1996, p. 129). Assim, os comerciantes começavam a diversificar a aplicação desse capital, instalando moinhos, matadouros, destilarias, entre outros empreendimentos. Esse movimento, de apropriação nos centros intermediários, origina então empreendimentos de maior vulto, seja no local dessa apropriação, seja nos mercados maiores, como Porto Alegre ou São Paulo, a exemplo de Abramo. A importância adquirida pela atividade levou os comerciantes a organizarem, em 1901, a Associação dos Comerciantes de Caxias, que busca formas de influenciar as decisões políticas. Os objetivos da associação eram:

[...] congregar a todos de forma a uni-los para fortalecê-los como um grupo dominante. Muitas eram as reivindicações no sentido da melhoria da infraestrutura local, para que as atividades mercantis pudessem ter seu fluxo normal. (MACHADO, 2001, p. 167).

O ano de 1901 também marcou o casamento de Abramo com Elisa Venzon, no qual tiveram quatro filhos: José Abramo, Rosália, Júlio João e Adélia. O pai de Elisa, João, possuía um moinho e uma serraria, sendo os Venzon, no dizer de Franco, “prósperos”. (FRANCO, 1943, p. 105). Segalen afirma que “marido e mulher ocupam, no seu conjunto, um lugar importante nos inícios da industrialização”. Assim, o casamento de Abramo e Elisa uniu duas “fontes de capitais” com duas “energias laborais” (SEGALEN, 1999, p. 18), já que João Venzon tornou-se fornecedor da empresa do genro. Abramo não se atém somente ao comércio como estratégia de levantamento de capital. Em 1904 ocorre a formação da sociedade de Abramo com Luiz Gasparetto, que havia trabalhado na metalúrgica Amadeo Rossi, constituindo uma pequena metalúrgica, independente da funilaria (BERGAMASCHI, 2005). Dali até o início da próxima década, a funilaria e a metalúrgica crescem organicamente, sem grandes saltos, muito em função de que a RCI encontrava, em meados do século XX, um gargalo para o seu crescimento econômico devido ao sistema de transportes bastante precário, o que impediu, a certo momento, de aumentar a exportação do excedente agrícola, e consequentemente da atividade comercial. Esse problema veria solução apenas em 1910, com a instalação da via férrea, ligando Caxias do Sul diretamente com o maior centro consumidor do Estado, Porto Alegre. A chegada do trem, em Caxias, em 1º de junho, marcaria um período de crescimento econômico e demográfico da cidade. Foi nesse surto progressista que Abramo Eberle, em 1912, numa sociedade com Reinaldo Kochenborger, fundou uma ourivesaria, que completava a linha de produtos da fábrica, no que tange aos artigos religiosos. Um novo empreendimento acontece cinco anos depois, fruto de uma parceria com seu irmão Pedro Eberle, mais Luiz Gasparetto e Eduardo Mosele, que faz surgir a Abramo Eberle & Cia, que substituiu a Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle & Cia. Pouco mais de doze meses depois, a empresa iniciou a fabricação de talheres, cutelaria e pertences para a mesa, agora com produção industrial.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) oportunizou uma grande expansão dos negócios, especialmente para o ramo metalúrgico. Abramo percebeu que o conflito geraria uma carência de matéria-prima no mercado e, pesquisando em Porto Alegre e outros locais, adquiriu o máximo possível de insumos para estoque, o que, com o decorrer da guerra, fez com que a sua metalúrgica fosse a única capaz de seguir suprindo o mercado de produtos no

Estado. Assim, segue expandindo as atividades, fundando em 1920 a Eberle, Mosele & Cia, dedicada ao ramo de ferragens, louças e vidros, numa sociedade com Leonel Mosele e Fiorelo Arpini, que participava da vida produtiva dos Eberle desde os primórdios da funilaria. A empresa tornou-se Eberle, Ludwig & Cia. em 1926, com capital formado por Abramo Eberle & Cia, Oscar Ludwig e Raimundo Ghilardi. Eduardo Mosele permaneceu na sociedade até 1933, fundando, mais tarde, a cantina E. Mosele & Cia. (FRANCO, 1943).

Na relação com seus funcionários, em um período em que as leis trabalhistas tomavam corpo, Abramo nunca enfrentou uma greve nos 40 anos em que esteve no comando. Eberle empregava o ideário “taylorista”, segundo o qual o resultado do trabalho será melhor se identificado com as tendências individuais, oportunizando a opção de cada um pelo ramo que mais se encontrasse atraído, buscando conhecer os anseios de seus operários nesse quesito (FRANCO, 1943). Trata-se da capacidade de liderança que faz com que, aliado à habilidade de atrair investidores, levem seus funcionários e sócios a adotarem sua visão e entenderam que ela traz benefícios para eles e para os outros (FILION, 1991).

Foi nessa época que amplia a linha de produtos da metalúrgica com a fabricação de produtos fundidos, de ferro, alpaca e latão, tais como estribos, argolas e diversos artigos de montaria. Para atender um mercado bastante já bastante significativo em tamanho, Abramo formou uma equipe de vendas, que percorria todo o interior do Rio Grande do Sul, transportando as amostras em canastras, carregadas em lombo de burro. Passavam seis meses percorrendo cidade por cidade, anotando os pedidos e enviando a mercadoria posteriormente (TONET; TONET, 2009). Acompanhando o crescimento da demanda e dos polos comerciais, a Eberle estabeleceu uma filial de vendas em São Paulo, o grande centro consumidor brasileiro, o que ocorreu em 1921, da qual Luiz Gasparetto assumiu a gerência.

Pensando em proporcionar ao filho mais velho José, que havia ingressado na empresa como aprendiz, o contato com a tecnologia mais avançada em metalurgia, realizou em abril de 1920 uma grande viagem para os EUA e Europa, aproveitando ele mesmo para melhor conhecer as condições de mercado, dos preços de matérias-primas, aperfeiçoamento técnico, novos maquinários e tudo que pudesse impulsionar o progresso da fábrica.

Abramo encontrava-se numa fase de projeção pessoal quando retornou da viagem. Já havia tido uma importante participação na vida política do município: vice intendente nas gestões de Vicente Rovea e de José Penna de Moraes, na década de 1910, sendo amplamente homenageado pelo êxito empresarial e pela participação política. Foi eleito vice-intendente, no governo de Celeste Gobbato, iniciado em 1924. Segundo Giron e Bergamaschi, a presença de Abramo Eberle no cargo de vice-intendente foi muito importante para a “calmaria

política”, por ser “o maior industrial da região e um dos maiores do Brasil” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 83). Abramo, que iniciou a vida política através de seu cunhado Vicente Rovea, possuía forte influência na comunidade, vindo a ser solicitado para a solução de problemas, possivelmente pelo seu sucesso como empresário (BERGAMASCHI, 2005, p. 65). Sua participação era significativa, tanto na política patronal, quanto na pública. A ascensão econômica levou os descendentes de imigrantes a ocuparem cargos de grande relevância na administração pública, assim como em entidades e clubes sociais, substituindo os representantes da oligarquia agrário mercantil, já em franca decadência (DACANAL, 1996, p. 277). A inserção dos empresários de descendência italiana na vida política não somente deu vantagens comerciais aos eles, como, pouco a pouco, garantiu o monopólio do discurso social, expresso especialmente por ocasião das festividades em louvação ao “êxito imigrante” como a Festa da Uva.

O tempo da vida política foi, igualmente, o período de mais avanços nos negócios de Abramo. A partir de 1924, as ligações de Abramo com o movimento fascista italiano passam a ser evidentes. Datada de janeiro de 1924, uma carta de Stefano Paternó (advogado italiano que circulou por Caxias e pela região na década de 1910, com o objetivo de organizar o cooperativismo) para Eberle, enviada da Itália, tinha o papel timbrado da “Confederazione Corporazione Sindicale Fasciste - Sindicato Nazionale del Commercio e Media Industria – Sindicato Provinciale del Commercio e Media Industria”. O objetivo era obter informações sobre o comércio caxiense e brasileiro. O tratamento que Paternó dá a Abramo é de amigo (BERGAMASCHI, 2005, p. 115). A vinculação ao fascismo torna-se mais clara quando ele recebe uma condecoração do governo italiano, juntamente com Celeste Gobbato, Silvio Toigo e Aristides Germani (GIRON, 1994, p. 106). Entre os documentos de Abramo, pertencentes à família Eberle, consta uma carteira de identificação do partido fascista, conforme relatório do levantamento do acervo de Júlio João Eberle, realizado entre 1991 e 1992, por Giron e Bergamaschi.

Em 1923, com o intuito de fabricar lâminas de facas e espadas foi instalada uma forjaria, elevando o capital da empresa para um mil contos de réis (BERGAMASCHI, 2005, p. 114). O início da fabricação de artigos sacros, a quem a loja dedicaria uma seção especializada, ocorreu em 1925. Em 1929, a razão social era alterada para Grande Fábrica Metalúrgica Abramo Eberle & Cia. (LAZZAROTTO, 1981, p. 35). A denominação escolhida expressa uma mudança na proposta de comunicação, que evidencia a dimensão e a abrangência tomadas pela fábrica.

Beppin, em 1937, retornou de um período de estudos na Alemanha trazendo a notícia de que a eclosão de uma nova guerra mundial se avizinhava. Como no Brasil não existissem siderúrgicas, era certeza a falta de matéria-prima. Usando a mesma estratégia da Primeira Guerra, a Eberle adquiriu o máximo disponível de insumos do mercado, realizando compras no Rio Grande do Sul, Argentina, Uruguai e São Paulo. Na chácara da família foram montados barracões cheios de aço, para poder estocar o máximo de matéria-prima possível. Abramo buscou financiamento bancário, especialmente o Banco da Província, apostando na duração do conflito, com a certeza de que a Eberle monopolizaria o mercado nacional. E foi o que aconteceu. As lutas prolongaram-se por seis anos e os concorrentes já não dispunham de matéria-prima para a produção. A Eberle conseguia fabricar em larga escala e, com a falta de concorrentes no país, a metalúrgica assumiu a liderança do mercado brasileiro, muito em função da alta capitalização da empresa, que somente foi possível pela fidelidade aos postulados gerenciais ditados por Abramo, o qual pregava a não criação de compromissos financeiros superiores à capacidade de pagamento, seguidos de um plano de crescimento gradativo e orgânico. (FRANCO, 1943, p. 185).

Em 1943, com a inauguração de uma opulenta nova sede no centro de Caxias, a Metalúrgica Abramo Eberle transformava-se no verdadeiro símbolo do desenvolvimento regional. A linha de produtos viria a ser acrescida de motores elétricos, botões para roupas de militares, ilhoses, rebites e fivelas, embalagens e artigos para mesa, ornamentação e presentes em prata e aço inox, atingindo a área de informática e telecomunicações, em tempos mais recentes. Em 13 de janeiro de 1945, Abramo Eberle faleceu, tornando-se referencial do empreendedorismo nacional, e a Eberle seguiu sob a direção de Julio, secundado, mais tarde, por seu filho Cláudio. Em 1984, a empresa foi adquirida pelo Grupo Invesplan; no ano seguinte, passou para o Grupo Zivi Hercules. Atualmente, o nome se transformou na marca Eberle Fashion, Mundial S/A, produzindo botões, colchetes de pressão, ilhoses, rebites, enfeites e outros aviamentos para a indústria da moda e do vestuário.

O sobrenome Eberle vincula-se ao de outras famílias que representam no imaginário popular o sucesso do processo colonizatório. Abramo soube interpretar o cenário que o cercava, dedicando-se ao comércio num tempo em que a economia caxiense passava por mudanças; inovou ao lançar-se para o mercado paulista, quando isso não era o usual, unindo-se a um grupo que buscava ascensão social em atividades não-agrícolas, tornando-se um referencial do processo de industrialização, que identifica a economia da cidade e a da região. Dessa trajetória originou-se um modelo que representava o ideal da família burguesa e do sucesso empreendedor de um emigrante pobre, da conquista do capital pelo trabalho, e que

virou símbolo e referência para gerações de empresários que o sucederam. A biografia da família Eberle passa, então, a ser explorada das mais diversas formas pelo discurso histórico oficial, em geral servindo de suporte a mistificação do empresário e para caracterizações de feições ideológicas que buscavam elevar socialmente a figura do descendente de imigrantes italianos, como vimos no capítulo anterior. Abramo Eberle possuía, sim, os elementos que definem um empreendedor, segundo conceitos de Fillion e Schumpeter, mas sua trajetória parcialmente se assimila, em aspectos como a origem da grande indústria a partir de uma oficina artesanal e a energia totalmente focada no empreendimento, àquela que objetiva produzir o “culto ao vencedor”, apontado por Lagemann.

No campo literário, igualmente encontramos a louvação à figura mítica do imigrante civilizador que, com seu trabalho e sacrifício, empreende e molda o mundo como conhecemos. José Clemente Pozenato, entretanto, destaca-se entre seus pares por oferecer uma visão não comprometida sobre esse processo, especificamente na trilogia da imigração *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*. Através da análise da sua personagem principal, Angelo Gardone, veremos quais aspectos e características empreendedoras que se assemelham ou se diferenciam do discurso oficial, da historiografia crítica e da figura simbólica de Abramo Eberle.

4 A SAGA DA FAMÍLIA GARDONE NA TRILOGIA DE POZENATO

O quarto capítulo abordará a relação entre ficção e realidade, analisando as personagens da ficção a partir da problemática ontológica e lógica demonstrada por Rosenfeld, assim como a construção da coerência interna do romance, com o objetivo de garantir a crença do leitor na “verdade” da obra. Constataremos que é por meio da construção intencional de aspectos esquematizados que um cenário imaginário, acerca do que se compreende como real, permite apreender que a diferença entre obra ficcional e histórica constitui-se como sendo sua intenção diversa.

Em seguida, analisaremos a saga da família Gardone na trilogia ficcional de José Clemente Pozenato, de forma cronológica por obra, iniciando com *A Cocanha*, passando por *O Quatrilho* e finalizando com *A Babilônia*, sob o espectro dos conceitos de regionalidade, de mito e do empreendedorismo de Filion e Schumpeter. Nessas obras ficcionais entenderemos como Aurélio fracassa na conquista de sua *Cocanha*, e como Ângelo Gardone possui um comportamento empreendedor e que utiliza elementos da biografia de Abramo Eberle, mas situa-se distante do discurso regional de culto o vencedor, ponto fundamental da crítica de Pozenato nos romances.

4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FICÇÃO E DA REALIDADE

A trajetória dos Gardone inicia-se em *A Cocanha*, com Aurélio e Rosa, mas tem seu foco no personagem de Ângelo Gardone em *O Quatrilho*, e finaliza com Massimo Segundo em *A Babilônia*. Por estar inserida em um contexto histórico cultural da imigração italiana “real” e em um espaço (Caxias do Sul) “real”, leva-nos a dois problemas, segundo apontamentos de Rosenfeld (1968): o primeiro, o problema ontológico, que estabelece uma diferença bastante visível entre os textos ficcionais e outros textos como, por exemplo, os históricos. Nos textos ficcionais, as orações projetam contextos objetuais que revelam seres e mundos intencionais, ou ônticamente autônomos. Na obra de ficção, “o raio da intenção detém-se nesses seres puramente intencionais, somente se referindo de um modo indireto – e isso nem em todos os casos – a qualquer tipo de realidade extraliterária” (ROSENFELD, 1968, p. 10).

Essas objetualidades intencionais, nas obras históricas ou técnicas, de um químico ou geógrafo, por exemplo, não possuem nenhuma, ou pouca, densidade, já que sua arquitetura ou

abstração não tem, em seu interior, uma construção propositalmente projetada de “aspectos que solicitam o preenchimento concretizador” (ROSENFELD, 1968, p. 10).

O problema lógico, no que se refere à “verdade”, muito relacionada à atitude subjetiva do autor, ou a verossimilhança, está intimamente ligado à coerência interna do mundo ficcional das personagens e as situações de similitude, assim como a sua visão da realidade nos seus mais diversos aspectos. Rosenfeld alerta, entretanto, que é necessário ter cuidado ao aplicar o termo “juízo” e seus critérios de veracidade cognoscitivas nas situações do enunciado fictício.

O que soa para o leitor como “falso” nada mais é do que a aplicação, por parte do autor, de padrões irreais a situações que se apresentam como pretensamente reais do cotidiano. Mesmo assim, a estrutura das orações dos textos de ficção se aparentam iguais aos dos outros textos, parecendo tratarem-se de juízos. Rosenfeld, ao analisar uma personagem hipotética, observa que o que diferencia os textos é a sua intenção diversa:

[...] a intenção que se detém nas objectualidades puramente intencionais (e nos significados mais profundos por elas sugeridos), sem atravessá-las, diretamente, em direção a quaisquer objetos autônomos, como ocorre, no nosso exemplo, na visão do moço real. É essa intenção diversa - não necessariamente visível na estrutura dos enunciados - que transforma as orações de uma obra ficcional em “quase-juízos”. A sua intenção não é “séria”. O autor convida o leitor a deter o raio de intenção na imagem de Mário sem buscar correspondências exatas com qualquer pessoa real deste mesmo nome (ROSENFELD, 1968, p. 12).

Uma obra ficcional procura, por intermédio de um esforço do autor em singularizar, particularizar e dar concretude aos contextos objetuais, com minúcias nos detalhes e circunstâncias. Por meio da elaboração intencional de aspectos esquematizados, a situação imaginária se aproxima do que entendemos como o real. Portanto, uma obra ficcional se aparenta verdadeira no vigo dos pormenores, no entrelaçamento dos eventos, na veracidade de aspectos aparentemente insignificantes, no nexos das motivações das personagens que formam a coerência interna (ROSENFELD, 1968). É o caso da Colônia Caxias, que, ao passo que realmente existiu no contexto histórico narrado por Pozenato, na obra torna-se fictícia, uma vez que representa um determinado papel no mundo imaginário do autor. O fato é que mesmo uma cidade realmente existente se torna ficção no contexto fictício, já que possui um papel determinado dentro do universo imaginário proposto.

Esse jogo em que o autor convida o leitor a participar, em que este último se propõe a permanecer na camada fictícia que se sobrepõe e encobre a realidade histórica, traz à tona um outro problema: como distinguir Angelo Gardone de um colono ou empresário local?

É geralmente com o surgir de um ser humano que se declara o caráter fictício (ou não-fictício) do texto, por resultar daí a totalidade de uma situação concreta em que o acréscimo de qualquer detalhe pode revelar a elaboração imaginária [...] Só com o surgir da personagem tornam-se possíveis orações categorialmente diversas de qualquer enunciado em situações reais ou em textos não-fictícios [...] (ROSENFELD, 1968, p. 16).

O sujeito real dos enunciados está diretamente relacionado à realidade projetada dos objetos desses mesmos enunciados. Na ficção narrativa, o enunciador real se modifica em um narrador fictício que integra o mundo imaginário, identificado com uma ou mais personagens, ou configurando-se como um ser onisciente. Essa mudança no discurso aponta para a inexistência de um narrador real perante um universo de seres autônomos, cuja existência é devida ao ato narrativo. Esse narrador não é o sujeito real das orações, como o geógrafo ou o historiador, mas tem o poder de manipular a função narrativa do romance, seja de pessoas, eventos e estados (ROSENFELD, 1968).

No romance em questão, Pozenato cria uma ambiguidade de discurso que por vezes imiscui-se com o personagem, e por vezes se sobressai a ele. São nesses momentos que ocorre a crítica do autor à figura do “imigrante civilizador” (LAGEMANN, 1980), pois ele utiliza-se da franqueza do seu personagem como disfarce para tal, pois “o próprio disfarce costuma patentear o cunho de disfarce. Esta “franqueza” quase total da fala e essa transparência do próprio disfarce são índices evidentes da onisciência ficcional” (ROSENFELD, 1968, p. 21).

Um aspecto fundamental é a diferença entre a pessoa e a personagem de ficção. As objetualidades puramente intencionais jamais atingem a determinação plena das pessoas reais, já que estas são absolutamente determinadas, “apresentando-se como unidades concretas, integradas de uma infinidade de predicados, dos quais somente alguns podem ser “colhidos” e “retirados” por meio de operações cognoscitivas especiais” (ROSENFELD, 1968, p. 24). Isso significa que o ser real possui uma multiplicidade infinita de determinações, impossíveis de serem percebidas na sua totalidade, o que leva à conclusão que a visão do ser humano sobre a realidade é fracionada e restrita. Assim jamais vamos saber o que motivou Abramo Eberle a se tornar um empreendedor, mas sabemos por que Angelo Gardone o fez. Isso se dá por meio de funções significativas das orações que atribuem ou retiram da unidade ou personagem certas determinações preparadas pelo autor, como o sentimento de ódio por Batiston, que o levava a querer superá-lo e, mais, “acabar” com ele. De todo modo, existe, ainda, uma série de indeterminações para que o leitor possa preencher.

Independentemente disso, o leitor não consegue perceber essas zonas indeterminadas, em parte porque seu foco está no que é dado pelo narrador, o que causa um sombreamento dessas zonas, e também porque, além de atualizar as construções elaboradas, ele ultrapassa o

que lhe é fornecido no texto, o que resulta que “[...] precisamente a limitação da obra ficcional é a sua maior conquista” (ROSENFELD, 1968, p. 26). Essa limitação da quantidade de orações levam as personagens a obterem contornos definidos e definitivos, o que a uma pessoa real jamais seria possível. O autor também pode, através dessa restrição, destacar aspectos essenciais que fora obrigado a selecionar para apresentá-los ao leitor, conferido às personagens maior nitidez, principalmente colocando-os em circunstâncias muito mais decisivas do que a vida ordinariamente oferece; conseqüentemente, as personagens são mais coerentes e exemplares, no sentido de não se aterem a banalidades, do que as pessoas reais, e adquirem maior riqueza em virtude da “concentração, seleção, densidade e estilização do contexto imaginário, que reúne os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente” (ROSENFELD, 1968, p. 26).

A personagem da obra fictícia, portanto, devido a sua exposição frequente, dá ao leitor a oportunidade de se confrontar com um ser que se encontra “integrado num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e que toma determinadas atitudes em face desses valores” (ROSENFELD, 1968, p. 35). Por diversas vezes, ele enfrenta dilemas que colidem com seus valores, vivenciam conflitos e de deparam com situações que se apresentam assim como na vida humana, plenos de tragédia, sublimação, dramaticidade, heroísmo. São eventos “supremos, à sua maneira perfeitos, que a vida empírica, no seu fluir cinzento e cotidiano, geralmente não apresenta de um modo tão nítido e coerente, nem de forma tão transparente e seletiva que possamos perceber as motivações mais íntimas, os conflitos e crises mais recônditos na sua concatenação e no seu desenvolvimento” (ROSENFELD, 1968, p. 35).

Juntamente com a intensa exposição que o personagem da ficção possui, no romance o autor cria a coesão necessária para que a interpretação do leitor seja menos fluida, protegendo sua conduta das condições do ambiente, que é a lógica do personagem. Ainda que o leitor possa empregar sua própria interpretação sobre ela, o autor direciona o olhar que adotará doravante, “delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isso não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos à mostra [...]” (CANDIDO, 1968, p. 44).

Para Antônio Candido, ao interpretar Forster, as personagens do romance possuem duas características que podem ser classificadas como “personagens de natureza” e “personagens esféricas”. As primeiras são irregulares, e o leitor tem acesso, além dos seus traços superficiais, ao íntimo do seu ser. Em essência, são difíceis de serem identificados

prontamente, de modo que o autor necessariamente apresenta uma caracterização diferente a cada mudança que procede. No segundo, conclui que elas possuem três dimensões que conferem uma maior complexidade, e conseqüentemente uma maior capacidade para surpreender o leitor (CANDIDO, 1968, p. 45).

Entretanto, qualquer personagem deve dar a entender que é um ser humano real e vivo, e, dessa forma, estabelecer determinadas relações com a realidade, “participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida” (CANDIDO, 1968, p. 48). Em resumo:

[...] o autor é obrigado a construir uma explicação que não corresponde ao mistério da pessoa viva, mas que é uma interpretação deste mistério; interpretação que elabora com a sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida. Em conseqüência, no romance o sentimento da realidade é devido a fatores diferentes da mera adesão ao real, embora este possa ser, e efetivamente é, um dos seus elementos (CANDIDO, 1968, p. 49).

Isso significa que uma personagem é real a partir do momento que o autor tem completo domínio sobre seu ser, como se fosse totalmente explicável, o que lhe confere uma originalidade maior que a de um ser vivo. É dessa relação que vem a sensação de conforto pelo poder de manipulação que o romance dá sobre o ser humano, muito porque nos é permitido saber as causas e os motivos mais recônditos da ação desses seres do romance “cuja função básica é, justamente, estabelecer e ilustrar o jogo das causas, descendo a profundidades reveladoras do espírito” (CANDIDO, 1968, p. 49).

Um problema, entretanto, persiste: qual a origem da criação dos personagens? Elas advêm de modelos reais ou são fruto da pura imaginação do autor? São baseadas nos seus sonhos, frustrações, sentimentos apreendidos de vivências pessoais? Pozenato baseou a personagem da Angelo Gardone em Abramo Eberle ou o tomou apenas como referencial, acrescentando outras características de sua experiência e observação que serviam melhor para a lógica da personagem e a coerência esquemática do romance? Para Antônio Candido isso não ocorre, pois a premissa que apoia a ação de uso da realidade é o da modificação, acrescentando, subtraindo ou alterando as substâncias do real:

O romancista é incapaz de reproduzir a vida, seja na singularidade dos indivíduos, seja na coletividade dos grupos. [...] a necessidade de selecionar afasta dela e leva o romancista a criar um mundo próprio, acima e além da ilusão de fidelidade. (CANDIDO, 1968, p. 51).

Em sua trilogia, Pozenato utiliza a imigração italiana e o processo histórico de formação da RCI e sua principal cidade, Caxias do Sul, como pano de fundo para a

construção do enredo, inclusive se apoiando na cultura que se formou nesse processo para compor a lógica e a ontologia de seus personagens. Ele também se utiliza dos valores de época que servem de amálgama para sua construção esquemática da obra. Esse movimento, entretanto, não podemos creditar a um abandono da criação literária do autor. Para Candido (1968), pelo contrário, é essa invenção, no entanto, que conserva as conexões necessárias com a realidade essencial, do autor com seu próprio mundo ou dele com a realidade externa, de forma que essa interpretação do real pode ser mais ou menos complexa, modificado, segundo a visão do romancista sobre ela e suas concepções estéticas. Dito isso, vamos analisar a seguir os personagens Aurélio e Angelo Gardone segundo o recorte de valores relativos ao empreendedorismo e à trajetória dos Eberle, assim como a construção esquemática de Pozenato em relação ao mito do imigrante civilizador.

4.2 PRIMEIRA GERAÇÃO

O início da saga dos Gardone tem lugar na cidade natal de Aurélio e Rosa, onde as personagens estão inseridas no contexto emigratório do último quarto do século XIX. Roncá, cidade natal das personagens de *A Cocanha*, localiza-se na Região do Vêneto, Província de Verona, e fora uma das que mais sofrera no processo histórico de crise econômica que causara a emigração. Esse é um padrão que Pozenato irá seguir, o de situar o enredo em localidades reais e fidedignas ao seu tempo histórico, extraindo elementos culturais e factuais da historiografia da imigração para compor sua estrutura narrativa. Após a descrição da partida de Aurélio e Rosa Gardone e seus amigos rumo a Verona, o romance apresenta as motivações de Aurélio ao emigrar para o Brasil. As dúvidas e angústias de uma viagem a uma terra desconhecida se anunciam entre o grupo; temerosos, cada um tem um objetivo futuro a ser conquistado. Terminado o processo de embarque no trem, a personagem de Aurélio Gardone explicita o que busca ao emigrar:

Fechou os olhos e Rosa encostou-se em seu ombro. Por ela é que estava tendo coragem de ir para a América. Queria fazer dela uma *signora*. Se Deus o ajudasse, com anéis nos dedos e camisa de rendas. Todos falavam que a América era o país da Cocanha. Ele não era bobo de acreditar em salame pendurado nas árvores, em pedras feitas de queijo e em fontes de vinho moscatel. Mas ao menos teria sua terra e toda a colheita seria dele, sem ter de repartir com o patrão. Quando fosse velho, poderia ter mais do que uma tabaqueira vazia para deixar para os filhos. (POZENATO, 2006a, p. 14).

Aurélio ainda questiona-se como seria a América, baseado no que ouvia nas canções populares, as quais sugeriam o verdadeiro paraíso terrestre. Sua imaginação ia longe e, já

adormecido, sonha com um grande campo de flores que cobria encostas e ladeava as estradas, até a torre da igreja. Ele, munido de espingarda e montado em um cavalo, ia ao encontro de sua amada Rosa. Vestida de um longo vermelho, deitada na relva, era a perfeita dama, ao esperar seu cavaleiro. Ela dizia que tudo aquilo era deles, e prometia que ali teriam muitos filhos. Essa era a Cocanha de Aurélio. A esperança de modificar a situação de sua família, entretanto, não escondia que Aurélio ia contragosto:

Os que ficaram iam pensar que eles estavam alegres porque iam embora. Que não se importavam com nada, nem com os pais, nem com os amigos que deixavam para trás, talvez para sempre. Mas não era verdade. Ele pelo menos não podia dizer que se sentia alegre. Sentia, sim, era medo da viagem. [...] Em outras horas sentia raiva. Raiva de ter que ir para o outro lado do mundo se não quisesse morrer de fome (POZENATO, 2006a, p. 15).

No excerto anterior observa-se a escatologia provocada pelo caos econômico em que a Itália estava mergulhada, a ponto de criar uma política de emigração para milhões de camponeses que formara o excedente de mão de obra causado pela industrialização, más colheitas e as guerras de unificação de 1870, que estenderam seus efeitos por décadas. Esse contexto criou um cenário de fim do mundo para os italianos, de modo que o governo, entre realizar uma reforma agrária ou sofrer com uma provável guerra civil (TONET; TONET, 2010), resolvera adotar a exportação desse excedente através do maior processo de emigração que a Europa presenciara até então. Estava, desse modo, configurando uma escatologia, com a fome a pobreza impondo a necessidade de migrar, e a cosmogonia, através da colonização de uma área inabitada e desconhecida, a chance de criar um novo mundo que abrigaria todos os seus sonhos (ELIADE, 1972). A Cocanha, mito medieval cosmogônico que remete ao paraíso, onde árvores produzem salames e queijos ao invés de frutos, e o vinho jorra de fontes, e no qual o homem não precisa trabalhar para seu sustento, teve sua primeira manifestação na França e ficou muito conhecida na Europa durante a Idade Média, servindo de instrumento propagandista para reforçar esse sentimento de esperança ao emigrante, e assim motivar as massas a aderir ao projeto. Vemos também que não há, propriamente, uma visão central do imigrante Aurélio em empreender no Brasil, na medida em que a personagem demonstra uma atitude não voluntariosa em criar esse novo mundo e é impelido pela situação econômica italiana a esse movimento de fuga, como afirma Lagemann (1996), destinado ao trabalho rural em pequena propriedade, suportado pela mão de obra familiar.

Ainda durante a viagem, na ocasião da parada no Rio de Janeiro, Aurélio se dá conta da condição em que se encontra e começa a sentir ruir, pela primeira vez, seu sonho de tornar Rosa uma *signora*. A revolta se manifesta com as condições miseráveis dentro do navio:

Como podiam ter feito aquilo com eles? Sem nenhum recurso a bordo, só restava ter paciência e esperar chegar com vida. Viva o Brasil! Dizia alguém de vez em quando, com raiva. É este o país da Cocanha? Eram tratados como o esterco que se tira da estrebaria. Ou nem isso, porque com o esterco havia sempre o cuidado de não perder nada, ele era necessário para adubar a plantação. Eles eram só merda, como dizia o Cosimo, não valiam nada para ninguém. Os que tinham a ganhar com eles já haviam se servido. Agora só Deus podia ajudar (POZENATO, 2006a, p. 76).

O conceito de si (FILION, 1994) de Aurélio demonstra uma pessoa com baixa autoestima, que reage a uma situação de revés com autodepreciação. Esse aspecto da personalidade de Gardone apareceria novamente após a chegada a Porto Alegre e finda a difícil subida até a Serra, onde estava a Colônia Caxias. Lá os amigos de Roncá se estabeleceram no barracão de imigrantes, até que conseguissem adquirir suas terras e construir suas casas. Pozenato, admitindo as dificuldades e sacrifícios que o ato imigratório exigia, não adota a versão romantizada do desbravador. Desde o processo de partida até a aquisição das propriedades demonstram uma sociedade perfeitamente organizada e ativa, conforme Lagemann (1996) aponta, cuja estrutura está devidamente preparada para o envio, recebimento e assentamento das levas. Quando Aurélio e os amigos dirigem-se para a Diretoria da Colônia com a intenção se matricularem no livro de imigrantes, o que dava direito à aquisição subsidiada de um lote de terras do governo, ele lembra do Dia de São Martinho, quando iam negociar os contratos de concessão de terras. Nessas ocasiões havia o medo de ser enganado e um clima de velório reforçado pelas conversas baixas.

Quando chega a vez de ser atendido, de passaporte na mão, Aurélio se dirige ao funcionário e, cabisbaixo, rezando para que tudo desse certo, responde a pergunta trivial, para seu alívio: “- Tem parentes ou amigos, morando na colônia, gostaria de comprar sua terra perto deles?”. Mesmo sem conhecer ninguém na colônia, nem ter parentes ali, queria manifestar o desejo de ser vizinho dos seus amigos: “Falou com medo, esperando que o homem dissesse não, isso não é possível. Era o que mais tinha ouvido na vida, não, isso não pode” (POZENATO, 2006a, p. 113).

Esse medo do fracasso, ou de correr riscos, segundo Schumpeter (1983), fica ainda mais latente quando decidem buscar alternativas de aquisição de terras mais próximas à sede da colônia. Ao encontrarem o jovem Padovan no barracão, este lhe oferece uma oportunidade de aquisição de terras melhores do que as vendidas pelo governo. Guiados pelo jovem, foram de encontro ao Conde Feijó, dono das terras. Aurélio, aguardando que Padovan e Cosimo tomassem a iniciativa da conversa, já mentalizava a perda de tempo que seria a negociação, ou, segundo sua expressão “não tinham farinha na caixa para ficar dando festa” (POZENATO, 2006, p. 113). Ainda que admitisse uma maior rentabilidade futura, pensava

que por serem mais caras e em condições mais apertadas que as do governo seria impossível saldar a dívida em um prazo tão apertado. Todos os elementos necessários para a formação da visão de um futuro empreendimento, que vão ao encontro das ideias de Filion, estavam à disposição de Aurélio na argumentação do Conde, de que as terras eram planas, com água e rios ao fundo, o que possibilitava a instalação de um moinho e uma serraria, com acesso à estrada principal, que poderia reverter em grande fonte de renda, e perto da Vila, que, todos percebiam, se tornaria cidade em pouco tempo: “- *Vocês são uns cagões. Devia ter ficado em casa*”. Ainda que ofendido pela fúria do rapaz, Aurélio consente que, infelizmente, Padovan talvez tivesse razão. Nesse momento, inconscientemente, Aurélio admite que não tem a força de caráter necessária para tornar realidade aquilo que sonhara para si.

Após a posse das terras do governo e da casa construída, a primeira colheita sofre um revés, a geada, cujo desastre desencadeia seus problemas com a bebida. Após aparecer em casa embriagado, Aurélio percebe sua tendência ao alcoolismo, cujo gatilho está ligado ao fracasso ou à incapacidade de converter a visão central em realidade. Criou o hábito de se afastar da família para beber e, no chiqueiro, se deleitava com sua quase “cocanha”, que permaneceria incompleta até o fim dos seus dias:

Gostava de ficar ali, com a cabeça leve, como se estivesse um pouco embriagado. Tomara, sim, dois copos de vinho tinto, mas não era do vinho o prazer que sentia. Era de ver que estava rodeado de fartura. Depois de sete anos de luta, ele era quase um senhor. Tinha seu cavalo, as duas vacas, queijos e salames guardados no porão, uma pipa de vinho, essa ninhada de leitões. E tinha também dois filhos, Angelo e Dosolina. (POZENATO, 2006, p. 259).

Há uma forte disparidade entre as biografias de Giuseppe e Luigia Eberle com a de Aurélio e Rosa Gardone. Enquanto os Eberle vêm com um objetivo, mesmo que difuso, de empreender, e com capital específico destinado a isso, os Gardones são “empurrados” pela conjuntura econômica da sua terra natal ao Brasil e reproduzem, com alguma variação, como o tipo de grão e as tipologias de uva em função do solo e do clima, mais ameno que o europeu, o modo de vida agrário italiano do século XIX, baseado na pequena propriedade e na diversidade de cultivos.

Pozenato é muito mais crítico e toma a trajetória mais comum do imigrante italiano para os Gardone, cuja trajetória, nesse caso, é semelhante a da maioria dos imigrantes, que chegam em situação quase miserável e, apesar da estrutura existente na Colônia Caxias, têm um caminho de sacrifício e, por que não, restrito no que tange a alternativas de qualidade de vida. O objetivo do autor é desmistificar a “cocanha” prometida e que seria encontrada ou conquistada pela força do trabalho e vontade pessoal, como registram os discursos praticados

pelos agentes políticos, como o de Rossarola e Flores da Cunha na ocasião da Festa da Uva de 1933. O contrário ocorreu com Giuseppe e Luigia, muito em função de que ambos possuíam outras habilidades que não somente as da lida agrícola. Isso permitiu que, pouco tempo depois de instalados, já partissem para a diversificação de renda, com a colônia produzindo frutas e a funilaria, na sede da Colônia, vendendo artigos para a casa e ferramentaria para as atividades rurais.

A morte de Rosa encerra para sempre a “cocanha” de Aurélio. Seu sonho e motivação se iam junto com a esposa, que não se tornara a *signora* que tanto sonhou. Aurélio não era respeitado pela família nem pela comunidade; não se tornara rico, nem tinha força de caráter ou liderança para empreender qualquer coisa. A passagem de bastão para a segunda geração, a cargo agora de Angelo, é dura e sem ritos, quase como uma ordem recebida respeitosamente pelo filho. É uma transição diferente da família Eberle, na qual a compra da oficina por Abramo com o aconselhamento do pai, assim como o apoio ao ser encarregado de comercializar a produção da família e reter parte dos lucros, demonstra uma preocupação de transmissão de capital social (SCHUMPETER, 1983) que não há no contexto ficcional da família Gardone. Aurélio livra-se de um peso e admite seu fracasso:

‘Angelo, já és homem, tens quatorze anos. Vais criar os teus irmãos. Eu já fiz minha parte.’ Angelo consegue dizer “*sim, puppa*”, e nada mais. O pai diz que já fez a parte dele e está lhe entregando as rédeas. Do trabalho Angelo não tem medo, desde que se lembra não passou um dia sem trabalhar. Cuidar dos irmãos ele sempre cuidou. O que muda agora, se entendeu bem o que o pai disse, é que ele vai mandar na casa, cuidar dos negócios. Com o tempo irá aprender, não deve ser assim tão difícil. (POZENATO, 2006a, p. 345).

A entrega dos negócios da família para Angelo leva Aurélio à prostração completa. Passa a residir no celeiro da propriedade, bebendo todos os dias, e projetando a imagem de Rosa na nora, Teresa. Afogado nas lembranças do que não foi, Aurélio falece algum tempo depois da partida de Angelo e Teresa. Ele não conquistou a “cocanha”, assim como milhares de outros imigrantes que viram que a realidade se traduzia em uma dificuldade muito maior do que a anunciada.

4.3 SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÕES

O protagonismo de Angelo Gardone, filho mais velho de Aurélio e Rosa Gardone, ocorre na segunda obra da trilogia de Pozenato, *O Quatrilho*. Ele ainda residia com a família em Santa Corona quando conheceu Teresa. Paulatinamente, Angelo tornou a propriedade lucrativa e sentia orgulho em demonstrar seu feito para a noiva. Mesmo com esse progresso,

Angelo começa a demonstrar atitudes que formarão seu caráter de empresário no futuro da narrativa. Um exemplo clássico é o trecho onde Teresa e sua irmã, ambas pensando nos itens que deviam comprar para o enxoval de casamento de Dosolina, são repreendidas por Angelo: “Quarenta mil reis. Nem um tostão a mais. Se deixasse por conta da Teresa não ia haver dinheiro que chegasse. Quem não economiza não vai para a frente”. O pensamento de Angelo reflete um sentimento muito comum na RCI, que é o senso de sacrifício do consumo presente para criação de uma poupança para assegurar o futuro. As condições de pobreza e dificuldades pelas quais passaram os imigrantes geraram uma intensa procura por segurança financeira, geralmente aplicada em casas de comércio, a exemplo do afirmado por Lagemann (1996).

Pozenato utiliza esse recurso na caracterização da personagem para elucubrar um traço cultural regional. Essa aproximação com o mundo real é recorrente na obra, em que os personagens estão totalmente integrados em um emaranhado de valores socioculturais, cognoscitivos e morais e dentro dos quais adotam uma coerência interna em virtude das decisões pautadas por esses valores (ROSENFELD, 1968, p. 35). Nesse caso, o autor demonstra, pela primeira vez, a vontade de empreender de Angelo, ainda indefinida, mas a qual, sem esses recursos, jamais seria concretizada. É uma exceção, pois apenas alguns utilizavam o capital para algum tipo de investimento, ou associação, o que Filion (1994) considera um requisito para o crescimento, já que é uma das práticas gerenciais que o empreendedor toma para a realização de sua visão central e que mais tarde seria fundamental para Angelo colocar em prática sua visão.

O fato decisivo para o desenrolar da história d’*O Quatrilho* é o pedido de noivado para Adelaide por parte do irmão de Angelo. Segundo os costumes da época, o filho mais velho deveria sair de casa e dar lugar ao mais novo que se casava. Assim, Angelo teria que encontrar uma solução para seu trabalho, e as alternativas que se colocavam exigiam um esforço de escolha de sua parte. A necessidade dessa iniciava coaduna-se com a teoria visionária de Filion em relação ao processo de formação da visão. Angelo percebia que a colônia do pai não tinha área cultivável para todos, além de ele ter poucas economias e patrimônio. Angelo começava, assim, a buscar alternativas para a aquisição de uma área de terras própria.

Avaliando que em Santa Corona ou Nova Vicenza era impossível no momento, dado o preço elevado, volta seus olhos para outros locais mais distantes. A bodega do Miro, o local onde as pessoas se encontravam e as notícias eram difundidas, serve como fonte de informação a Angelo, que se informa sobre colônias novas perto do Rio Uruguai, mas sem

estrutura. Ainda mais que agora se anunciava a instalação de uma estação de trem em Caxias, e o progresso da vila ficava evidente. Sempre muito bem relacionado na comunidade, Angelo coleta dados que compunham sua visão de futuro, demonstrando como o sistema de relações (FILION, 1994) do personagem influencia fortemente sua tomada de decisão. Reconsiderando, após inúmeros conselhos, principalmente os dos frequentadores da Bodega, a aquisição das colônias novas, Angelo ouve os conselhos de Miro, que enaltece as virtudes da cidade, que crescia com as indústrias e o comércio. A visão de Angelo sobre esse espaço era a de que a cidade era o reduto de pessoas de mau caráter, chegando a pensar que iam logr-lo e tirar o pouco que havia economizado e acumulado até então. A insistência de Miro encontra um ponto de convergência com as suas ideias, quando afirma que, estando lá há pouco mais e um mês, notara que trabalhando na abertura de estradas, utilizando a picareta, se ganhava mais do que na colônia. Essa informação dá esperanças a Gardone, que encontrou um ofício conhecido seu e que, enquanto trabalhava nesse ramo, poderia criar uma poupança enquanto procurava uma colônia adequada para adquirir.

Ao ir para a cidade de Caxias, Angelo instala-se na hospedaria do Rocco, velho amigo do seu pai. Após andar sem destino, seguindo os conselhos do nono Cosimo, de que é nos cafés onde se obtém informações sobre os negócios, adentra em um desses estabelecimentos. café onde tem um encontro com dois fazendeiros que, mesmo sem efeito por ora, se mostraria importantíssimo no futuro

Talvez em uma das críticas mais evidentes à cultura do acúmulo de capital que se instalou na Colônia Caxias aparece em um diálogo entre Angelo e Roco, quando este comenta àquele:

Tem muitas coisas erradas em Caxias – prosseguiu Roco, retomando o fôlego. – Todos falam de progresso, de perola das colônias, e isso e aquilo. Mas eu nunca vi terra de ladrões como essa, começando pelos padres. Mas não vou mais falar deles. Também já estou *stufo e agro* desse assunto. É irmão logrando irmão, filho logrando pai. (POZENATO, 2006b, p. 111).

Roco narra a história de dois irmãos, cada um com casa de comércio, em que uma cadeia de roubos se instala no simples pedido de veneno para aplicar em parreirais. Na falta do produto, pede uma barrica para o irmão, que tira uma porção e revende como se fosse cheia. Sabendo que o outro faria isso, o primeiro separou a quantidade pedida pelo colono e devolve ao irmão novamente como se estivesse cheia, sem que o colono tivesse feito o pedido.

Apesar de envolver uma negociação entre duas casas de comércio, Pozenato indica que esse procedimento é comum em todas as instâncias das relações comerciais. Isso remete ao estudo de Lagemann (1996), que salienta como o monopólio do comércio de insumos deu poder aos comerciantes de extrapolar a ética empresarial e usurpar os colonos com fins de extrair o máximo de lucros em cada transação. A mordacidade do autor vem quando Rocco denuncia a falsa moral que as famílias ostentam nos clubes, cujo capital que lhes permite usufruir do status social adveio de forma desonesta, e demonstra uma orientação de prestígio social aos grandes empresários pela quantidade de riqueza acumulada, e não da forma como ela foi conquistada, nem daqueles que contribuíram para ela de forma menos evidente. O que importa é terem vencido, mesmo que às custas da exploração do trabalho alheio:

Pois as filhas desses estão todas no Clube, com sedas e anéis. Depois dizem que Caxias é a terra do trabalho. Não nego, duvido um lugar onde se trabalha tanto. Mas quem enriquece são dois, ou três, que ficam sentados, cuidando do dinheiro dos outros, inventando modos de ficar com ele. Caxias vai para a frente, eu sei. Mas garanto que só vão se lembrar, daqui uns tempos, desses que passam o dia no Clube. O suor de quem trabalha não conta. (POZENATO, 2006b, p. 111).

O ponto de mutação da personalidade de Angelo acontece quando, após meses trabalhando na estação e sem nenhuma perspectiva para aquisição de uma colônia nova, entre um gole e outro de vinho na companhia de Roco, ouve deste que um tal de Ambrosio Batiston, proprietário de uma casa de comércio na região da Caipora, tinha uma colônia à venda, e recomenda a Angelo que se apressasse, pois havia muitos interessados. Aconselhava também cautela na negociação, já que Batiston tinha a reputação de lograr os colonos, fato que incluía essa mesma área de terras que o comerciante recebera em troca da dívida de um colono que não conseguira pagar pela terra. Batiston trabalhava, como muitas casas de comércio na época, também como uma espécie de banco, a exemplo do apontado por Lagemann (1996):

Gardone se sentia em pânico. Se a mulher estivesse aí... Precisava de ajuda, de alguém que fosse com ele enfrentar aquele demônio. O Roco? É claro. Roco conhecia o homem, e era da cidade. Engoliu o resto do vinho e ouviu-se perguntando:

– O Senhor não vai comigo?

O olho do Roco pareceu atravessá-lo de lado a lado:

– Isso são coisas que um homem resolve sozinho. Para isso o homem usa calças.

Angelo sentiu fugir-lhe todo o sangue. Roco não gostava dele? Por que falava assim? Parecia o capataz da Intendência. Precisava dar uma resposta e lhe veio, nem ele sabia de onde, com toda a força, a ofensa:

– Orco fiol d'um can! (POZENATO, 2006b, p. 122).

A atitude de Gardone, de impor seu sentimento e quebrar a timidez, traz algo até então imperceptível no caráter do personagem: confiança e segurança, e que podemos conferir

somente na personagem de Gardone, uma vez que temos acesso ao seu íntimo, ao contrário de pessoas reais como Abramo Eberle. É o “conceito de si” de Filion (1994), que se altera profundamente no personagem principal da obra, e faz com que os acontecimentos de sua vida profissional tomem outro rumo. Toma a decisão de comprar a sua colônia, custasse o que custasse, e não se submeteria mais aos desaforos do capataz, aquele negro sem-vergonha. [...] Queriam fazê-lo de bobo. Mas agora ia se livrar também do capataz, porque ia comprar a sua colônia. Lá mandaria ele e mais ninguém” (POZENATO, 2006b, p. 127).

Nesse trecho Pozenato traz à luz o preconceito dos descendentes de italianos com os negros e brasileiros que viviam na RCI. Mesmo não estando entre os objetivos de nossos estudos, e sendo essa questão jamais abordada quanto aos valores dos empreendedores regionais relativos às diferenças de raça e credo nas biografias existentes, nota-se que a ficção indica que os colonizadores e seus descendentes tinham, sim, um grande preconceito de cor. É uma nova desmistificação que aparece na obra e foge do eufemismo característico adotado na narrativa regional acerca dos empresários.

Gardone segue firme à Caipora, precisamente para a casa de comércio de Ambrosio Batiston. Preocupado com a sua aparência, se pergunta se deveria vestir sua melhor roupa e barbear-se, ou ir do jeito que estava. “Esperto”, pensou ele, seria ir parecendo um maltrapilho, pois, caso contrário, Batiston iria aumentar o preço ao perceber que ele teria os recursos necessários. Esse medo de ser enganado se torna um traço marcante da personalidade de Angelo, de modo que gera nele uma competitividade nos negócios que acaba por torna-lo aquilo que ele mais detestava, o enganador.

O trecho da negociação da colônia é exemplar, demonstrando o ímpeto de Gardone e sua extrema confiança na realização da visão central, a compra da colônia. Ali a sua energia, focada em e suas habilidades, estão latentes:

Não faço questão de vender a colônia – começou Batiston, pausadamente. – Estou até pensando em colocar lá um moinho, não há nenhum por perto. E passa lá um rio que vale ouro. Agora, em boas condições, faço o negócio.

Angelo Gardone tossiu, para mostrar que estava ouvindo. O rio que vale ouro começava a deixá-lo excitado. Batiston sorriu:

– Vejo que o senhor sabe fazer negócios, senhor Gardone. Me deixa falando sozinho. Mas o senhor já tem uma proposta, não tem?

O senhor Gardone olhou para os lados. Proposta? O outro queria saber quanto dinheiro ele possuía. Não era bobo. Aquele era um negócio de dois homens espertos:

– Não conheço a colônia – respondeu, com alívio (POZENATO, 2006b, p. 127).

Batiston sorri e concorda com Gardone. Mas reforça sua posição, ressaltando ainda que o preço está abaixo do mercado pelas características da área, com quarenta hectares, sendo vinte de mata nativa, com casa, estrebaria. Isso dava condições de instalação imediata

do proprietário, nas proximidades de Caxias, ficando a três horas e meia a cavalo e, o mais importante, também havia um rio. Nesse ponto, após valorizar seu produto, Batiston dá seu lance: cinco contos de réis, valor cinco vezes acima do capital de Angelo. Mesmo com o baque, seguiu na negociação, ouvindo as condições impostas, que eram de 30% de entrada e três anos de prazo de pagamento, com juros anuais de 12%. Sem o dinheiro da entrada, e descartando um empréstimo do saldo, Gardone agora teria que encontrar outra solução para o negócio, qualquer que fosse, e para isso precisava de tempo. Prudência necessária para qualquer empreendedor, e sua consciência do passo que estava dando era evidente.

Pozenato, ao retratar a escala de valores do empreendedor Gardone, novamente faz uma crítica indireta quando, ao mostrar a escolha do seu personagem entre ver a filha ou a nova colônia, Angelo decide:

Quando saiu à rua, sentia-se o dono da colônia. O fato de não ter o dinheiro para dar de sinal não o preocupava. Acabava de fazer um grande negócio, com um homem de respeito. Tinha apenas uma dúvida: ia antes para Santa Corona, ver a filha? Ou ia antes ver a colônia. Mas foi uma dúvida passageira. Ia ver a colônia. (POZENATO, 2006b, p. 128).

A princípio, uma decisão como essa causaria espanto. Mas a lógica que Pozenato imputou à personagem não surpreende. Na escala de valores de Angelo, e que refletem o direcionamento da sua energia como empreendedor (FILION, 1994), é perfeitamente compreensível essa atitude. Mais do que isso, é coerente no universo em que a personagem se situa. Nada é mais importante para Angelo do que o crescimento material e, para ele, a vida é uma competição contra os outros nesse sentido, tanto que a raiva de Batiston, por considerar que este o teria enganado no negócio da compra da propriedade, também escondia, senão uma admiração, o fato de que este se tornou o seu modelo de homem de negócios e sua pedra de toque.

Agricultor, Angelo não tinha referência nenhuma do mundo empresarial, seus atores, modelos de atuação ou personagens. Essa dedicação integral aos negócios nos é permitida saber seletivamente pelo autor quando temos acesso aos pensamentos de Gardone nas noites mal dormidas em busca de alternativas de compra da colônia, que nos revela o foco da energia despendida de Gardone. Ele encontra a solução para o dinheiro da entrada do financiamento da colônia na busca de um novo sócio. A disposição em assumir riscos, conforme aponta Schumpeter (1983), também começa a aparecer em sua personalidade. Ao tomar a decisão de encontrar um sócio, é importante ressaltar que Gardone não buscava apenas um aporte de capital, mas um suporte fundamental na realização de sua visão central, pois tinha a exata

noção de que não teria condições de tornar a nova área de terras produtiva sem o auxílio de outras pessoas, já que a capacidade de produção da propriedade teria de ser grande para pagar a dívida assumida.

Ao identificar Massimo e Pierina Boschini como o casal com os atributos ideais para o intento, ele e Teresa se deslocam para a propriedade dos Boschini com a intenção de fazer a oferta, que consistia em uma sociedade até a quitação da dívida e, após, a divisão da terra em escrituras individuais. Massimo percebeu que tanto Angelo, Teresa e Pierina concordavam com o negócio, mas, levado por questões pessoais, basicamente Teresa, levantava objeções pontuais para não evidenciar essa situação, mesmo que concordasse com a operação, principalmente com a colocação de um moinho. A primeira delas foi em relação à condição material da casa, que estava em más condições. Mesmo assim, Angelo já tinha resolvido a questão, sugerindo que somente ele e Massimo habitassem a propriedade e, dado o período do ano, setembro, plantassem a primeira lavoura de milho. Sua previsão era de que o pagamento do primeiro ano da dívida poderia ser quitado com essa produção e, enquanto isso transcorresse, eles consertariam a casa.

Muito articulado, Gardone já havia falado com o futuro vizinho, o Nane Mondo, que os acolheria até que a residência ficasse pronta, previsto para o período natalino, quando as famílias poderiam, enfim, se instalar. A liderança de Angelo – segundo o modelo definido por Filion (1994) –, na tentativa de convencer os demais de que ao realizarem sua visão serão também beneficiados, não só é clara como, no romance, é determinante para o futuro de todos. Isso fica evidente ao verificarmos como a visão de Angelo sobre o moinho foi assimilada por Massimo, calculando rapidamente que, dando o dinheiro da entrada, nada sobrava para a construção do moinho, em sua avaliação a grande garantia e condição para entrar no negócio. Interessante também a correta avaliação de Massimo acerca de toda a operação, com uma visão clara de riscos e fatores-chave de sucesso do negócio. O que não significa que Angelo não tivesse isso claro, mas fica visível que, embora partilhando da mesma visão, a atitude de cada um perante o empreendimento estava direcionada a caminhos diferentes. Não podemos deixar de ressaltar que, mesmo tendo conhecimento de tudo isso, Massimo nunca teve a iniciativa de Angelo de empreender algo semelhante ao que estavam planejando, de forma que o autor deixa claro a diferença de personalidade de um e de outro.

Se a sociedade ocorrera em função do sistema de relações entre os casais Angelo e Teresa e Massimo e Pierina, cujas esposas eram primas, bem como da visão e liderança de Angelo, na venda do Vito Stchopa, ele estende suas conexões, conhecendo alguns membros da comunidade e sendo apresentado como novo vizinho. O estabelecimento não funcionava

apenas como bodega, mas também como posto de recepção e compra de produção de grãos dos colonos, que depois eram distribuídos em outras localidades. Já como batismo de fogo, Angelo começa a mapear o mercado local e seus atores:

E então, Gardone? – mostrou ele os dentes amarelos. – Como é que está a lavoura de milho?

– Muito bonita – disse Gardone. – Vai dar uma boa colheita se não tiver nenhum atraso.

– É – fez o Stchopa, como se lamentasse o fato. – O tempo está correndo a favor. Vai dar muito milho este ano.

Gardone entendeu a insinuação, e ficou quieto. Mas o Toni Scariot, com seu copo de cachaça, que acompanhava a conversa, interveio irritado:

– Ele já está avisando que os preços vão baixar. Está vendo, Gardone? Você ainda nem chegou aqui e esse porco capitalista já está te explorando. É ou não é verdade? (POZENATO, 2006b, p. 144).

Após algumas semanas, Angelo volta a tocar no assunto com Stchopa, e começa a demonstrar sua impetuosidade nos negócios:

– E o preço do milho, como está?

Stchopa fez um ar compungido. Deixou cair os braços para mostrar um grande desânimo e falou, como se estivesse no confessionário:

– Mal, muito mal. Começou a cair antes da colheita. E vai cair muito mais depois. – Pôs a mão, como uma garra, no braço do Gardone: – Mas com o senhor eu vou fazer um negócio especial, pode ficar descansado. É um segredo de nós dois. Ainda vamos ser grandes amigos. Não quer outro charuto? Este fica por conta da casa.

Angelo aceitou o charuto e guardou-o no bolso. Não sabia por que, mas alguma coisa lhe cheirava mal na proposta do Stchopa. Todo cheio de segredos. Não era um negócio limpo. Pensou no Ambrosio Batiston. O que responderia o Batiston?

Vou pensar, não tenho pressa. Tenho um paiol grande. Estou pensando em armazenar até os preços subirem. Ou então moer tudo em farinha. Vou contar uma coisa, em segredo – foi a vez de ele agarrar o braço seco do Stchopa: – Nós vamos botar um moinho. Saboreou o espanto do outro [...]. (POZENATO, 2006b, p. 144).

Na sequência, aproveitou para negociar a compra de uma mula e, propositalmente, forçou a negociação até que chegasse onde queria e derrotasse moralmente Stchopa. Após comprar mula, saindo a trote, ficou imaginando sua chegada triunfante em casa e novamente comparou-se com Batiston, cujas habilidades ele pensava estar superando. Mirava derrotar Stchopa, não naquele momento, mas quando tivesse com maior solidez. Seu sonho, mesmo, era “acabar” com Batiston. “Vou fazer ele me devolver com juros o preço da colônia, prometeu, com juramento, a si mesmo. Nesse dia estaria então totalmente satisfeito.” (POZENATO, 2006b, p. 147).

Enquanto seguiam com a construção do moinho, em um projeto com o qual quase todos os homens de San Giusepe colaboraram em troca de moagem futura, Angelo, persistente e determinado, encontra uma forma de quitar a dívida da colônia imediatamente. À noite, após ensacar a última carga de milho, no momento do jantar, ele explica seu plano. A

reação de Massimo não poderia ser pior, para espanto de Gardone “– Mas isso é imoral!” Para ele, imoralidade estava associada aos valores católicos do casamento, como adultério. Nos negócios, a ética de Angelo passava muito ao largo de qualquer fronteira. Ele bolara uma engenharia financeira exemplar. Baseado no valor que tinha emprestado a Abramo, seu vizinho, a seis por cento ao ano de juros, a metade do que pagavam a Batiston, ele tomaria o valor da colônia junto aos colonos de San Giuseppe, prometendo pagar os mesmos seis por cento anuais os quais havia feito no empréstimo a Abramo, e pagaria à vista a colônia a Batiston, economizando o valor do juro, sem precisar utilizar o milho, que deixaria no paiol até o preço subir, quando ganharia de novo, e ficaria com a dívida pulverizada. Desse modo, se alguém precisasse do dinheiro antes do tempo, teria como quitar o compromisso. Basicamente, ele funcionaria como um banco, a exemplo de Stchopa “– Não vou roubar ninguém. Vou pagar os juros. Eles vão até sair ganhando. Mais do que deixando debaixo do colchão. Ou na mão do Stchopa, que não paga juro nenhum.” (POZENATO, 2006b, p. 62)

Assim chegamos a um trecho fundamental da trilogia e da personagem de Angelo Gardone, quando ele, após anos de formação de sua visão, chega à construção fundamental de sua visão central. É aqui que vemos o ponto de mutação que fará de Angelo Gardone um grande empresário no futuro. Vemos explícito também a Cocanha como tradução literária da conquista de um novo mundo através do trabalho. Angelo mudava a história de sua família. Ele encontrara a sua Cocanha; passava de colono para empresário, usando exatamente a estratégia dos comerciantes apontada por Lagemann (1996), ao centralizar o excedente do travessão e comercializar no centro da colônia com lucros altíssimos, com um acréscimo: tal qual fizera Abramo Eberle em sua viagem para São Paulo em 1901 e ao comercializar os produtos da colônia de seu pai, Angelo eliminava a venda do primeiro nível, a local, e ia diretamente para o centro:

O problema agora era resolver o que fazer com o milho. Podia talvez moer todo ele. Talvez fosse mais fácil vender a farinha, e com mais lucro. Teria que subir a Caxias, para ver isso. E se ele mesmo vendesse o milho, direto, sem passar pela mão do Stchopa? O problema era o transporte. Não havia uma carreta em San Giuseppe. Mas podia alugar uma em Caxias, se não cobrassem os olhos da cara. E se ele, Angelo Gardone, comprasse uma? (POZENATO, 2006b, p. 163).

As elucubrações de Angelo deixavam-no cada vez mais empolgado. Se ele captasse mais dinheiro junto aos colonos, seria capaz de adquirir uma carreta e transportar a produção de milho de todos os colonos de San Giuseppe, com o objetivo de vender diretamente em Caxias com um preço melhor para todos. Assim, ele poderia a “custo do frete” aumentar sua receita. Ao mesmo tempo em que configura esse cenário, imediatamente percebe que o grande

negócio não era o serviço de transporte, mas sim a revenda da produção. Mesmo pagando mais que Stchopa, que agora se transformava em seu concorrente no que tange a compra do milho, Gardone antevê as vantagens do movimento:

Não ia precisar desembolsar nada, já que ficaria com o dinheiro deles emprestado. Mesmo pagando seis por cento de juro, que ele poderia baixar para cinco, ou quatro, por cento, os lucros iam ser bem maiores do que isso. Todos sairiam ganhando e todos ficariam satisfeitos. [...] Amanhã voltaria a pensar no assunto. Mas desconfiava ter encontrado o caminho da CUCAGNA. É verdade que, para cuidar desses negócios todos, não sobraria tempo para a roça. Mas quem é que já enriqueceu trabalhando na roça? Para não deixar a colônia parada, podia pagar quem fizesse a lavoura. Mas isso seria nada, com o que ganharia com o resto. Voltaria a pensar nisso tudo. Precisava estar certo de estar pegando o ubre, e não o rabo da vaca. (POZENATO, 2006b, p. 163).

Agora Angelo tratava de converter sua visão em realidade. Convenceu os colonos a aplicar o dinheiro com ele e, dessa forma, dirigiu-se a Ambrosio Batiston para quitar a dívida da colônia. Após dirigirem-se à saleta, Batiston puxou o contrato e, após umas contas a lápis, verbalizou o valor devido, demonstrando em expressões que não esperava receber esse dinheiro. Mas Angelo, com toda satisfação, retrucou que tinha vindo pagar o valor todo da dívida. Assombrado, Batiston não parecia acreditar. Após receber, sem se impressionar, o elogio de Batiston, de que era um bom negociante, Gardone partiu para o ataque, confiante e seguro do que queria, propondo outro negócio para Batiston. Antevendo os movimentos do outro, não se deixava mais surpreender. Ao mencionar que havia colocado em prática a ideia de instalar o moinho, Gardone preparava o terreno para a proposição. Encarava a negociação como uma luta entre ele e um animal feroz que precisava ser colocado no cabresto. Batiston teve a iniciativa, propondo a compra do Moinho. Gardone contra-atacou revelando que desejava vender a farinha: “– Farinha? – esquivou-se Batiston. – Estou com o depósito entupido de farinha (POZENATO, 2006b, p. 170). É comum em negociações demonstrar menor interesse do que se tem quando se objetiva uma vantagem futura. Então Gardone tratou de minimizar esse obstáculo: “– Não vai ficar sempre entupido – ponderou Gardone” (POZENATO, 2006b, p. 170). Mesmo concordando em comprar dois cargueiros, Gardone foi ainda agressivo, partindo para sua cartada final: “– Só vendo se for toda a produção – retrucou Angelo Gardone, com firmeza” (POZENATO, 2006b, p. 170). Batiston perde o rumo da negociação quando demonstra não entender o propósito da imposição de Angelo: “– E o que é que eu vou fazer com toda essa farinha? – perguntou Batiston. – Polenta – riu Gardone, atrevido.” (POZENATO, 2006b, p. 170). Batiston aceita, e assim Gardone ganhara o respeito e o status de empresário por parte de alguém reconhecido do restrito círculo de negócios.

Nessa manhã, Angelo mais uma vez trata de negócios. A “vítima” desta vez é Vito Stchopa. Sua tática de levar ao extremo a negociação, até o ponto em que o adversário se coloca na posição de derrota, como com Batiston, se repete. Gardone agora comprava a produção dos colonos, moía e revendia em Caxias, estabelecendo-se como concorrente para Stchopa, que o procurou durante a festa para tentar algum tipo de acerto conciliador. Mesmo com alguma resistência inicial de Stchopa, que chegou, estrategicamente, a ameaçar cortar o fornecimento dos colonos que não entregassem a produção a sua venda, colocando o que imaginava ser sua única vantagem competitiva sobre Gardone – a venda de insumos que fazia com os colonos e cujo valor abatia da compra da produção, o que roubaria fornecedores do concorrente –, Angelo foi implacável, como todos aqueles que atravessavam seu caminho para aquilo que traçou como objetivo:

– Nesse caso – disse Gardone, sem se abalar –, vou ser obrigado a abrir uma casa de comércio para atender esses colonos.

O olho do Stchopa tornou a disparar. Gardone devia entender que o lugar era pequeno. Não havia fregueses para duas casas de comércio. As duas iriam por água abaixo.

– As duas, não – atalhou Gardone, superior. – O senhor, Stchopa, se esquece que eu também tenho o moinho. Podia, por exemplo, não moer mais para certas pessoas. Digamos, para aquelas que não comprassem na minha venda [...]. (POZENATO, 2006b, p. 189).

Stchopa admite sua derrota: “Agora, estou nas suas mãos. Não está querendo me arruinar, não é mesmo? Não tenho mais saúde para trabalhar na roça (POZENATO, 2006, p. 189). Chegara ao ponto onde poderia propor qualquer coisa que seria aceita pelo concorrente. Assim, propõe sociedade com Stchopa, mas não meio a meio, mas dando apenas a quarta parte dos lucros, que é prontamente aceita por Stchopa. Nessas atitudes de Angelo revela-se uma crítica clara ao ganha-perde das negociações, aquelas que fundaram os grandes empreendimentos em Caxias do Sul. Ou seja, se muitos conseguem a Cocanha, é em detrimento da cocanha de outros.

Essas, entretanto, eram as dificuldades iniciais. A retirada da oferta de ocupação de um cargo de diretoria na Igreja, feita pelo pároco da comunidade, Padre Gentile, na ocasião da festa do santo padroeiro, agora, em virtude da situação de Angelo após a fuga de Massimo e Teresa, deveria ser retirada. Como se não bastasse, o sacerdote exigiu-lhe que saísse da casa onde morava com Pierina e, quem sabe, até retirasse seus negócios de San Giuseppe. Enfurecido, Angelo discute ferozmente com o padre, afrontando-o e não cedendo em nenhum dos pontos exigidos. A gravidez de Pierina, que vem na sequência, lhe deu a certeza de que

teriam que mudar para Caxias. O que não esperava era a fúria do Padre Gentile, que utilizara do seu poder de autoridade religiosa que exercia para literalmente amaldiçoar Angelo e Pierina. Foi um efeito cascata: Nane Mondo fez com que Joanim saísse da casa de Gardone, assim como parasse de trabalhar no moinho, interrompendo a produção. O pior viria a seguir, quando o primeiro, depois o segundo e o terceiro colono lhe negaram a venda da produção. Não chegavam moagens, e ninguém pisava mais na bodega. O presidente da capela fora até sua casa e pedira de volta o dinheiro emprestado. Para as operações de Gardone isso era um desastre e significava a falência. Angelo Gardone demonstra uma grande resiliência com a situação que basicamente colocava fim a todos os seus negócios. A tenacidade (FILION, 1994) com que se dedicou para encontrar soluções advém mais uma vez do seu espírito competitivo. Se agira assim com Batiston e Stchopa, por que não o faria com o Padre Gentile? O autor mantém a coerência com a lógica do personagem (ROSENFELD, 1968):

O padre Gentile queria arruiná-lo de uma só vez. E tinha certeza de que não era tanto por amor à religião. Era, isso sim, por causa do bate-boca que tinham tido. O padre não esquecera da ofensa. Perdoai as nossas dívidas assim como perdoamos os nossos devedores. O padre não tinha perdoado. Também ele não ia perdoar. Haveria de encontrar um modo de mostrar quem era mais forte. A religião não tinha nada a ver com isso. Era uma questão entre ele e o padre Gentile. (POZENATO, 2006b, p. 230).

Mesmo sem ter um plano, ao ser arguido por Stchopa, exclama: “vou mostrar quem é que pode mais” (POZENATO, 2006b, p. 231). E a ajuda vem de quem ele menos esperava: de Scariot, aquele que o chamava de porco capitalista:

– Só tem um jeito – repetiu o Scariot. – Se não dá para negociar aqui, vai ter que negociar fora.
 – Mas não quero ir embora daqui. Quero ficar na cara do padre Gentile – disse Gardone, ainda desconfiado de que o Scariot estivesse brincando com ele.
 – Mas é isso que eu quero dizer – tornou o Scariot. – Fica morando aqui e procura negócios fora. Afinal de contas, que tipo de capitalista tu és? Todo capitalista é imperialista, quer sempre voar mais longe. (POZENATO, 2006b, p. 231).

Angelo Gardone ficou pensativo. A sugestão de arriscar-se em negócios maiores, em outros horizontes além da comunidade, lhe atraía sobremaneira. O risco não era um fator inibidor para ele, tal qual apontado por Schumpeter (1983). Quase que instantaneamente, lhe vem à mente a visão dos fazendeiros, da bodega em Caxias: “[...] criavam vacas e ovelhas. Não plantavam um pé de coisa nenhuma. Sentiu-se excitado mas, como já aprendera, procurou não dar demonstração do que estava pensando” (POZENATO, 2006b, p. 232). Gardone simplesmente refaz sua visão central, e trata logo de tomar as providências

operacionais para que fosse possível cumpri-la, questionando se Stchopa continuava seu sócio. Afinal, sozinho não conseguiria implantar seu plano; precisariam comprar mais uma carreta e fechar a bodega. Queria fechar também o moinho, mas Scariot se ofereceu para operá-lo, com a ajuda de Natale, para carregar as sacas.

Tal qual Eberle e Gaspareto (FRANCO, 1943), que se tornaram caixeiros-viajantes durante oito meses, Angelo e Stchopa ficaram na estrada, com as duas carretas. Os negócios iam melhor do que antes, expandindo-se para os a região dos Campos de Cima da Serra e até Porto Alegre. Agora, para que pudesse consolidar esse crescimento, Gardone avisara Pierina de que teriam que se mudar para Caxias, de modo a acompanhar melhor os negócios, em termos gerenciais. Nesse momento, Angelo demonstra a visão complementar de Fillion (1991). Para replicar o modelo que adotara em San Giuseppe, e finalmente atingir o seu objetivo, iria comprar o armazém do Batiston. Mesmo que essa sequência de acontecimentos não seja, e não precisaria, ser similar à de Abramo por ocasião das duas guerras mundiais, nota-se que tanto um quanto o outro, personagem e a pessoa, utilizam-se de estratégias bastante agressivas quando o cenário se apresenta com dificuldades. Se a situação não é a mesma, a reação de ambos é idêntica.

A causa da raiva que tinha de Bastiton apenas seria conhecida quando ocorre a morte do seu pai Aurélio. Nessa ocasião Angelo conhece a suspeita de Dosolina de ele ter planejado e induzido a fuga de Massimo e Pierina para se apossar da propriedade. O personagem revela o seu maior temor: ser enganado. Tão forte é esse sentimento que mesmo as suspeitas de Dosolina são relevadas quando ele percebe que elas poderiam significar que reconheciam nele alguém capaz de ser esperto o suficiente para elaborar algo tão engenhoso como o que sucedera. Aqui Pozenato faz mais uma crítica ao conceito do “esperto”. Para o autor, o “esperto” é alguém que engana ou não se deixa enganar por outro, principalmente no meio empresarial. E mais uma vez levanta a ideia de que o crescimento dos empresários da RCI se deu pelo sentimento de competitividade extrema que se criou. Gardone se sentia enganado por Batiston em sua primeira negociação, quando da aquisição da colônia, e jamais esqueceu isso.

O amadurecimento da personagem de Angelo fica evidenciado nesse momento da saga dos Gambone. Ao refletir sobre sua curta, mas intensa trajetória, faz um balanço de suas escolhas. Sim, entendera que ficara “esperto” nos negócios. Em todas as situações, Pozenato deixa claro que Gardone desenvolveu uma autoestima elevada, ao contrário do seu pai, muito em conta do sentimento de que se humilhara a todos, ou “baixara a cabeça”, segundo a expressão de Angelo. Mais do que isso: catalisou a raiva da humilhação em competição, em jogo. Ele se utiliza da palavra “colocar o cabresto”, ou dominar o outro, tomando o controle

das situações, sem provocar o mesmo efeito no outro, o da humilhação: “Se quisesse ir sempre bem nos negócios, teria que se lembrar das duas coisas: ser duro com eles, mas mostrando a cabeça abaixada. E de vez em quando, como garantia, alguma esmola mais grossa. Quebrando a cabeça é que se aprende (POZENATO, 2006b, p. 248). Outro grande ensinamento a que se atribuiu é o de manter a calma ao tomar decisões: “Mais de um negócio bem-sucedido foi resultado de ele estar com a cabeça fria e, o do outro lado, com ela nas nuvens” (POZENATO, 2006b, p. 248).

Alvaro Franco aponta essa mesma qualidade em Abramo Eberle. Retirando o ufanismo característico do autor, ele afirma que o empresário “nunca agia por impulso” (FRANCO, 1943), como qualidade fundamental do empresário para a tomada correta de decisões. *O Quatrilho* finda deixando claro que a trajetória empresarial de Gardone teria um futuro promissor, a se concretizar na próxima, e última, parte da trilogia de Pozenato.

Angelo Gardone surge, em *A Babilônia*, como um próspero empresário do ramo alimentício, especializado no mercado de farináceos. Possui uma empresa, a Productos Alimentícios Gardone. A narrativa transcorre em 1932, e seus hábitos austeros se mantêm. O único luxo que cultiva, à semelhança de Batiston, não por acaso, é o charuto. Costuma refugiar-se no escritório de sua casa para refletir sobre os negócios. A quebra da bolsa de Nova Iorque tem reflexos no Brasil, e a moeda circulante estava escassa no Brasil. Ainda assim, Angelo tinha consciência de que sua empresa, por atuar em um mercado de itens essenciais, seria a última a ser afetada nas recessões. Em seus pensamentos revela algumas de suas estratégias complementares para o empreendimento:

Graças a Deus, por sorte, seu negócio era no ramo de produtos alimentícios. Comer era a última coisa que as pessoas deixariam de fazer. A farinha de aveia SALUTE, “para o bebê e para a vovó”, tinha salvo a empresa. A farinha de aveia e o café de cevada. No futuro ninguém ia acreditar, mas ele ganhara dinheiro, no país do café, vendendo cevada torrada. (POZENATO, 2006c, p. 27).

A visita de Lourenço Boschini, filho mais velho de Pierina e personagem central de *A Babilônia*, apresenta um detalhamento importante sobre a relação de Angelo com seus funcionários. Atento à realidade histórica, o autor retrata com severidade as condições de trabalho, em uma época sem normatizações dessas relações, uma vez que a CLT viria a surgir apenas em 1943. As desavenças entre Angelo e Lourenço estavam à flor da pele, e Pierina tentava, ao mostrar a fábrica, aproximar ambos, fazendo o filho entender como o padrasto pensava. Gardone, entretanto, destinou um encarregado a guia-lo na visita, deixando claro que

não via em Lourenço um possível sucessor nos negócios, principalmente pelo pensamento comunista do filho.

No romance, a função do encarregado na empresa de Gardone assemelha-se a de um agente penitenciário ou policial militar. Seu papel, explicou o pai a Lourenço, era fazer cumprir o regulamento interno da fábrica. Controlava o ponto dos funcionários, sinalizava o intervalo para lanche, zelava pela não interrupção do trabalho em virtude de conversas e o tempo de uso dos banheiros por parte das mulheres, sendo elas a maioria absoluta em diversas seções. Interessado, Lourenço queria saber o porquê dessa preferência de Gardone, principalmente por mulheres solteiras e jovens de 14 anos:

É mais vantagem ter mulheres na fábrica – disse, num sorriso que deixava ver um dente de ouro e a falta de dentifrício. – Só tem que controlar. E entrou a perorar com entusiasmo. Se fosse patrão, só empregava mulheres. Podia-se pagar bem menos de salário, porque elas não tinham que sustentar família, o ganho que tivessem já era lucro. Não eram respondonas, eram obedientes no trabalho. Não chegavam tarde nem saíam cedo. Claro que tinha que ser duro com elas: cinco minutos no máximo de tolerância, ou então rua. [...] Agora, problema, mas problema mesmo, era quando elas casavam ou tinham filho. Aí não se podia dormir nas palhas. (POZENATO, 2006c, p. 34).

Mesmo não estando declarado, anúncio de casamento era sinônimo de demissão, assim como gravidez. A produtividade baixava, primeiro em virtude do esposo que, segundo o costume da época, preferia que sua mulher permanecesse em casa e cuidasse do lar e dos filhos. Em segundo, a gravidez, pela falta que, a partir de determinado período, a funcionária causaria. O regulamento era explícito na questão do uso do banheiro. Um operário tinha direito ao uso apenas uma vez por turno. Qualquer adicional, somente sob liberação da direção. Caso o “problema” continuasse, era exigido consulta médica e, de acordo com o diagnóstico, demissão. Nesses casos, o encarregado não deixava que passasse mais de 5 minutos para a utilização. Excedido o tempo, ele pessoalmente iria bater na porta e chamar de volta para o trabalho; caso contrário, “virava um abuso”. O autor denuncia claramente a exploração da mão de obra do trabalhador por parte do empresariado da RCI como uma das fontes do lucro adquirido. Essa atmosfera de artilosidade, de desconfiança entre as personagens, perpassa os três romances, e integra o conjunto esquemático do autor para justificar muitas das tomadas de decisões das suas personagens. Podemos atribuir duas qualidades básicas do empreendedor de Pozenato: competitividade como expressão de inveja e logro como fator de lucratividade.

A crítica mordaz que a ficção deixa transparecer em relação à hipocrisia do empresariado segue na passagem em que Mario Straniero, amigo pessoal de Angelo Gardone,

recebe más notícias. Sua empresa, a Ferragens e Productos Agrícolas Straniero Ltda., recebeu um ofício da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com uma notificação junto ao fisco estadual de mil contos de réis. Ao se aconselhar com o amigo Gardone, confessou a dívida e o fato de não ter como pagar no prazo exigido, pelo fato de os colonos estarem sem dinheiro. Gardone sugeriu que a solução poderia estar com o Intendente, ou com o presidente do Estado, que encaminhou o caso para o Secretário da Fazenda. Gardone logo percebeu que a intenção não era monetária, mas sim relacionada à política:

- O intendente foi franco comigo. Disse: “Entra no Partido Republicano e tudo isso se arruma”.
- Eu entrava – disse Gardone sem nem pensar.
- Para ficar de rabo preso? Eu não. Tenho a minha dignidade. Sou integralista e me garanto. Sou contra essa cambada da oligarquia campeira. Está mais do que na hora de que quem trabalha possa também decidir na política. Não vou lamber as botas do General Flores. De jeito nenhum. (POZENATO, 2006c, p. 38).

Angelo não entendia a teimosia de Mario, já que seu pragmatismo deixava claro que “Quem tem negócios tem que estar sempre do lado do governo, não importa que governo. Assim pensavam os industriais e comerciantes da cidade e assim pensava Angelo Gardone” (POZENATO, 2006c, p. 38). A crítica aqui fica em relação à falta de escrúpulos do empresário, focado apenas nos lucros que as administrações podem lhe assegurar, independentemente de ideologia política, se elas são democráticas, visam justiça social ou quaisquer outros atributos. O que importa, para o empresário, é tão somente o seu capital.

A ascensão econômica dos descendentes de imigrantes, comerciantes e industrialistas, em meados do século XX, mas principalmente a partir dos anos 1930, interrompe um monopólio político que durou de 1890 até 1924 com a presença de intendentes apenas de origem luso-brasileira (LAGEMANN, 1996). A eleição de Celeste Gobato marca o início da escalada dos imigrantes e seus descendentes na política, na medida em que vislumbraram a oportunidade de alavancar seus negócios e adquirirem prestígio social, não somente na RCI, mas fora dela.

Isso fica ainda mais claro quando Angelo Gardone entra para o Partido Fascista em uma reunião na Sociedade Italiana de Caxias. Após muito relutar, aceita o convite dos partidários. Seu pensamento, novamente, é pragmático: se antes política era sinônimo de empecilho aos negócios, naquele momento os empresários mudavam seu pensamento e passaram a se interessar em política, filiando-se em partidos, financiando campanhas e disputando eleições. Abramo Eberle fizera exatamente o mesmo nesse período, com a mesma motivação, assim como a maioria dos empresários de sua época (GIRON, 1994). Pozenato

tece mais uma crítica aos valores morais religiosos, em especial à Igreja Católica quando, com os correligionários, Gardone passa a frequentar os prostíbulos da cidade. Não custa lembrar que, 20 anos antes, tinha como princípio que adultério e “correr atrás de mulheres”, era pecado. A força do sistema de relações (FILION, 1994), com os novos amigos que poderiam trazer vantagens para os negócios, é maior do que sua própria moral. Ou melhor, a moral de Angelo é a moral do dinheiro.

José Clemente Pozenato aborda a tentativa de encerrar a Festa da Uva por parte do interventor do Estado, em mais uma mescla de ficção e realidade, em que um personagem da história de Caxias, Olmiro de Azevedo, se torna personagem de *A Babilônia* e faz a defesa do evento, exatamente como ocorria em sua época:

Doutor Azevedo intervém na discussão entre o Chefe da Coletoria que, a mando do interventor, está convicto a acabar com a festa da uva por ser uma afirmação da identidade dos imigrantes italianos, ou “um quisto pelas posições políticas, quando filiam-se a um partido estrangeiro, como se partidos nacionais não houvesse. Um quisto, digo mais, um câncer, porque dão-se ares de serem melhores que nós, civilizadores desta terra. Enfim, para não mais me alongar, é mais que tempo de por a cabo a tantas agressões à soberania brasileira. (POZENATO, 2006c, p. 100).

O autor expõe o incômodo que as posições políticas e econômicas assumidas pelos descendentes de italianos no cenário social rio-grandense incomodavam o Estado Novo, assim como admite a função exercida pela Festa da Uva como instrumento de exaltação ao mito do empreendedor imigrante (ADAMI, 1966).

Doutor Azevedo, “Eu, pessoalmente, não iria tão longe como o prezado amigo. Não vejo na festa os perigos que ele vê. Penso que ela é uma exaltação, sim, mas do trabalho, da determinação, até da teimosia... (POZENATO, 2006c, p. 100).

O mito do empreendedorismo manifesta-se no comportamento do personagem Angelo Gardone no que tange à sua determinação, ou quase obsessão, em se tornar um homem bem-sucedido e respeitado. Ao galgar essa posição de destaque social como grande empresário, Gardone adquire prestígio junto aos pares e à comunidade caxiense, ao ser procurado para aconselhamentos e opiniões e ao exercer a caridade junto à Igreja. É quando atinge esse patamar, o de um grande industrialista, que Angelo integra o panteão reservado apenas àquela personalidade cujo trabalho foi responsável por constituir a sociedade tal como ela é conhecida. É a tradução do mito de origem (ELIADE, 1972), que elucida a razão pela qual um novo estado de coisas se deu, e é pelo trabalho e pela determinação do caráter dos empreendedores que a RCI se tornou o que é.

O prenúncio da morte de Angelo começa com uma consulta médica, que nada sugere de grave, mas que, mesmo assim, deixa-o preocupado. Pede, inclusive, sigilo ao chofer, preocupado e desconfiado porque, “não faltavam corvos para arrancar os olhos antes de a rês estar morta” (POZENATO, 2006c, p. 195). Esse aviso lhe levou a pensar sobre a sucessão dos negócios que, àquela altura, iam bem. Com Lourenço fora da cidade, Massimo Segundo começava a interessar-se pela empresa: “Não era filho dele, mas gostava de mandar, e isso era o que mais importava. Pelo menos tinha quem levasse a firma adiante no caso dele faltar” (POZENATO, 2006c, p. 195).

Mesmo de forma bem mais tênue que Abramo Eberle, Angelo demonstra sua preocupação com a transmissão do capital social que formara (SCHUMPETER, 1983). Na verdade, sua única preocupação era a de garantir a continuidade dos negócios. Massimo Segundo assumiria o controle da fábrica, quando da morte de Angelo Gardone. Justino Andreani, o jornalista responsável pelo jornal da cidade, anuncia o réquiem do industrial:

A morte do industrialista Angelo Gardone, é a primeira delas: “Caxias foi abalada nessa semana com o súbito desenlace da vida terrena do ilustre industrialista e comerciante Angelo Gardone, natura deste município. Cidadão probo e laborioso, seu desaparecimento deixa com certeza um vácuo que jamais será preenchido entre seus familiares e numerosos amigos. Fica no entanto a certeza de que o ilustre conterrâneo colaborou em luta diuturna para o progresso desta cidade que lhe será eternamente agradecida. Tem esta folha a informação, de fonte segura, de que o inditoso homem de negócios vinha de ser agraciado por Mussolini com a cruz de Cavaliere da Coroa da Itália, não tendo lhe concedido a Providência que fosse celebrada a cerimônia de entrega da comida mais que merecida. Esta circunstância no entanto não elimina o fato, sendo que em ocasião oportuna a família do falecido receberá das mãos do Agente Consular a digna homenagem que lhe foi conferida para gáudio geral de seus admiradores, que certamente o lembrarão como Cavaliere Angelo Gardone. (POZENATO, 2006c, p. 204).

Angelo Gardone falece em um período anterior, mas de forma semelhante ao passamento de Abramo Eberle, com apenas dois anos de diferença, quando ocorre a Segunda Guerra Mundial. Seu legado é a sua empresa, e passa a integrar, a partir do passamento como comendador, o panteão dos “heróis” que auxiliaram a formar a cidade. Simbolicamente, é essa personagem, assim como Abramo Eberle, que forma o mito de origem do empreendedor regional como responsável pela constituição da RCI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Colonial Italiana (RCI) notabilizou-se no Rio Grande do Sul e no país como uma das regiões mais desenvolvidas social e economicamente, principalmente pela elegia feita pela mídia impressa e eletrônica e pelos agentes sociais e políticos locais, creditado, principalmente, ao empreendedorismo característico dos serranos.

Considerando região como um produto de uma construção histórica e cultural, cuja definição é fruto da consciência coletiva desse espaço, a região vai se constituindo pelas práticas e discursos que nela têm ocorrência; esse processo é guiado em consonância tanto com as intenções dos seus autores, quanto com os paradigmas que orientam cada época (ALBUQUERQUE JR., 1999). Isso significa que desse processo resultam diferenças entre as regiões, uma vez que cada uma possui singularidades no seu processo de formação interna. Uma região cultural, portanto, pode ser identificada pelo aglomerado de valores compartilhados nesse espaço único, suas práticas ordinárias que as diferenciam das outras regiões e o histórico comum (BERUMEN, 2003), ou seja, ela se constitui em conformidade com o tipo, o número e a extensão das relações firmadas para defini-la (POZENATO, 2003). Um trabalho humano de estabelecer fronteiras e significar espaços sociais, que estão em uma dinâmica constante de modificação dessas relações pela ação das forças históricas.

Desse modo, a Serra Gaúcha existe apenas em sentido simbólico, em face de que foi construída um conjunto de relações que apontaram para esse significado. Esse processo termina por produzir elementos no interior de uma região cultural que são identificáveis como sendo somente seus; elementos portadores de especificidades responsáveis pela construção da realidade e das representações regionais, isto é, o que conseguimos definir como sendo uma região é, em realidade, uma regionalidade.

Assim, se a história de um empreendedor e de sua empresa, que compõem um conjunto de práticas, conhecimentos e discursos que, por sua dinâmica, edificaram um significado exclusivo dessa região, e cujas convergências entre si apontam para esse significado, podemos afirmar que o empreendedorismo pode ser visto como uma regionalidade, na medida em que tem seu relato possível nesse espaço simbólico. O que a torna única são suas intencionalidades e, em última instância, sua autoria, de modo que, mesmo que as atividades empreendedoras sejam um fenômeno global, um produto feito na Serra, como a constituição de uma associação de classe, se partilhado em comum com os habitantes dessa região formam relatos dessa regionalidade e integram um acervo cultural

exclusivo. Na medida em que os serranos se identificam positivamente com os valores regionais vigentes de empreendedorismo, é correto afirmar que ele consiste em uma expressão genuína de regionalidade da RCI.

Considerando empreendedorismo como o processo de construção do futuro relacionado à capacidade de estabelecer uma visão e converter em realidade essa imagem almejada e definida como objetivo, encontramos duas definições básicas para isso acontecer: para Schumpeter (1983), o empreendedor é o motor das mudanças mais fundamentais da história humana, já para Filion (1994), um arcabouço de comportamentos típicos que envolvem a formação da visão, conceito de si, liderança, energia e sistema de relações. Esses atributos são interpretados de uma forma singular pelo sistema literário serrano, que tem como práxis o enaltecimento do empreendedorismo como uma virtude regional diferenciada em relação a outras regiões rio-grandenses. Informativos de entidades empresariais, obras literárias e a mídia impressa e falada, além dos veículos de televisão, apresentam trajetórias de empresários como verdadeiras epopeias, nas quais a figura heroica do empreendedor é capaz de, a partir de uma origem humilde, criar uma grande empresa que distribui riqueza para as localidades onde está inserido.

É um relato recorrente que tem amparo no sentimento de *loyalidade* (ARENDDT, 2012) desenvolvido pelo serrano em relação ao tema quando associado à região. Essa conexão surge quando se tem a necessidade de afirmação perante habitantes de outras regiões sem os mesmos índices de desenvolvimento econômico. A razão disso é a atribuição do fenômeno à qualidade de vida que este teria gerado para a RCI, o que nos remete à imigração italiana, estabelecendo uma relação direta entre ela e o empreendedorismo, inclusive associando a criação da indústria regional ao fenômeno colonizatório.

A interpretação histórica de um passado comum atribuída ao imigrante como civilizador de uma terra inabitada, como a região nordeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do Século XIX, constrói uma mitologia entorno da figura do imigrante, sendo o mito a criação de uma realidade protagonizada por seres sobrenaturais, portanto sagrados, em um tempo prestigioso dos “primórdios” (ELIADE, 1963). O mito conta a origem do mundo, ou cosmogonia, de modo que essa narrativa é considerada verdadeira na medida em que se refere a uma realidade objetiva, origem dos seres vivos e da natureza e dos quais os desdobramentos converteram o homem na sua condição atual. Há uma diferença, entretanto, entre cosmogonia e mito de origem, uma vez que todo novo surgimento, desde uma planta, um animal e até uma empresa tem como pressuposto a existência de um mundo para que ela ocorra.

Outro fenômeno mitológico ocorre em certos períodos da história da humanidade, em que se prevê o fim do mundo, ou escatologia. Eliade não cria uma categoria separada de mito, e sim integra-o à cosmogonia, dado que todo fim de uma existência somente ocorre com a aparição de uma nova criação, normalmente narrada como sendo o resgate do paraíso, em que o homem é imortal e desimpedido do trabalho para seu sustento. Esse esquema teórico tem sua aplicação perfeita no processo imigratório italiano, a começar pela severa crise econômica italiana, cuja conjuntura beirava o caos, com fome, desemprego em massa e pragas no campo, ou seja, um cenário que facilmente poderia ser adotado como apocalíptico. A motivação para emigrar vinha da promessa de que os imigrantes encontrariam no Brasil a “Cocanha”, mito medieval do paraíso, onde todos teriam a chance de começar (criar) um novo mundo que de algum modo representasse o retorno ao mundo “original” anterior ao caos.

Nesse sentido, o movimento civilizador da tomada do território serrano no Brasil significou a transformação do caos para o Cosmo, equivalente ao ato da Criação (ELIADE, 1972), no qual as personagens sobrenaturais eram os próprios imigrantes italianos. A existência de uma sociedade posterior está associada aos mitos de origem, atribuídas essencialmente à capacidade de trabalho do imigrante italiano, que foi capaz de dar formato ao que hoje se conhece como RCI. A Festa Nacional da Uva tem servido como veículo oficial de divulgação desse discurso mitológico, com a exaltação ao trabalho e ao imigrante como criador legítimo desse mundo, funcionando como ritual de renovação desse mundo recriado a cada edição.

O mito ganha mais força quando relacionado ao empreendedor industrialista regional, fruto de uma confusão feita por historiadores e comunicadores entre criação e diversificação da indústria rio-grandense. O colono bem-sucedido economicamente torna-se o autêntico *self-made-man*, cujo êxito advém puramente dos seus esforços individuais. Essa interpretação dá origem a uma narrativa comprometida ideologicamente que cria a figura do colono miserável, desbravador de matas que enfrenta animais selvagens, civilizando uma área inabitada. Com seu trabalho, planta e colhe os frutos da terra e desenvolve conhecimentos que o permitem instalar uma pequena oficina. Com sacrifício e poupança, autofinancia seu empreendimento, que vai crescendo cada vez mais até se tornar uma grande empresa responsável por empregar milhares de operários que, ao se esforçarem do mesmo modo, também poderão ser grandes empresários no futuro.

Essa interpretação do histórico das empresas desconsidera que a necessidade de capital para alavancagem de uma grande corporação jamais tem origem somente na sua capacidade de acumulação lucrativa, pois as trajetórias das empresas, assim como a economia, não são

lineares, mas sim feitas de ciclos. Portanto, são necessárias outras fontes de investimento de capital, como o comércio e a associação (LAGEMANN, 1996)

Abramo Eberle foi o maior representante na primeira metade do século XX do empresariado de Caxias do Sul. Segundo Loraine Giron, em seu auge a Metalúrgica Eberle foi a maior empresa em seu gênero na América Latina, tornando Abramo um símbolo vivo do sucesso dos imigrantes e um "reforço para o mito de que o trabalho enriquece". Nas palavras de Tessari:

[...] é importante observar a construção de um mito que serviu de reforço à autoridade dos empresários locais: o da riqueza material e moral conquistadas através do trabalho árduo, mas dignificante do homem. [...] Na fachada do novo prédio da Metalúrgica de Abramo Eberle, construído na primeira metade da década de 1940, era possível ler algo semelhante: TRABALHO HONRADO E CONSTANTE TUDO VENCE. (TESSARI, 2013, p. 47-48, grifo do original).

A existência de traços empreendedores em Abramo Eberle, sob a perspectiva de Filion (1991) e dos fatores inibidores de Schumpeter (1983), assim como nas demais trajetórias apontadas por Lagemann (1996), apresentou inovações disruptivas que levaram ao que Schumpeter define como “destruição criativa”, fruto do desenvolvimento de novos produtos ou serviços que causam revoluções nos polos onde ocorrem. O empreendedorismo serrano, portanto, é muito mais comportamental do que criativo. Assim, o mito do empreendedor atribuído a Abramo Eberle não encontra eco na sua biografia.

Primeiro porque Eberle, diferentemente dos demais imigrantes, vem para o Brasil amparado pelo pai Giuseppe que, capitalizado, adquire uma colônia pronta e modelar, além de diversificar suas atividades ao comprar a funilaria de Francisco Rossi, na sede da Colônia Caxias. Recebeu ensinamentos da mãe sobre o ofício para se tornar comerciante e alavancar a pequena oficina depois de adquirida pelo pai. Seu crescimento ganha impulso com a sociedade, em 1904, com Gaspareto, depois com Mosele e diversos outros investidores, até tornar-se uma S/A de capital fechado.

Abramo Eberle possui características empreendedoras latentes, como a disposição em assumir riscos, preocupação com o capital social, uma visão central clara e capacidade de convertê-la em realidade. Os itens mais importantes, como o conceito de si e o sistema de relações, são bem dominados pelo empresário, que demonstrou principalmente expansão comercial da empresa, tanto no que se refere à diversificação de setores (metalurgia, ourivesaria, por exemplo) quanto na abertura de mercados (Rio Grande do Sul e São Paulo). Pouquíssimos descendentes de imigrantes italianos tiveram essa habilidade, oportunidade e

ousadia; no entanto, a historiografia tomou a biografia de Eberle e sua família como medida de sucesso para as demais trajetórias empresariais da RCI.

José Clemente Pozenato, na trilogia formada pelos romances *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*, admite o empreendedorismo como marca regional da RCI, por meio do personagem Angelo Gardone. Ainda que seja extramente difícil apontar objetivos no processo de criação literária do autor, vemos alguns parâmetros que podem nos orientar a entender a base da criação do personagem Angelo. Pozenato busca traçar um vasto panorama de costumes, valores e crenças sociais, utilizando o seu conhecimento histórico e empírico a respeito da RCI, e da sua capacidade de observação acerca de pessoas em termos comportamentais. O autor se baseia no típico colono empreendedor, com relativa fidelidade na transposição desse modelo, adotando algumas características que poderiam ser atribuídas a empresários como Abramo Eberle, mas também a inúmeros outros empresários que tiveram trajetória semelhante à da personagem. Nesse caso, o modelo para o tipo empreendedor pode ter relação direta com a experiência do escritor com pesquisas, confirmando apontamentos de Candido (1968). A verossimilhança, desse modo, depende fundamentalmente do quanto o autor, em sua estética realista, possibilita a comparação do mundo real com o mundo do romance.

De qualquer forma, como afirma Candido, “o aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise da sua composição, não da sua comparação com o mundo. Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada em uma estrutura coerente (CANDIDO, 1968, p. 57). Disso resulta que a caracterização da personagem depende de uma seleção e determinação de traços identificáveis e expressivos como possíveis, organizados de forma coerente e suficientes para sugerirem a totalidade de um ser, ou a convenção do personagem. Angelo Gardone é convencionalizado como um personagem que tem seus próprios objetivos, todos relacionados à autoafirmação material e social.

Os valores e atitudes empreendedores de Angelo Gardone estão determinados nos seguintes pontos: uma visão emergente que aparece primeiramente na determinação de ter uma colônia própria com mais de uma fonte de renda (lavoura e moinho); uma visão central clara e definida quando decide se tornar comerciante do excedente de produção dos colonos tanto e San Giuseppe quanto de outras localidades quando passa a fornecer para fazendeiros, assim como a posterior criação da indústria de alimentos baseada em produtos oriundos de farinha de milho, a *Productos Alimenticios Gardone*; a visão complementar, na medida em que ativou mecanismos suficientes para colocar em prática sua visão. Apresentou, quando da

briga com Rocco, uma mudança do conceito de si para uma pessoa com alta estima e confiança, assim como sua capacidade de liderança o levou a angariar aliados e sócios quando precisou superar dificuldades por ocasião da maldição do Padre Giobbe.

A energia de Angelo Gardone estava também sempre concentrada no seu crescimento, como no momento em que elabora planos e negocia com Batiston ou Stchopa. No âmbito dos conceitos de Fillion (1994), Angelo apresenta uma habilidade em usar o sistema de relações a seu favor para que possa converter sua visão em realidade, assim como tornar-se um comerciante capaz de assumir altos riscos sem titubear. É essa a lógica da personagem de Gardone, de modo que os traços concentrados e limitados referentes a esse núcleo se ordenam de forma conveniente na trilogia.

Mesmo que a biografia de Abramo Eberle divirja da de Angelo em pontos históricos como a presença de um pai aconselhador, a aquisição de conhecimentos técnicos, a propriedade de uma oficina logo no início da sua trajetória e a captação de outros sócios, além do tamanho da empresa, em outros aspectos estão absolutamente em simetria, fazendo com ele seja plenamente identificado com muitos empreendedores reais que tiveram trajetórias semelhantes. Destacamos, no entanto, que eles são “semelhantes” e não iguais, e assim colocamos Abramo Eberle apenas como uma referência.

A relação que Pozenato estabelece com a personagem de Gardone é a de absoluta identificação, na medida em que ele mesmo está integrado neste mundo imaginário que, ainda que embasado em uma realidade histórica, adota feições que o autor esquematicamente selecionou para a construção de uma estrutura narrativa que apontasse ao seu objetivo. Em certos momentos, o leitor pode confundir a ficção com a realidade, dado a quantidade de detalhes em que é narrado o processo de imigração propriamente dito de Aurélio e seus amigos ou, mais sutilmente, dos traços que delineiam o conjunto de valores que guiam as decisões de Angelo. Sua estratégia, para fazer o leitor crer que está numa ficção mas que credite verossimilhança a sua história, é criar uma coerência interna e por meio de cenários, relações e comportamentos nas obras que se aproximam do real, mas disfarçando as zonas indeterminadas que o leitor preenche com sua própria criação (ROSENFELD, 1968).

Assim, Pozenato convida o leitor a deter o raio de intenção na imagem que ele criou para os personagens, no caso de Gardone, para a imagem de um colono determinado em se tornar um homem de negócios bem-sucedido, motivado pela competitividade e vaidade, com um nível de exposição que jamais tivemos em comparação a Abramo Eberle, por exemplo. Esse jogo que o autor faz leva a crer que “talvez” Eberle, ou outro empreendedor conhecido do leitor, tivesse as mesmas motivações, embora, pela natureza difusa do real, nunca será

possível ter total segurança disso. Para isso, o autor utiliza-se de uma restrição de orações que são selecionadas propositalmente para destacar aspectos essenciais ao leitor, conferido uma nitidez muito maior a Gardone, e colocando em circunstâncias muito mais decisivas do que as negociações com Batiston do que jamais será possível capturar na vida real de um empresário com igual profundidade. Igualmente, podemos ser testemunha “apenas” dos eventos decisivos da trajetória de Angelo, uma vez que nos é dada apenas essa janela para observar seu comportamento. Pozenato faz esse recorte na personagem, deixando o leitor entrever somente os acontecimentos que o moldam como empreendedor, e todos os fatos e decisões que o levam ao status final que adquiriu. Não temos acesso às banalidades cotidianas de Angelo, ao passo que com empresários reais isso é possível; do contrário, nestes, é improvável ter ciência dos eventos significativos que determinam suas vidas, que é a “concentração, seleção, densidade e estilização do contexto imaginário, que reúne os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente” (ROSENFELD, 1968, p. 26).

A importância fundamental de Pozenato e sua trilogia está em, ao conjugar elementos históricos com esquemas ficcionais dentro de uma estrutura preparada com elementos especialmente destacados para tal, negar o discurso do mito do empreendedorismo e retirar do imigrante o status de herói civilizador, colocando-o em um contexto onde a “Cocanha” existiu para poucos. Pelo contrário, Aurélio termina como um alcoólatra exilado em seu próprio celeiro, sem função produtiva e chorando a perda de sua Rosa, a qual não conseguiu transformar em *signora*.

Já aqueles que atingem o sucesso material, como Angelo, estão envoltos em uma atmosfera de ludibriação, desconfiança, hipocrisia e insensibilidade, ou seja, plenos de fracasso moral. Dessa forma, Pozenato inverte o jogo da ficção quando afronta o elitismo discursivo da RCI e seu culto a um vencedor imaginário na constituição do personagem de ficção Angelo Gardone, denunciando a invenção de um mito cuja narrativa em ode ao trabalho o poder público, entidades, mídia e os próprios empresários trataram de reelaborar e recrudescer, uma vez que seu significado lhes é vantajoso como meio de exploração, marca de prestígio e símbolo de distinção perante outras regiões.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. *Festas da Uva 1881-1965*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1975.
- ALBUQUERQUE JR., D. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ARENDT, João Cláudio; NEUMANN, Gerson Roberto (Org). *Regionalismus-regionalismos: subsídios para um novo debate*. Caxias do Sul: Educs, 2013.
- _____. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. *RUA* [online]. Unicamp, n. 18. v. 2, 2012.
- BERNARDI, Mansueto. *Colônias e Colonizadores*. Porto Alegre, EST Edições e Sulina, 1982.
- BERGAMASCHI, Heloisa Delia Eberle. *Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920/1945*. Caxias do Sul: Educs, 2005.
- BERUMEN, Humberto Félix. *La frontera en el centro*. Ensayos de literatura. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma, 2003
- BREWER, Anthony. *Richard Cantillon: Pioneer of Economic Theory*. London, United Kingdom, Routledge, 1992.
- CARDOZO, Tavita Rosa; BARBOSA, Marilene Lobo. *Políticas informacionais e práticas pedagógicas para a formação do bibliotecário empreendedor*. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/marileneloboabreu.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CANDIDO, Antônio; GOMES, Paulo Emílio Sales; PRADO, Délcio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. *A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave na geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.
- _____. Região: A tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.
- _____. *Região e organização espacial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 257-269.
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- CORRÊA DA SILVA, Armando. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 257-269.
- DACANAL, José H. A imigração e a história do Rio Grande do Sul. In: _____; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 271-280.
- DEGEN, Ronald. *O empreendedor*. São Paulo: Makron, 1989.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DOLABELA, Fernando Celso. *Empreendedorismo: uma forma de ser*. Brasília: AED, 2003.
- DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura, 1999.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1963.
- _____. *Mito e realidade*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou A epopéia de um imigrante: ensaio biográfico*. 2. ed. São Paulo: Ramos Franco, 1943.
- _____. *O Milagre da Montanha*. 1. ed. São Paulo: Ramos Franco, 1948.
- FILION, Louis Jaques. *O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, n. 31, v. 3, p. 63-71, jul./set. 1991.
- _____. *Visão e relações: elementos para um metamodelo empreendedor*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, n. 33, v. 6, p. 50-61, nov./dez. 1993.
- _____. *Competência para conceber o espaço de si: elementos de sustentação do sistema de atividades empreendedoras*. Cáli, Colômbia. *Anais do VII Congresso Latino-americano sobre espírito empresarial*. Cáli: Universidade de Cáli, 1994. p. 1-32.
- _____. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. In: WORKSHOP INTERNACIONAL DO PROGRAMA REUNE MINAS GERAIS, 1997, Belo Horizonte. *Anais do 1o . workshop internacional do programa REUNE Minas Gerais*. Belo Horizonte: Projeto SoftStart/SEBRAE-MG, 1997. p. 1-25.
- FRÉMONT, Armand. *A região como espaço vivido*. Portugal: Livraria Coimbra, 1980.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: ISBIEP, 1975.

FURTADO, Celso. *Prefácio à Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.*

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2002.*

GILBERT, Anne. The new regional geography in English and French speaking countries. *Progress in Human Geography*. v. 12, n. 2, 1988.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.*

_____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: Educs, 2001.*

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-75.*

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporânea. *Antares (Letras e Humanidades)*, Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, jan./jul. 2010.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1989.*

HIRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. *Empreendedorismo. São Paulo: Bookman, 2004.*

JOACHIMSTHALER, Jürgen. A literarização da região e a regionalização da literatura. *Antares (Letras e Humanidades)*, Caxias do Sul, n. 2, p. 27-60, jul./dez. 2009.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 114-134.*

LAZZAROTTO, Valentim A. *Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul: Educs, 1981.*

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 2003.*

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.*

_____. *Mulheres sem rosto. Caxias do Sul: Maneco, 1998.*

_____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Júlio João Eberle: perfil de um empresário. Caxias do Sul: UCS, 1993.*

MELLO, Claudio Baltazar Correia de. *Empreendedorismo e desenvolvimento econômico regional, as ações dos industriais de Caxias do Sul (1950-1970). São Leopoldo. Editora OIKOS, 2016.*

MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre. Bookman, 2000.*

MOCELIN, Maria Clara. *Trajetórias em Rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Campinas: Unicamp, 2009.

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo – A diversidade cultural no Brasil – nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAASI, Anssi. Place and Region: regional worlds and words. *Progress in Human Geography*, v. 26, n. 6, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

_____. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *História & literatura: uma velha-nova história*, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: ZILLES, Urbano. *Filosofia: diálogo de horizontes*. Porto Alegre, EDIPUCRS; Caxias do Sul: Educs, 2001.

_____. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

_____. *A cocanha*. Caxias do Sul: Maneco, 2006a.

_____. *O Quatrilho*. Caxias do Sul: Maneco, 2006b.

_____. *A Babilônia*. Caxias do Sul: Maneco, 2006c.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Festa e Identidade: Como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: Educs, 2002.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de Regionalidade: tessituras da cultura. *Antares* (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, n. 2, p. 2-26, jul./dez. 2009.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Prefácio de Georges Tapinos. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEGALEN, Martine. A revolução industrial: do proletário ao burguês. In: BURGUIÈRE, André et al. *História da família*. O Ocidente: industrialização e urbanização. Trad. port. Lisboa: Terramar, 1999. v. 4.

STÜBEN, Jens. *Regionale Literatur und Literatur in der Region*. Zum Gegenstandsbereich einer Geschichte der deutschen Literatur in den Kulturlandschaften Ostmitteleuropas. In: JOACHIMSTHALER, Jürgen (Org.). *Regionalität als Kategorie der Sprach- und Literaturwissenschaft*. 2002. Frankfurt, Berlim, Berna, Bruxelas, Nova Iorque, Oxford e Viena.

STÜBEN, Jens. Literatura regional e literatura na região. In: ARENDT, J.C.; NEUMANN, G.R. *Regionalismus – Regionalismos: subsídios para um novo debate*. Caxias do Sul: Educus, 2013.

TESSARI, Anthony Beux. *Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)*. 2013. 318f. Dissertação. (Mestrado em História). PUCRS – Programa de Pós-Graduação em História., 2013.

TOMECKO, Jim. *Como entender e promover a iniciativa empresarial*. Manual de treinamento sobre a metodologia CEFE. Fortaleza: SINE/CE – GTZ. Projeto Prorenda Microempresa, 1992.

TONET, Charles; TONET, Tânia. *Porque somos como somos*. Um estudo sobre as ideologias centrais da cultura empresarial do setor metalmeccânico da Serra Gaúcha. Caxias do Sul: Belas Letras, 2010.